COPEL

Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2013

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE **3**
1. PERFIL ORGANIZACIONAL **5**
1.1.Participação no Mercado 7
1.2.Copel em Números 7
1.3.Certificações e Prêmios 8
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA **9**
2.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança 9
2.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial 13
2.3.Referencial Estratégico 14
3. DESEMPENHO OPERACIONAL **15**
3.1.Análise macroeconômica 15
3.2.Análise Setorial 16
3.3.Segmentos de Negócios 20
3.4.Pesquisa & Desenvolvimento - P&D 28
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO **29**
4.1.Receita Operacional Líquida 29
4.2.Custos e Despesas Operacionais 30
4.3.EBITDA ou LAJIDA 30
4.4.Resultado Financeiro 31
4.5.Endividamento 31
4.6.Lucro Líquido 31
4.7.Valor Adicionado 33
4.8.Inadimplência de Consumidores 33
4.9.Ações 34
4.10.Programa de Investimentos 34
5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL **35**
5.1.Força de trabalho (somente holding e subsidiárias integrais) 35
5.2.Fornecedores 38
5.3.Clientes 38
5.4.Comunidade 39
5.5.Educação para sustentabilidade 40
5.6.Projetos e Programas Corporativos 41
5.7.Meio ambiente 44
6. BALANÇO SOCIAL **50**
7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA **53**

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

É com grande satisfação que trazemos ao conhecimento de toda as partes interessadas nas atividades da Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora) mais um Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, que detalha os resultados de nossa atuação em 2013.

No ano, a Copel obteve lucro líquido de R$ 1,1 bilhão, valor 51,6% maior que o do exercício anterior. O bom desempenho econômico-financeiro das subsidiárias de energia no período espelhou, principalmente, o significativo aumento na produtividade da indústria paranaense em 2013 — quatro vezes maior que a média brasileira — impulsionando as vendas de energia para nosso mercado cativo e para o mercado livre entre janeiro e dezembro. O fornecimento de energia cresceu 9,6% para todas as classes de consumo, beneficiando-se também da estratégia adotada pela Copel Geração e Transmissão de alocar mais energia para comercialização no mercado livre.

Os resultados positivos em 2013 refletem nossa estratégia de recuperação da capacidade de geração de valor da Copel, com o objetivo de tornar a estrutura da empresa mais ágil e com menor custo operacional. Além do crescimento de nossas receitas, tal estratégia se pauta pela reestruturação organizacional da empresa e pela expansão de nossos investimentos.

Em outubro, foi aprovada a redução de dez para cinco diretorias na holding e a criação de duas subsidiárias integrais, a Copel Participações S.A. — para gerir as parcerias da empresa em empreendimentos nos setores de setor de energia, gás, telecomunicações, saneamento e serviços — e a Copel Renováveis S.A., que concentrará os investimentos em geração a partir de fontes renováveis.

O ano de 2013 também confirmou a tendência de ampliação gradual do programa de investimentos dos últimos cinco exercícios. Ele terá continuidade em 2014, com uma aplicação inédita de R$ 2,6 bilhões em todos os segmentos de atuação, sendo a maior parcela, de R$ 1.308,7 milhões, para área de geração e transmissão, incluindo R$ 895,9 milhões para a área de distribuição e R$ 331,8 milhões em participações em outros negócios.

Neste quesito, destacamos a entrada da Copel no setor de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, integrando consórcio com outras empresas na 12ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo - ANP, em novembro. Com um investimento mínimo de R$ 78,1 milhões nos próximos seis anos, a Copel busca viabilizar a sua carteira de projetos térmicos e potencializar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

Na geração de energia, concluímos a construção da UHE Mauá (363 MW), em parceria com a Eletrosul, e da PCH Cavernoso (19 MW), que marca o retorno da Copel aos empreendimentos de geração de menor porte. A Copel também constituiu consórcio, com a participação de 30%,

para construir e explorar a Usina Baixo Iguaçu (350 MW), que está em construção no rio Iguaçu, e deu continuidade às obras da UHE Colíder (300 MW), no Mato Grosso, com previsão de inauguração em junho de 2015.

Vale ressaltar aqui nossa diretriz estratégica de ampliação da participação das fontes alternativas de geração, de forma rentável e sustentável, na matriz energética. Ela inclui a prospecção de novos negócios no segmento, com destaque para a identificação de locais com potencial eólico competitivo no Paraná, a aquisição de sete parques eólicos no Rio Grande do Norte, a pesquisa da produção de biodiesel a partir de espécies nativas de microalgas e a geração de biogás a partir de resíduos sólidos.

No segmento de transmissão, destacamos a ampliação, em 2013, da Subestação Cascavel Oeste 500 kV e do início dos projetos das linhas Londrina — Figueira e Foz do Chopim — Salto Osório, ambos em 230 kV, bem como do avanço, em São Paulo, nas obras em duas subestações 230 kV e nos dois trechos de linhas de transmissão sob nossa concessão. Com as recentes conquistas da Copel em leilões de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, a configuração de obras de grande porte para os próximos anos totaliza 14 empreendimentos, sendo 5.391,5 km em linhas de transmissão e 6.188 MVA em 14 subestações.

Na transmissão como na distribuição de energia, devemos mencionar o bom andamento de nosso programa de obras de construção, melhorias e ampliações para a Copa do Mundo de 2014, que pretendem garantir a qualidade do fornecimento de energia em Curitiba e nos principais destinos turísticos do Paraná durante e após o evento.

O ano de 2013 também foi muito promissor para a Copel Telecomunicações. A subsidiária lançou em dezembro o programa Paraná Conectado, que levará internet em fibra óptica com preços populares a 25 pequenos municípios até o final de 2014. Paralelamente, levamos conexões de até 100 Mbps a cinco municípios paranaenses, no programa BEL Fibra, e alcançamos a marca de 8,2 mil clientes corporativos atendidos com soluções de conectividade.

Estas e outras informações constam detalhadas no presente relatório, evidência de nosso compromisso com a população do Paraná, com nossos acionistas e com nossos colaboradores.

Boa leitura.

Curitiba, 17 de março de 2014.

Lindolfo Zimmer

Diretor Presidente

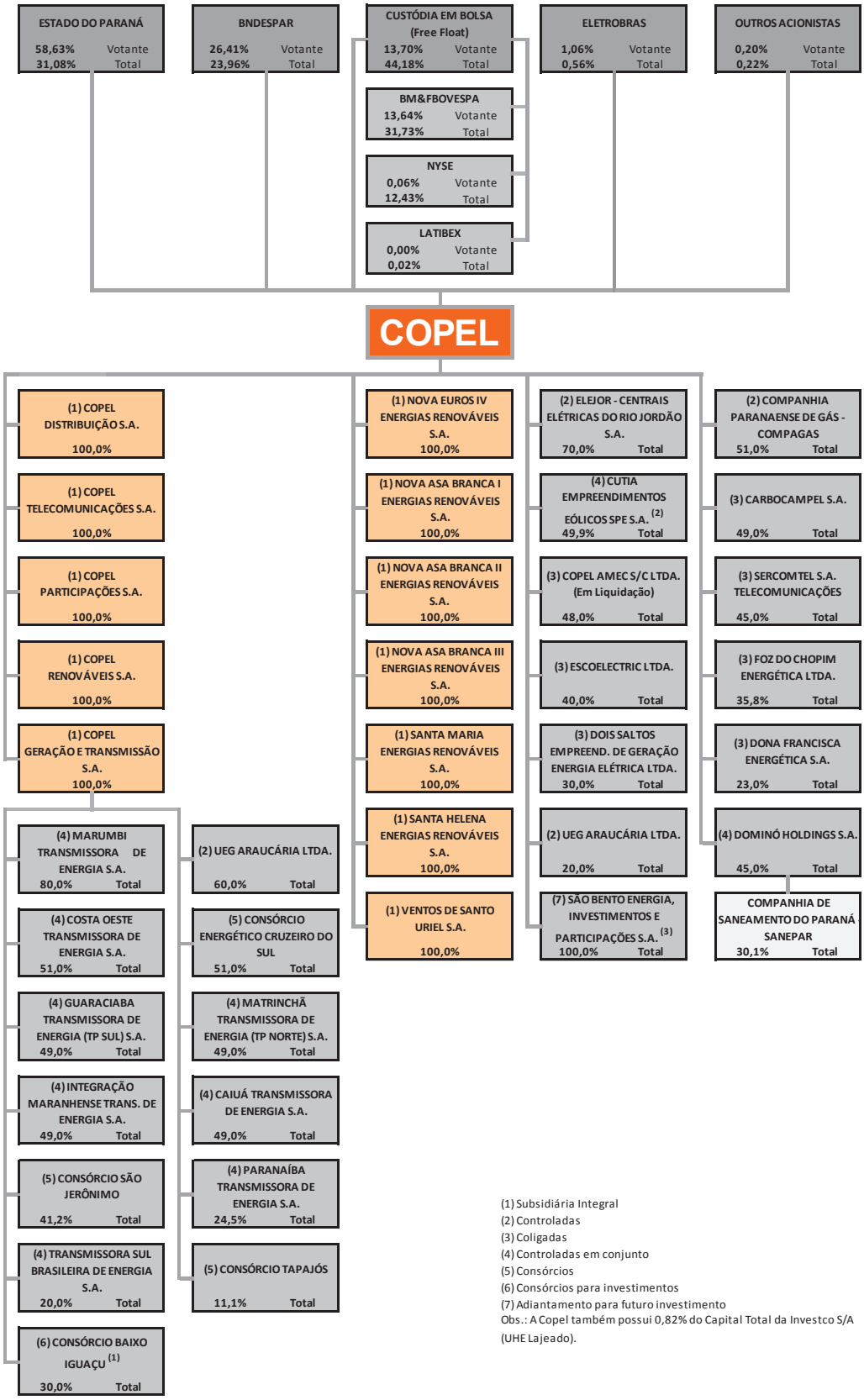
1. PERFIL ORGANIZACIONAL

Criada em outubro de 1954, a Copel atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia e telecomunicações. Opera um sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes de distribuição e um sistema óptico de telecomunicações que atende todas as cidades do Estado do Paraná. Participa também nos setores de saneamento e gás.

Em 2013, a Companhia adquiriu sete empresas voltadas exclusivamente à energia eólica no Rio Grande do Norte: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., Nova Euros IV Energias Renováveis S.A., Santa Maria Energias Renováveis S.A., Santa Helena Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Uriel S.A.

Em outubro de 2013 foram criadas duas subsidiárias integrais: Copel Renováveis S.A., que concentrará os investimentos em geração a partir de fontes renováveis, além de prestar serviços de consultoria e engenharia dentro da sua área de atuação e a Copel Participações S.A., onde participa e se associa com empresas, consórcios e outras instituições.

A seguir, o organograma de participação societária da Copel em 31.12.2013:



(1) Subsidiária Integral
(2) Controladas
(3) Coligadas
(4) Controladas em conjunto
(5) Consórcios
(6) Consórcios para investimentos
(7) Adiantamento para futuro investimento
Obs.: A Copel também possui 0,82% do Capital Total da Investco S/A (UHE Lajeado).

(1) A aquisição do Consórcio ocorreu em 2014 e depende da aprovação da Aneel.

(2) O contrato de aquisição de 50,1% da Cutia Empreendimentos poderá ser rescindido caso não seja obtida a aprovação incondicional da compra e venda das ações e dos projetos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do IPCA.

(3) O contrato de aquisição de 50,1% da São Bento Energia poderá ser rescindido caso não sejam obtidas as aprovações pela Aneel, pelo Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

1.1. Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica [1]	3,9	[2] [3] 24,0	[2] [3] 54,5
Transmissão de energia elétrica [4]	1,8	11,0	32,3
Distribuição de energia elétrica [5]	[6] 5,9	[6] 34,1	[7] 97,1
Distribuição de gás [8]	3,4	37,0	100,0

[1] Não incluídas as participações da Copel
[2] Não incluída a Usina de Itaipu
[3] Não inclui as usinas do Rio Paranapanema
[4] O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP
[5] Participação no atendimento ao mercado cativo/livre
[6] Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE
[7] Dado estimado
[8] Considerado volume distribuído no Paraná, com térmica

1.2. Copel em Números

Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2013	2012	variação %
Indicadores Contábeis			
Receita operacional bruta	12.669.159	12.838.103	(1,3)
Deduções da receita	3.488.945	4.344.851	(19,7)
Receita operacional líquida	9.180.214	8.493.252	8,1
Custos e despesas operacionais	8.067.627	7.500.759	7,6
Equivalência patrimonial	113.606	6.685	1.599,4
Resultado das atividades	1.112.587	992.493	12,1
EBITDA ou LAJIDA	1.829.396	1.549.033	18,1
Resultado financeiro	280.311	(26.650)	(1.151,8)
IRPJ/CSLL	405.069	246.008	64,7
Lucro líquido do exercício	1.101.435	726.520	51,6
Patrimônio líquido	12.928.752	12.361.890	4,6
Juros sobre o capital próprio	180.000	138.072	30,4
Dividendos	380.537	130.482	191,6
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,4	1,7	(17,6)
Liquidez geral (índice)	1,2	1,2	-
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	19,9	18,2	9,3
Lucro por ação - R$ (lucro líquido/quantidade de ações)	4,02	2,65	51,7
Valor patrimonial por ação - R$ (patrimônio líquido/quantidade de ações)	47,24	45,17	4,6
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	35,1	26,4	33,0
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	12,0	8,6	39,5
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) [1]	8,9	6,0	48,3

[1] LL ÷ (PL inicial)

1.3. Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2013, destacam-se:

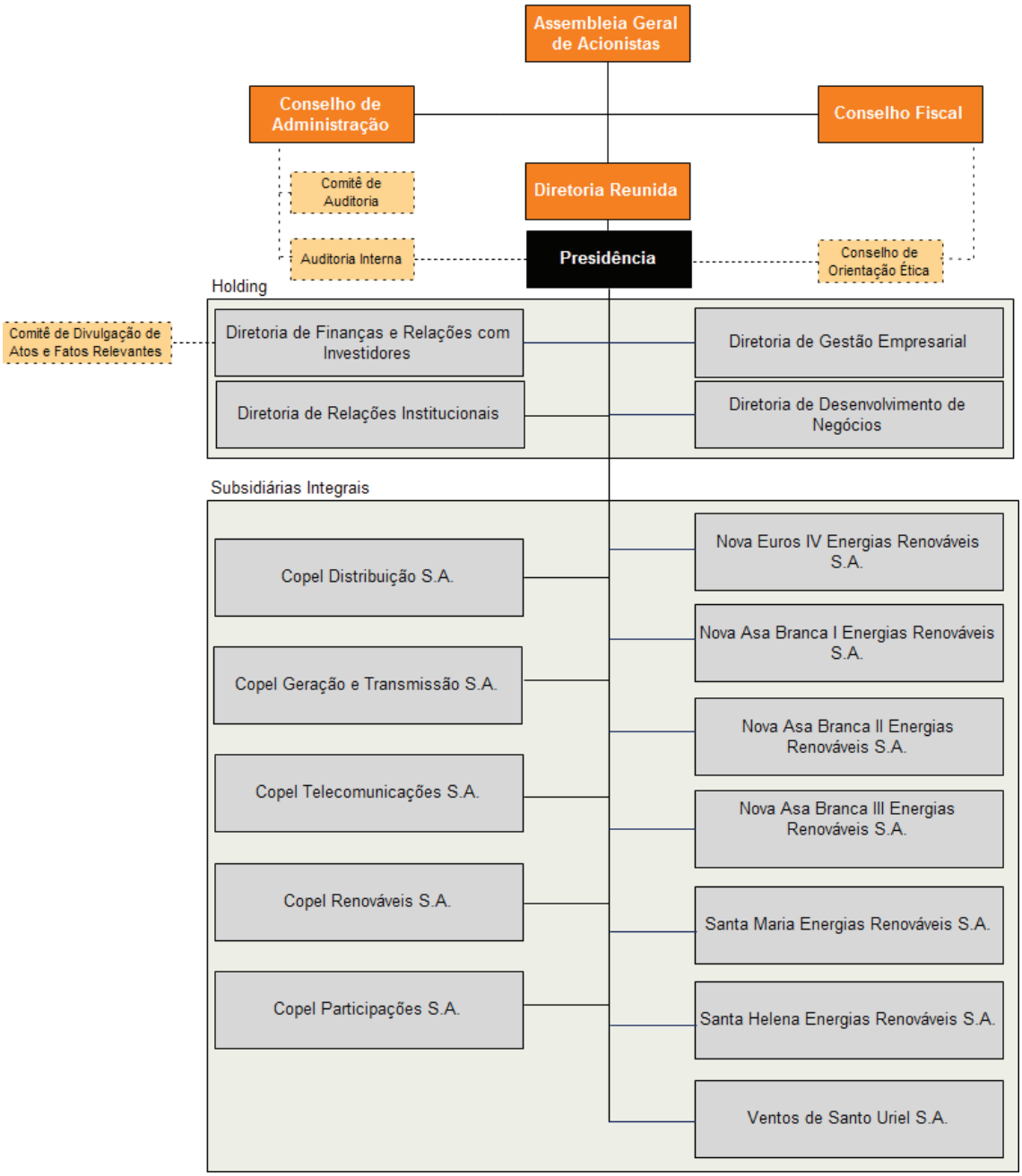
Prêmios / Certificações	Certificador
Prêmio Esporte - Categoria "Melhor Amigo do Esporte no Estado"	Ministério do Esporte
Lider em Energia - Reconhecimento pelo valor do empreendedorismo, da capacidade de crescimento e de lideranças de grandes empresas brasileiras.	Grupo de Líderes Empresariais
Empresa Cidadã - Copel - Certificado pelas informações apresentadas em seu Relatório	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio
Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação de Clientes - categoria Bronze	Comissão de Integração Energética Regional - CIER América Latina

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores procuram, dessa forma, contribuir para sua perenidade, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

2.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia:


Assembleia Geral de Acionistas
Conselho de Administração
Conselho Fiscal
Comitê de Auditoria
Diretoria Reunida
Auditoria Interna
Presidência
Conselho de Orientação Ética
Holding
Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes
Diretoria de Finanças e Relações com Investidores
Diretoria de Gestão Empresarial
Diretoria de Relações Institucionais
Diretoria de Desenvolvimento de Negócios
Subsidiárias Integrais
Copel Distribuição S.A.
Copel Geração e Transmissão S.A.
Copel Telecomunicações S.A.
Copel Renováveis S.A.
Copel Participações S.A.
Nova Euros IV Energias Renováveis S.A.
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.
Santa Maria Energias Renováveis S.A.
Santa Helena Energias Renováveis S.A.
Ventos de Santo Uriel S.A.

Órgão	Descrição
Conselho de Administração - CAD	Nove membros, sendo sete considerados independentes, nos termos da Lei Sarbanes-Oxley, com mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos.
Conselho Fiscal - CF	Permanente e eleito em Assembleia Geral, composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, com mandato de um ano.
Comitê de Auditoria	Três membros independentes e integrantes do CAD, nos termos da Lei Sarbanes-Oxley, com mandato de dois anos.
Auditoria Interna	Avalia, com abordagem independente, a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos e de governança corporativa, emitindo recomendações para o desempenho eficaz e alcance dos objetivos das diversas unidades administrativas. Avalia, preliminarmente, todas as manifestações recebidas pelo Canal de Comunicação Confidencial, encaminhadas ao Comitê de Auditoria, opinando sobre o tratamento a ser dado.
Diretoria Executiva	Eleita pelo CAD, composta por nove membros com mandato de três anos, remuneração dos executivos não vinculada ao alcance de metas financeiras e não financeiras.
Conselho de Orientação Ética	Discute e orienta ações da Copel e examina casos que lhe sejam apresentados, fazendo recomendações no sentido de que a atuação da Companhia seja permanentemente conduzida por princípios moralmente sãos no desenvolvimento de seus negócios, zelando pela divulgação e pela efetiva aplicação do Código de Conduta. Nove membros, sendo oito empregados da Companhia, coordenados por um representante da sociedade civil.
Comissão de Análises de Denúncia de Assédio Moral - Cadam	Estabelece regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência.
Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes	Assessora o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores na aplicação da Política de Divulgação da Copel, revisando e aprovando as informações a serem divulgadas ao mercado de capitais por quaisquer meios.

- **Gestão de Riscos**

A Companhia adota uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que abrange as áreas corporativas e suas subsidiárias integrais, e que visa maximizar os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas, além de manter conformidade com a Lei Sarbanes Oxley.

A estratégia adotada pela Companhia para gestão de riscos permite identificar e considerar várias formas de riscos (legal, regulatório, socioambiental, reputacional, entre outros) em seu processo decisório e nas atividades operacionais, segundo o seguinte perfil de riscos:

- Riscos Estratégicos: estão associados ao planejamento estratégico empresarial e à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia;
- Riscos Operacionais: estão associados à possibilidade de ocorrência de eventos originados na própria estrutura da organização, pelos seus processos, seu quadro de pessoal ou de seu ambiente de tecnologia, assim como eventos externos relacionados ao ambiente econômico, político, socioambiental, natural ou setorial em que a organização opera; e

- Riscos Financeiros: estão associados à exposição das operações financeiras da organização e incluem mercado, crédito e liquidez.

Devido à incerteza intrínseca dos riscos e a natureza do ramo em que atua, o modelo de gestão de riscos da Companhia adota parâmetros de apetite ao risco e considera a probabilidade de ocorrência e os impactos financeiros, operacionais e de imagem, além de prever mecanismos de tratamento e mitigação dos riscos.

Para que a gestão de riscos corporativos alcance a Companhia e suas subsidiárias integrais, a Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece a composição de um Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, hierarquicamente subordinado ao Comitê de Auditoria.

Em 2013, a Companhia deu continuidade ao aprimoramento do modelo de gestão de riscos corporativos, incentivando a realização de treinamentos e avaliação das melhores práticas desenvolvidas pelo mercado.

• Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia e suas subsidiárias integrais contrataram a KPMG Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação foram prestados somente serviços relacionados a auditoria independente. A Companhia tem como ponto fundamental não contratar outros serviços de consultoria que interfiram na independência dos trabalhos de auditoria externa.

• Relacionamento com acionistas e investidores

Ao final de 2013, 25.282 acionistas participavam do capital social da Copel, correspondente a R$ 6.910,0 milhões, representados por 273.655 mil ações, sem valor nominal.

Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A partir da Lei nº 9.249/1995, a Copel adota, como política, a distribuição de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos, de forma total ou parcial. Estatutariamente, o montante de dividendos distribuídos é de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o artigo 202 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/1976.

Desde 2011 a Copel vem praticando um *payout* de 35%. Em dezembro de 2013 foi antecipada parcela referente ao lucro do primeiro semestre do exercício de 2013 que correspondeu a um *payout* de 50%.

Tag Along

A Copel garante direitos de *tag along* para suas ações ordinárias minoritárias, assegurando a seus detentores o preço mínimo de 80% do valor pago pelas ações integrantes do bloco de controle.

Acordo de Acionistas

Está em vigor acordo de acionistas firmado entre o Estado do Paraná e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, cujo objetivo principal é assegurar ao BNDESPAR a indicação de dois membros para o Conselho de Administração – CAD da Copel e ter conhecimento prévio das matérias societárias submetidas à apreciação do CAD e das Assembleias Gerais de Acionistas.

Mercados em que as ações da Copel são negociadas

A Copel abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa e tornou-se em julho de 1997 a primeira do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque - Nyse. Sua marca também está presente, desde junho de 2002, na Comunidade Econômica Europeia, com seu ingresso na Latibex – o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madri. A partir do dia 07.05.2008, as ações da Copel passaram a integrar oficialmente o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo.

Diálogo com Acionistas, Investidores e Profissionais do Mercado de Capitais

A Copel mantém canal de comunicação efetivo com seus acionistas e investidores por meio dos departamentos de relações com investidores e de acionistas e custódia, dos *e-mails* (ri@copel.com e acionistas@copel.com), da sua central de atendimento telefônico (0800 41 2772), do seu *site* (www.copel.com/ri) e dos informativos impressos “Informe RI Copel” e “Informativo Trimestral”, entre outros comunicados e relatórios que são disponibilizados aos profissionais do mercado de capitais e acionistas, no *site* da Companhia.

2.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial

A Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, criada em 2006, estabelece as diretrizes de sustentabilidade e cidadania empresarial norteadoras das decisões e ações da Companhia. A Política está baseada na missão e valores corporativos, nos Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de ser complementar ao Código de Conduta da Copel. Cabe ressaltar que a política passa por revisões e constantes aprimoramentos.

A versão integral da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Copel está disponível no *site* da Companhia: www.copel.com.

2.3. Referencial Estratégico

Visão: Simplesmente a melhor da década.

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Princípios e Valores:

Ética	Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
Respeito às pessoas	Consideração com o próximo.
Dedicação	Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
Transparência	Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
Segurança	Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
Responsabilidade	Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
Inovação	Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

A conjuntura econômica internacional passou por um período de instabilidade a partir do segundo semestre de 2013, reflexo das incertezas quanto ao posicionamento do *Federal Reserve Bank* em relação ao fim dos estímulos monetários. A retirada dos estímulos aumenta a atratividade para o investimento de capital estrangeiro nos Estados Unidos e, consequentemente, mantém o processo de desvalorização das moedas dos países emergentes. Aliado a isso, o temor quanto à diminuição do ritmo de crescimento da China deflagra a migração de recursos dos mercados de maior risco rumo ao dólar e papéis do governo americano. Apesar deste receio, o Fundo Monetário Internacional - FMI prevê um crescimento de 3,7% para economia mundial em 2014, devido à saída da recessão na zona do Euro e ao aumento na demanda das economias desenvolvidas.

A economia nacional sofreu os impactos da redução dos incentivos monetários norte americanos e o real sofreu acentuada volatilidade e desvalorização. Segundo o FMI, a restrição no crédito, os gargalos na economia e a incerteza política irão reduzir o crescimento da economia brasileira em 2014 e 2015. Por outro lado, o País está prestes a receber grandes eventos que tendem a atrair investimentos e manter a estabilidade do emprego e renda do trabalhador. A economia cresceu 2,3% em 2013 e deverá registrar expansão de 2,3% e 2,8% em 2014 e 2015, respectivamente.

A economia paranaense se descolou da economia nacional em 2013 e apresentou desempenho bastante positivo. Os indicadores conjunturais da indústria, mercado de trabalho, comércio e serviços já mostravam no decorrer do ano que o Estado superaria com folga o crescimento da economia nacional. Em 2013 o produto interno bruto do Paraná cresceu mais que o dobro da média Brasil, atingindo variação de 5,0%. Para 2014, dentro de um ambiente estável, a economia do Estado deverá continuar colhendo os benefícios da recuperação do agronegócio, ancorada nas elevações de produção, produtividade e cotações globais das *commodities* alimentares, na vitalidade do mercado de trabalho e na maturação dos investimentos do programa Paraná Competitivo, que desde 2011 já atraiu mais de R$ 26,0 bilhões para a indústria, fomentando toda cadeia econômica local.

3.2. Análise Setorial

- **Prorrogação das Concessões**

Em 12.09.2012, publicou-se a Medida Provisória nº 579, de 11.09.2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11.01.2013, dispondo dentre outras, sobre o tratamento a ser dado às concessões de geração, transmissão e distribuição alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07.07.1995, cujo vencimento se daria entre os anos de 2015 e 2017 e que já haviam sofrido uma única renovação.

Conforme a legislação, esse elenco de empreendimentos deveria ser licitado após o término do prazo de concessão. Para atender interesses do Poder Concedente, principalmente relacionados ao princípio da Modicidade Tarifária, foi definido um novo regramento, que permite mais uma prorrogação das concessões, desde que o concessionário aceite antecipar em até 60 meses o fim da sua concessão e renuncie aos direitos daquele contrato.

Cabe salientar que a aplicação desses instrumentos também alcançaram empreendimentos de geração que ainda detinham o direito a uma prorrogação e que, inclusive, já estavam com processo de Requerimento da Prorrogação das Concessões em andamento na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e também com processo concluído por aquela Agência com indicação de prorrogação ao Ministério de Minas e Energia. Como exemplo, pode-se citar o processo da UHE Rio dos Patos, iniciado em 27.01.2011.

Concessões de Geração

Para as concessões de geração, ficou estabelecida uma prorrogação de mais 30 anos. A prorrogação foi facultada ao concessionário e sua adesão dependeu, além da aceitação de antecipação do termo original de sua concessão, também da aceitação expressa das seguintes condições: i) remuneração por tarifa calculada pela Aneel para cada usina hidrelétrica; ii) alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela agência reguladora, conforme regulamento do poder concedente; iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Cabe ressaltar que essa nova condição altera o regime de Concessionário de Serviço Público de Geração de Energia Elétrica para a posição de titular da concessão com geração realizada como função de utilidade pública prioritária. Nessa nova condição, o concessionário ficará limitado a exercer somente funções de operação e manutenção, uma vez que a exploração retornou ao Poder Concedente.

Sendo assim, a tarifa proposta visa cobrir, basicamente, as despesas com encargos, tributos, operação e manutenção rotineiras, não prevendo, entretanto, os investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos, o que pode comprometer a manutenção, a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Pela sua natureza esses investimentos são, frequentemente, muito onerosos.

A aplicação se efetivará desde que haja reconhecimento pela Aneel, sua autorização e consequente garantia de ressarcimento em prazo realista (vide as regras aplicadas para o ressarcimento dos investimentos com mesma característica feitos na transmissão — REN nº 443, de 26.07.2011).

Esse aspecto ainda depende de regulamentação da Aneel e essa lacuna legal causa insegurança regulatória aos agentes, podendo impactar nas decisões no momento do investimento.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação, procedeu às análises possíveis. Diante da precariedade de informações disponibilizadas pelo Poder Concedente e de posse das avaliações obtidas, concluiu pela não viabilidade da renovação das concessões de geração de suas quatro usinas vincendas entre 2014 e 2015: Rio dos Patos com 1,8 MW de capacidade instalada, Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260,0 MW, Mourão com 8,2 MW e Chopim I com 1,8 MW.

Concessões de Transmissão

Para as concessões de transmissão, ficou estabelecida uma prorrogação de mais 30 anos. A prorrogação foi facultada ao concessionário e sua adesão dependeu, além da aceitação de antecipação do termo original de sua concessão, também da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização da Aneel. A garantia de ressarcimento se dá conforme a REN nº 443, de 26.07.2011, não causando perdas financeiras ao concessionário.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação, procedeu às análises e avaliações, optando pela renovação. Dessa forma, contribui com a redução nas tarifas e com a modicidade tarifária.

Concessões de Distribuição

Conforme a Lei, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação das concessões de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Licitação

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não foram prorrogadas dentro desse regulamento, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

- ## Comercialização de energia

Em 2013, a Copel Geração e Transmissão firmou novos contratos de compra e venda de energia, conforme segue:

Venda de Energia - Contratos firmados em 2013 (em MW médios):

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Energia convencional							
Comercializadores de energia - ACL	-	153,0	248,0	208,0	175,0	65,0	-
Consumidores livres - ACL	-	10,1	11,1	11,1	8,1	8,1	4,1
Geradoras de energia - ACL	-	59,8	24,8	59,8	59,8	-	-
Distribuidoras de energia - ACR	-	96,0	-	-	-	-	-
Total	**-**	**318,9**	**283,9**	**278,9**	**242,9**	**73,1**	**4,1**
Energia Especial ou Incentivada							
Comercializadores de energia - ACL	8,5	20,2	13,0	3,0	3,0	3,0	-
Consumidores especiais - ACL	-	3,9	4,0	4,0	1,2	-	-
Total	**8,5**	**24,1**	**17,0**	**7,0**	**4,2**	**3,0**	**-**
Total de Energia Vendida	**8,5**	**343,0**	**300,9**	**285,9**	**247,1**	**76,1**	**4,1**

Obs. Operações concretizadas por meio de processos públicos.

Operações mensais realizadas em 2013 foram convertidas para base anual.

ACL - Ambiente de Contratação Livre

ACR - Ambente de Contratação Regulada

Compra de energia ACL - Contratos firmados em 2013 (em MW médios):

	2013
Energia convencional	6,0
Energia especial ou incentivada	0,4
Total	**6,4**

Obs. Operações concretizadas por meio de processos públicos.

Operações mensais realizadas em 2013 foram convertidas para base anual.

- **Fluxo de Energia (em % e GW/hora)**

Fluxo de energia (GWh)

Geração própria	**24.420**	**-**	**45,4%**
Energia recebida	**29.398**	**-**	**54,6%**
CCEAR	15.645		
Itaipu	5.193		
Itiquira	912		
Dona Francisca	612		
CCEE (CCP/MCP)	1.351		
Angra	1.050		
CCGF	1.272		
MRE	1.587		
Elejor	1.186		
Proinfa	590		
Disponibilidade	**53.818**		
Mercado Cativo	**22.926**	**-**	**42,6%**
Concessionárias e Permissionárias [(a)]	**620**	**-**	**1,2%**
Consumidores livres	**4.082**	**-**	**7,6%**
Energia suprida	**22.308**	**-**	**41,5%**
Contratos bilaterais	5.233		
CCEAR	7.220		
CCEE (MCP)	2.000		
MRE	7.855		
Perdas e diferenças	**3.882**	**-**	**7,2%**
Perdas rede básica	1.119		
Perdas distribuição	2.517		
Alocação de contratos no CG	246		

(a) Não inclui os 46 GWh que a Concessionário CFLO consumiu nos meses de fevereiro e março, pois esta energia não foi suprida pela Copel Distribuição.
CCEAR= Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CCEE(MCP) = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Compra Curto Prazo/Mercado de Curto Prazo)
MRE = Mecanismo de Realocação de Energia
CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em em Contrato)

- **Obras da Copa**

Destaca-se o bom andamento das obras no sistema elétrico da Copel, voltados à Copa do Mundo FIFA de 2014. Desses empreendimentos, ressaltam-se:

- Subestação - SE Afonso Pena
- SE Campo Comprido
- Linha de Transmissão - LT Uberaba — São José dos Pinhais
- SE Capanema, a ser concluída em 2014
- LT Umbará – Uberaba, a ser concluída em 2014
- SE Santa Quitéria, a ser concluída em 2014

3.3. Segmentos de Negócios

3.3.1. Geração e Transmissão

3.3.1.1. Geração

A Copel Geração e Transmissão detém e opera 21 usinas próprias, sendo 19 hidrelétricas, uma termelétrica e uma eólica, com capacidade instalada total de 4.756,1 MW e energia assegurada de 2.068,6 MW médios (maior detalhamento na NE nº 35.4.7). Em 2013, esses ativos geraram 24.420,4 GWh, 99,7% desse total de fonte hidrelétrica e eólica. A geração de energia elétrica em nossas usinas é supervisionada e coordenada por nosso Centro de Operação de Geração e Transmissão, em Curitiba.

Em 2013, foram concluídas duas importantes obras de geração: a UHE Mauá (363 MW) instalada no rio Tibagi (PR) e pertencente ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, no qual a Copel detém 51% de participação; e a PCH Cavernoso (19 MW) instalada no rio Cavernoso (PR).

A Copel Geração e Transmissão constituiu consórcio, com a participação de 30%, para construir e explorar a Usina Baixo Iguaçu (350 MW), que está em construção no rio Iguaçu, região oeste do Paraná.

Além disso, a Copel Geração e Transmissão detém concessão para construir e operar as seguintes usinas:

Usina	Potência instalada	Local	Início das operações	Outros
UHE Colíder	300 MW	Rio Teles Pires, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, em Mato Grosso	Previsão para junho de 2015	Implementada pela Copel, com investimento previsto de R$ 1,6 bilhão
UHE São Jerônimo	331 MW	Rio Tibagi, no Paraná	(1)	A ser implementada pelo Consórcio São Jerônimo

(1) Para o início das obras é necessária autorização do Congresso Nacional, conforme artigo 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal, visto que o reservatório da usina atinge áreas indígenas

3.3.1.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Copel Geração e Transmissão detém e opera 2.173,5 km de linhas de transmissão e 32 subestações da rede básica, com potência de transformação da ordem de 11.952 MVA.

- **Obras autorizadas pela Aneel**

Em 2013 foram realizadas quatro grandes ampliações de subestações da Rede Básica, com incremento de 1.050 MVAs instalados e 800 metros de linhas de transmissão de 230 kV adicionados ao sistema elétrico.

Foram entregues para operação comercial obras constantes em seis Resoluções Autorizativas da Aneel – nº 2.649/2010, 2.756/2011, 2.860/2011, 3.028/2011, 3.252/2011 e 3.253/2011, totalizando um incremento de Receita Anual Permitida - RAP de aproximadamente R$ 14,3 milhões.

Entre as obras autorizadas pela Aneel, destaca-se a instalação do 3º banco de autotransformadores (três autotransformadores monofásicos de 200 MVA cada) na SE 500 kV Cascavel Oeste, bem como a continuidade do programa de obras de construção, melhorias e ampliações para a Copa do Mundo de 2014 em Curitiba, região metropolitana e diversas regiões turísticas do Estado, com previsão de conclusão entre 2013 e início de 2014.

- **Grandes obras em andamento e novas concessões**

Em São Paulo, avançaram as obras da SE 230 kV Cerquilho III e os projetos da LT 500 kV Araraquara II — Taubaté, além da SE 230 kV Paraguaçu Paulista II e da LT Paraguaçu Paulista II — Assis.

No Paraná, foram iniciados projetos da LT 230 kV Londrina — Figueira e da LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório.

Em 2013, foram arrematados dois lotes no leilão Aneel n º 007/2013. O primeiro conquistado pela Copel de forma isolada, integrado pela nova subestação 230 kV Curitiba Norte, com potência instalada de 300 MVA, e a LT em 230 kV com 33 km ligando as subestações de Bateias e Curitiba Norte, na região metropolitana de Curitiba. O segundo é composto por 847 km de linhas de transmissão no Paraná e São Paulo, uma subestação nova e duas ampliações, conquistado por meio do Consórcio Mata de Santa Genebra, formado por Copel Geração e Transmissão S.A. (50,1%) e Furnas (49,9%).

Com as recentes conquistas da Copel Geração e Transmissão em leilões de transmissão da Aneel, a configuração das grandes obras para os próximos anos é a seguinte:

Descrição	Estado	Empreendimentos	Km	MVA
LT Umuarama — Cascavel Oeste SE Umuarama	Paraná	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	143 km	300 MVA
SE Camaquã III LT Salto Santiago — Itá LT Itá — Nova Santa Rita LT Nova Santa Rita — Camaquã III LT Camaquã III — Quinta	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	190 km 305 km 140 km 163 km	166 MVA
LT Umuarama — Guaíra LT Cascavel Oeste — Cascavel Norte SE Santa Quitéria SE Cascavel Norte	Paraná	Caiuá Transmissora de Energia S.A.	105 km 31 km	400 MVA 300 MVA
LT Curitiba — Curitiba Leste SE Curitiba Leste	Paraná	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	28 km	672 MVA
LT Açailândia — Miranda II	Maranhão	Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	365 km	-
LT Ribeirãozinho — Rio Verde Norte LT Rio Verde Norte — Marimbondo II	Mato Grosso Goiás Minas Gerais	Guaraciaba Transmisora de Energia (TP Sul) S.A.	250 km 350 km	-
LT Paranaíta — Cláudia LT Cláudia — Paranatinga LT Paranatinga — Ribeirãozinho SE Paranaíta SE Cláudia SE Paranatinga	Mato Grosso	Matrinchã Transmisora de Energia (TP Norte) S.A.	300 km 350 km 355 km	-
SE Cerquilho III	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	-	300 MVA
LT Araraquara II — Taubaté	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	356 km	-
LTs Londrina — Figueira LT Foz do Chopim — Salto Osório	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	88 km 10 km	-
LT Assis — Paraguaçu Paulista II SE Paraguaçu Paulista II	São Paulo	Copel Geração e Transmissão S.A.	37 km	150 MVA
LT Barreiras II — Rio das Éguas LT Rio das Éguas — Luziânia LT Luziânia — Pirapora II	Bahia Goiás Minas Gerais	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244 km 373 km 350 km	-
(1) LT Bateias — Curitiba Norte SE Curitiba Norte 230/138 kV	Paraná	Copel Geração e Transmissão S.A.	33 km	300 MVA
(1) LT 500 kV Itatiba — Bateias LT 500 kV Araraquara 2 — Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 — Fernão Dias SE Santa Bárbara D´Oeste SE Itatiba SE Fernão Dias	Paraná São Paulo	Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	399 km 207 km 241 km	3600 MVA

(1) Leilão realizado em 14.11.2013 e contrato de concessão a ser assinado em 2014.

- **Receitas de Transmissão**

Através da Resolução Homologatória nº 1.559/2013, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo julho/2013 a junho/2014 pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão.

A Copel Geração e Transmissão é detentora de nove contratos de concessão de transmissão, sendo quatro em operação comercial com direito ao recebimento de receitas, quatro em fase de construção e um em fase de assinatura, a LT 230kV Bateias — Curitiba Norte/SE 230/138kV Curitiba Norte - 300MVA. Os reajustes das receitas foram efetuados conforme estabelecido em cada contrato.

O Contrato de Concessão nº 060/2001, que compreende as instalações de transmissão do sistema existente e ampliações autorizadas pela Aneel, e o Contrato de Concessão nº 027/2009, da LT Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu foram reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo que o primeiro teve um reajuste de 4,18%, pois o Contrato de Concessão estava com RAP posicionada em outubro/2012, em virtude da Medida Provisória 579/2012, e o segundo teve um reajuste de 6,50%.

O Contrato de Concessão nº 006/2008, referente à LT Bateias — Pilarzinho passou pelo processo de revisão tarifária no último ciclo e teve sua RAP reposicionada em -9,82%. Enquanto o Contrato de Concessão nº 075/2001, referente à LT Bateias — Jaguariaíva, teve seu reajuste efetuado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M acumulado no período, de 6,22%.

3.3.2. Distribuição

No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam ao atendimento dos mais de 4,1 milhões de consumidores de energia, em 1.113 localidades pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, a Copel Distribuição também opera nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV.

Em 2013, foram conectadas novas subestações e linhas em alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações concluídas em 2013 são:

Subestação	Potência	Localidade
Afonso Pena	41 MVA/69 kV	São José dos Pinhais
Concórdia	30 MVA/138 kV	Toledo

Além destas obras, foram ampliadas a SE 138 kV Quedas do Iguaçu, com 20 MVA, na cidade de Quedas do Iguaçu, a SE 69 kV Batel, com 40 MVA, em Curitiba e a SE 138 kV Portal, com 41,67 MVA, em Foz do Iguaçu.

Novas linhas de alta tensão em 69 kV e 138 kV que foram concluídas:

Local	Tensão	Extensão
Afonso Pena secc. Uberaba — São J. dos Pinhais	69 kV	0,76 km
Capanema circuitos 1 e 2 (variante aérea)	69 kV	2,00 km
Capanema — Batel (variante)	69 kV	0,30 km
Posto Fiscal secc Matinhos — Praia de Leste	138 kV	8,88 km
Capanema circuitos 1 e 2 (variante subterrânea)	69 kV	0,90 km
São Jose dos Pinhais — Uberaba circuitos 1 e 2 (variante)	69 kV	7,80 km
Toledo — Concórdia	138 kV	6,00 km

Ao todo, em 2013 estes empreendimentos adicionaram aproximadamente 173 MVA ao sistema de distribuição e 26,64 km de novas linhas de transmissão de 69 ou 138 kV.

- **Linhas de Distribuição**

Na tabela a seguir são apresentadas as extensões de linhas de distribuição da Copel Distribuição:

Linhas de Distribuição	Extensão (em km)
13,8 kV	100.279,8
34,5 kV	81.546,1
69 kV	932,5
138 kV	5.054,7
230 kV	63,3
Total	**187.876,5**

- **Subestações**

A tabela a seguir apresenta o parque de subestações da Copel Distribuição, aberto por tensão:

Tensão	Subestações automatizadas	MVA
34,5 kV	231	1.480,2
69 kV	36	2.395,9
88 kV	-	5,0
138 kV	94	6.223,6
Total	**361**	**10.104,7**

- **Qualidade de Fornecimento**

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição, continuam em conformidade com os limites estabelecidos pela Aneel. O histórico destes indicadores e do tempo de espera é mostrado no quadro a seguir:

Jan/Dez	DEC (horas) [1]	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2011	10,64	8,26	01:40
2012	10,25	7,84	01:51
2013	11,62	8,06	02:08

[1] DEC medido em horas e centesimal de horas.

- **Mercado de energia**

A tabela a seguir apresenta o comportamento do mercado cativo aberto por classe de consumo:

Mercado Cativo - Copel Distribuição						
	Nº de consumidores			Energia vendida (GWh)		
	Dez/13	Dez/12	%	2013	2012	%
Residencial	3.320.098	3.196.457	3,9	6.888	6.559	5,0
Industrial	93.491	86.717	7,8	6.605	7.405	(10,8)
Comercial	338.502	327.244	3,4	5.074	5.048	0,5
Rural	372.835	372.640	0,1	2.081	2.025	2,8
Outros	56.567	54.512	3,8	2.278	2.211	3,0
Mercado Cativo	**4.181.493**	**4.037.570**	**3,6**	**22.926**	**23.248**	**(1,4)**

- **Mercado Fio (TUSD)**

Mercado Fio de Energia - Copel Distribuição						
	Nº de consumidores/contratos			Energia distribuída (GWh)		
	Dez/13	Dez/12	%	2013	2012	%
Mercado Cativo	4.181.493	4.037.570	3,6	22.926	23.248	(1,4)
Concessionárias e Permissionárias	4	4	-	666	635	4,9
CCEE (MCP)	-	-	-	62	36	72,2
Mercado Fio	**4.141.497**	**4.037.574**	**3,6**	**23.654**	**23.919**	**(1,1)**

- **Tarifas**

Em janeiro de 2013, com a Resolução nº 1.431/2013, a qual contemplou os efeitos da redução do custo de energia decorrentes da publicação da Lei nº 12.783/2013, a Aneel homologou o resultado da revisão tarifária extraordinária da Copel Distribuição, que representou um efeito tarifário médio para os consumidores de -19,28%.

Em junho de 2013, com a Resolução nº 1.541/2013, a Aneel homologou o resultado do reajuste tarifário anual da Copel Distribuição em 13,08%, sendo 11,40% relativos ao reajuste econômico e 1,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que representaria um efeito médio para o consumidor de 14,61%.

Em junho de 2013, através do Despacho nº 1.966/2013, foi concedido efeito suspensivo ao recurso interposto pela Copel Distribuição em face da Resolução Homologatória nº 1.541/2013, de forma a suspender seus efeitos. Em julho de 2013, a Copel Distribuição solicitou diferimento parcial do referido reajuste, sendo autorizado pela Aneel e homologado, por meio da Resolução nº 1.565/2013, diferindo-se o valor de R$ 255,9 milhões, a ser considerado como componente financeiro no reajuste de 2014, e reduzindo-se o efeito médio a ser percebido pelos consumidores para 9,55%.

3.3.3. Telecomunicações

A Copel Telecomunicações presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, elaborando estudos e projetos focados no atendimento das necessidades da Companhia e no mercado em geral. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbitos nacional e internacional.

Em 2013, o acréscimo de 3.032 km de cabos ópticos de acesso urbano (totalizando 15.436 km no final do ano) aumentou significativamente a capilaridade da rede óptica da Copel Telecomunicações. Todos os 399 municípios do Paraná e dois em Santa Catarina são atendidos por meio de 9.490 km de cabos ópticos interurbanos. Por meio dessa rede, a Copel Telecomunicações propicia velocidade e confiabilidade para 8.270 clientes e contam com serviços de telecomunicações com tecnologias de ponta em fibra óptica. Em pesquisa recente, 98% desses clientes se manifestaram satisfeitos ou muito satisfeitos com a Companhia.

3.3.4. Participações

A Copel tem participação societária e associação com empresas, consórcios e outras instituições, que atuam em diversos setores. Na área de energia, a Companhia tem participação em vários empreendimentos, conforme demonstrado a seguir:

Setor geração:

Empreendimento	Potência instalada total (MW)	Participação da Copel
Dona Francisca Energética S.A.	125,0	Copel - 23,0%
Foz do Chopim Energética Ltda.	29,1	Copel - 35,8%
Dois Saltos Empreend. de Geração Energia Elétrica Ltda.	25,0	Copel - 30,0%
UEG Araucária Ltda.	484,1	Copel - 20,0% / Copel GeT - 60,0%
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	246,4	Copel - 70,0%
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	361,0	Copel GeT - 51,0%
Investco S.A. (UHE Lajeado) (1)	902,5	Copel - 0,8%
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu	350,2	Copel GeT - 30%
Consórcio Tapajós	-	Copel GeT - 11,1%
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. (2)	137,4	Copel - 49,9%
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (3)	94,0	Copel - 49,9%

(1) Os ativos da UHE Lajeado estão arrendados às demais concessionárias em frações ideais dos ativso existentes.

(2) Em dezembro de 2013, a Copel adquiriu 50,1% das ações da Cutia, porém a aquisição poderá ser rescindida caso não seja obtida a aprovação incondicional da compra e venda das ações e dos projetos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do

(3) Em dezembro de 2013, a Copel adquiriu 50,1% das ações da São Bento Energia, porém a aquisição poderá ser rescindida caso não sejam obtidas as aprovações pela Aneel, pelo Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Setor transmissão:

Empreendimento	Participação da Copel
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Copel GeT - 51%
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Copel GeT - 49%
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.	Copel GeT - 49%
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Copel GeT - 49%
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Copel GeT - 80%
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.	Copel GeT - 49%
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Copel GeT - 24,5%
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Copel GeT - 20%
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Copel GeT - 50,1%

Outros setores:

Setor	Empreendimento	Participação da Copel
Gás	Companhia Paranaense de Gás - Compagás	51%
Petróleo e Gás Natural (1)	Consórcio Petra	30%
Telecomunicações	Sercomtel S.A. Telecomunicações	45%
Saneamento	Dominó Holdings S.A.	45%
Serviços	Escoelectric Ltda.	40%
Serviços	Copel Amec S/C Ltda. em liquidação	48%
Exploração de Carvão	Carbocampel S.A.	49%

(1) Consórcio formalizado em 2014.

- **Petróleo e Gás Natural**

A Copel conquistou, em consórcio com outras empresas, o direito de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, na 12ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, realizada em novembro de 2013, de quatro blocos no Paraná.

A Companhia entrou no leilão com 30% de participação no consórcio Petra, formado em conjunto com Tucumann Engenharia (10%), Bayar Participações (30%) e Petra Energia (30%). O valor total do bônus de assinatura dos quatro blocos será de R$ 12,5 milhões e o programa exploratório mínimo prevê investimento de R$ 78,1 milhões durante os próximos seis anos. Os blocos estão localizados na região centro-sul do Estado do Paraná (Bacia do Paraná) numa área correspondente a 11.297 km².

O ingresso da Copel no setor de exploração e produção de gás natural tem o objetivo de viabilizar a sua carteira de projetos térmicos e potencializar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná. O consórcio foi formalizado em 2014.

3.4. Pesquisa & Desenvolvimento - P&D

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Copel investiu em projetos nos setores:

Geração e Transmissão

Aplicou aproximadamente R$ 3,9 milhões na execução de 13 projetos de P&D, sendo que em 7 deles a companhia participou de forma cooperada com outras empresas. Destes, 3 são estratégicos, cujos temas foram estabelecidos pela Aneel, por meio de Chamada de Projetos.

O projeto de P&D estratégico “Otimização do despacho hidrotérmico através de algoritmos híbridos com computação de alto desempenho”, no qual a Copel Geração e Transmissão atuou como proponente, foi concluído, tendo seus resultados aprovados e integralmente reconhecidos de forma oficial pela Aneel em 2013. O parecer conclusivo da agência considerou o projeto original e inovador na área de planejamento de sistemas de energia, trazendo benefícios científicos, tecnológicos e socioambientais para a comunidade.

Distribuição

Em 2013, foram executados 28 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, sendo um estratégico cooperado — Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira, no qual a Copel participa com outras empresas. Foram aplicados, no total, aproximadamente R$ 7,8 milhões.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2013, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R$ 687,0 milhões, representando 8,1% de aumento em relação a 2012. Tal variação decorre principalmente de:

1) Acréscimo de R$ 719,1 milhões na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em virtude principalmente da:
   - alteração na estrutura tarifária a partir de 24.01.2013, onde a tarifa de energia representa, neste período, maior percentual em relação à tarifa de uso do sistema da distribuição - TUSD
   - ao reajuste tarifário médio de 9,55% em junho de 2013.
2) Aumento de R$ 308,8 milhões em **Suprimento de Energia Elétrica**, devido principalmente ao:
   - aumento decorrente das operações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
   - acréscimo de receita em contratos bilaterais;
   - compensado pela redução na receita em Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR.
3) Decréscimo de R$ 801,7 milhões na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica**, devido:
   - alteração na estrutura tarifária a partir de 24.01.2013, onde a TUSD representa, neste período, menor percentual em relação à tarifa de energia; e
   - prorrogação do contrato de concessão da transmissão;
4) Acréscimo de R$ 326,3 milhões na **Receita de Construção**. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica, as quais totalizaram R$ 1.076,1 milhões em 2013 e R$ 749,8 milhões em 2012. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como **custo de construção**, quando incorridos.
5) Acréscimo de R$ 15,8 milhões na **Receita de Telecomunicações**, decorrente principalmente do aumento do número de clientes, de 3.141 em 2012 para 8.270 em 2013 e do aumento do número de circuitos, de 18.704 em 2012 para 27.957 em 2013.

6) Acréscimo de R$ 43,6 milhões na **Receita de Distribuição do Gás Canalizado**, devido ao aumento de volume de distribuição de gás em 2013 em relação a 2012 e ao reajuste de tarifas no ano de 2013.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R$ 566,9 milhões em 2013, representando um aumento de 7,6%, influenciados, principalmente por:

1) Acréscimo de R$ 528,6 milhões em Energia Elétrica Comprada para Revenda, devido principalmente ao maior valor de energia adquirida na CCEE e de CCEAR; compensada pelo recebimento de recursos provenientes da CDE, no montante de R$ 294,1 milhões destinados ao ressarcimento de custos de energia;

2) Decréscimo de R$ 365,0 milhões em **Encargos do Uso da Rede** em virtude principalmente do menor custo com encargos de uso do sistema - em consequência da Lei 12.738/13, a qual prorrogou as concessões de transmissão, e ao recebimento de recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados à compensação dos custos com encargos, no valor de R$ 319,6 milhões;

3) Decréscimo de R$ 149,3 milhões em **Pessoal e Administradores,** decorrente principalmente do menor valor de Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias e dos menores gastos com remunerações e encargos, em função da redução do quadro de funcionários no período — redução de 821 funcionários entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013.

4) Acréscimo de R$ 105,6 milhões em **Outras Despesas Operacionais,** decorrente principalmente do maior valor de perda na desativação e alienação de bens e ao acréscimo da Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

4.3. EBITDA ou LAJIDA

Consolidado **Em R$ mil**	**2013**	**2012**
Lucro líquido atribuído aos acionistas da empresa controladora	1.072.560	700.688
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	28.875	25.832
IRPJ e CSLL diferidos	(149.451)	(212.249)
Provisão para IRPJ e CSLL	554.520	458.257
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(280.311)	26.650
Lajir/Ebit	**1.226.193**	**999.178**
Depreciação e Amortização	603.203	549.855
Lajida/Ebitda	**1.829.396**	**1.549.033**
Receita Operacional Líquida - ROL	9.180.214	8.493.252
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	**19,9%**	**18,2%**

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R$ 307,0 milhões devido a:

1) **Receitas Financeiras** - o acréscimo de R$ 4,0 milhões deve-se principalmente a:

- variação monetária e encargos sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão ocorrida em 2013 no valor de R$ 84,6 milhões;
- compensado pela redução de acréscimos moratórios sobre faturas de energia; e
- pelo decréscimo na renda e variação monetária sobre repasse do CRC ao Estado do Paraná.

2) **Despesas Financeiras** - o decréscimo deve-se principalmente à atualização de R$ 401,1 milhões referente aos efeitos da revisão tarifária da Copel Distribuição na remensuração do Ativo Financeiro ocorrido em 2012.

4.5. Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures decorreram principalmente dos seguintes ingressos de recursos:

Ingressos - 2013 (Em R$ milhões)	Financiador	Valor
BNDES PCH Cavernoso/ UHEColíder/Subest Cerquilho	BNDES	925,9
Banco do Brasil CCB 21/11062-X	Banco do Brasil	151
Projeto BEL	Finep	12,7

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R$ 460,9 milhões, sendo R$ 41,7 de principal e R$ 419,2 de encargos.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo é:

Saldos (Em R$ milhões)	2013	2012
Curto prazo	1.014,6	274,0
Longo prazo	3.517,2	2.987,6
Total	**4.531,8**	**3.261,6**

4.6. Lucro Líquido

Em 2013, a Companhia obteve lucro líquido de R$ 1.101,4 milhões, sendo 51,6% maior que o obtido no exercício anterior, de R$ 726,6 milhões.

Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

(em R$ mil)	2013			2012			2011
	Total	2ª Parcela	1ª Parcela	Total	2ª Parcela	1ª Parcela	
Aprovação na AGO	24/04/14	24/04/14		25/04/13	25/04/13		26/04/12
Aprovação no CAD	12/03/14	12/03/14	13/11/13	19/03/13	19/03/13	19/12/12	21/03/12
Data de pagamento	a definir	a definir	16/12/13	23/05/13	23/05/13	15/01/13	29/05/12
Lucro Líquido Ajustado	1.121.075	470.996	650.079	767.298	300.221	467.077	1.203.117
Valor para Ações ON	283.640	119.122	164.518	135.643	66.144	69.499	212.954
Valor para Ações PNA	964	488	476	964	-	964	970
Valor para Ações PNB	275.933	115.888	160.045	131.947	64.338	67.609	207.167
Total Distribuído	**560.537**	**235.498**	**325.039**	**268.554**	**130.482**	**138.072**	**421.091**

Obs.: Para a 1ª parcela de 2012 e 2013, o Lucro Líquido Ajustado, refere-se aos resultados do 1º semestre dos respectivos exercícios

A distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio da 1ª parcela de 2013 está de acordo com a antecipação de pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JCP da Holding para seus acionistas, proposta na 2.074ª Reunião de Diretoria de 11.11.2013, autorizada na 119ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de 13.11.2013, considerando os resultados obtidos pela Companhia até 30.06.2013, bem como a oportunidade decorrente da disponibilidade de recursos em caixa, a conveniência administrativa da medida, o benefício fiscal advindo da Lei Federal nº 9.249/1995 e o procedimento previsto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e no Estatuto Social da Companhia. O CAD aprovou a antecipação de parcela de dividendos e de parcela de JCP em substituição aos dividendos do exercício de 2013 no montante de R$ 325,0 milhões correspondente a 50,0% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre, com pagamento em 16.12.2013 aos acionistas com posição até 26.11.2013, de acordo com a Lei nº 9.249/1995, cujo valor será compensado por ocasião da definição dos dividendos anuais de tal exercício, como segue:

1. Dividendos, no valor bruto de R$ 145,0 milhões, assim distribuídos:

- R$ 0,50617 por ação ordinária (ON);
- R$ 0,55688 por ação preferencial classe A (PNA); e
- R$ 0,55688 por ação preferencial classe B (PNB)

2) JCP, no valor bruto de R$ 180,0 milhões, assim distribuídos:

- R$ 0,62819 por ação ordinária (ON);
- R$ 0,69111 por ação preferencial classe A (PNA); e
- R$ 0,69111 por ação preferencial classe B (PNB)

O pagamento da parcela remanescente do exercício de 2013 ocorrerá em até 60 dias da realização da AGO.

4.7. Valor Adicionado

No exercício de 2013, a Copel apurou R$ 6.608,1 milhões de Valor Adicionado Total, 11,4% inferior ao apurado no ano anterior. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2013	2012	Variação %
Acionistas	5,4%	3,0%	80,0
Retido	11,3%	6,7%	68,7
Terceiros	6,5%	10,1%	(35,6)
Pessoal	18,4%	17,8%	3,4
Governo	58,4%	62,4%	(6,4)
Estadual e Municipal	56,4%	52,5%	7,4
Federal	43,6%	47,5%	(8,2)
Total	**100,0%**	**100,0%**	**-**

4.8. Inadimplência de Consumidores

A partir do período contábil de 2003, a Copel passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos} > 15 \text{ dias} \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 414/2010), e é excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos.

Em dezembro de 2013, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição foi de R$ 115,5 milhões, que equivale a 1,52% do seu faturamento.

4.9. Ações

Volume negociado:

Volume negociado		ON (CPLE3)		PNB (CPLE6)	
		Total	Média diária	Total	Média diária
Bovespa	Negócios	22.538	91	658.462	2.655
	Quantidade	16.077.000	65.089	154.687.200	623.739
	Volume (R$ mil)	359.107	1.454	4.795.358	19.336
	Presença nos pregões	247	100%	248	100%
NYSE	Quantidade	46.319	558	110.168.727	438.919
	Volume (US$ mil)	514	6	1.565.676	6.238
	Presença nos pregões	83	33%	251	100%
Latibex	Quantidade	-	-	333.975	1.363
	Volume (€ mil)	-	-	3.634	15
	Presença nos pregões	-	-	245	98%

Desempenho do preço das ações:

Ação		2013	2012	Variação %
BM&FBovespa	ON (CPLE3)	R$ 22,30	R$ 25,20	(11,5)
	média ON	R$ 24,19	R$ 32,42	(25,4)
	PNA (CPLE5)	R$ 30,00	R$ 39,14	(23,4)
	média PNA	R$ 33,47	R$ 39,14	(14,5)
	PNB (CPLE6)	R$ 30,53	R$ 31,70	(3,7)
	média PNB	R$ 31,22	R$ 38,65	(19,2)
	Ibovespa	51.507	60.952	(15,5)
	Índice de Energia Elétrica	26.250	28.792	(8,8)
NYSE	ON (ELPVY)	US$ 9,31	US$ 12,56	(25,9)
	média ON	US$ 11,11	US$ 16,43	(32,4)
	PNB (ELP)	US$ 13,14	US$ 15,35	(14,4)
	média PNB	US$ 14,58	US$ 19,93	(26,8)
	Índice Dow Jones	16.576,66	13.104,14	26,5
Latibex	PNB (XCOP)	€ 9,50	€ 11,62	(18,2)
	média PNB	€ 10,99	€ 15,49	(29,1)
	Índice Latibex	2.076,60	2.594,20	(20,0)

4.10. Programa de Investimentos

O programa de investimentos para 2014 foi aprovado em 11.12.2013 pela 143ª reunião ordinária do CAD. A seguir, os investimentos realizados e os previstos para 2014:

	Realizado		Variação %	Previsto
Empresas (em R$ milhões)	2013	2012	2013-2012	2014
Geração e Transmissão	478,7	988,2	(51,6)	1.308,7
Distribuição	977,1	809,0	20,8	895,9
Telecomunicações	74,1	79,9	(7,3)	80,0
Holding	-	-	-	0,3
Participação em Novos Negócios	407,1	26,2	1.453,8	331,8
Total	**1.937,0**	**1.903,3**	**1,8**	**2.616,7**

5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Força de trabalho (somente holding e subsidiárias integrais)

Os 8.647 empregados do quadro próprio estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (5.105 empregados), profissional técnico de nível médio (2.049 empregados) e profissional de nível superior (1.493 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido 374 novos empregados em 2013, mediante concurso público. Durante o mesmo período, 1.203 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 0,09 em 2013 e 0,07 em 2012.

- **Desenvolvimento de Pessoal**

O Desenvolvimento de Pessoal se desdobra em programas corporativos, cursos de formação e obrigatórios. Em 2013, a Copel investiu R$ 7,1 milhões em Treinamento e Desenvolvimento - T&D, em ações voltadas aos seus empregados e público estratégico.

As ações de T&D da Companhia resultaram na realização de 1.853 eventos (internos e externos), totalizando 504.111 horas de treinamento com 29.005 participações, além de 91 terceirizados. Visando contribuir no atendimento das metas estratégicas da Companhia destacam-se:

- Programa de Desenvolvimento de Lideranças, através de MBA
- MBA em Gestão Comercial de Energia
- Programa de língua estrangeira abrangendo os idiomas Inglês, Espanhol e Mandarim
- Programa de Gerenciamento de Projetos
- Programa de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração, além dos valores obrigatórios previstos em Lei, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a empregados com deficiência e a empregados com dependentes deficientes, além de outros proporcionados pelo convênio existente entre a Copel e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial e plano de assistência

médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal n° 10.101/2000, o Decreto Estadual n° 1.978/2007 e a Lei Estadual n°16.560/2010. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2013 (R$ 1.346,60) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R$ 678,00) era de duas vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Riscos trabalhistas**

Além de cumprir totalmente com suas obrigações trabalhistas, garantindo aos empregados os seus direitos instituídos pela legislação, a Copel realiza uma série de ações, com o intuito de reduzir os riscos trabalhistas, dentre as quais destacamos:

- com o objetivo de estabelecer regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência, foi instituída a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam, cuja composição procura garantir a imparcialidade nas análises dos processos;
- a Copel se relaciona com 19 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados;
- as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa; e
- a Copel disponibiliza o Canal de Comunicação Confidencial, que pode ser utilizado por empregados, gerentes, diretores, estagiários, contratados e demais partes interessadas. O objetivo desse recurso é a comunicação de irregularidades relacionadas à

contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas da Copel.

- **Diálogo com o Público Interno**

Como forma de dar continuidade ao Plano de Gestão de Pessoas, em julho e agosto de 2013 a Copel realizou o terceiro ciclo da Pesquisa de Opinião dos Empregados - POE. A pesquisa tem como objetivo conhecer a opinião dos empregados sobre os atributos que promovem a satisfação, o comprometimento e a motivação no ambiente de trabalho. Em 2013 a pesquisa foi respondida por 59,4% do universo de empregados, atingindo um índice de satisfação de 63,2%.

- **Programa Nossa Energia**

Como forma de reconhecer e valorizar o desempenho dos seus empregados, foi implantado em 2013 o Nossa Energia, o programa de gestão de desempenho da Copel.

O programa é composto por dois eixos: Competências Organizacionais, relacionado aos comportamentos esperados de cada empregado, e Resultados, que está associado à produtividade e é formado pelas metas corporativas desdobradas até o nível de Superintendência.

De acordo com o Nossa Energia, o desempenho de cada empregado associa-se a um dos três grupos de desempenho definidos pela Companhia.

Para cada grupo são associadas diferentes tratativas em relação à Carreira e Remuneração e ao Desenvolvimento Profissional, tais como promoções funcionais, meritocracia, adequação funcional, conferências, treinamentos, bolsas para pós graduação e línguas estrangeiras, entre outros.

Dentre os principais benefícios que a implantação do Nossa Energia trouxe às partes envolvidas, podem ser destacados:

- Alinhamento do desempenho dos empregados ao referencial estratégico;
- Critérios padronizados e transparentes para políticas por desempenho;
- Oportunidade de diálogo entre gerentes e empregados;
- Conhecimento das características e potencial da equipe por parte dos gerentes;
- Desenvolvimento profissional e pessoal dos empregados; e
- Oportunidade aos empregados de definição dos seus objetivos de carreira.

5.2. Fornecedores

Ao contratar fornecedores a Copel propõe reuniões de integração, a serem realizadas antes do início dos serviços, nas quais são abordados temas relativos às práticas de segurança e saúde no trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, bem como cláusulas contidas no Código de Conduta da Copel.

Desde 2005, a Companhia vem estruturando formas de dinamizar o relacionamento com os fornecedores e melhorar o processo de gestão da cadeia de suprimentos.

- **Programa Rede de Valor Solidária**

Em 2013 teve início o Programa Rede de Valor Solidária, com o objetivo de implementar estratégias e ações que possibilitem melhoria da gestão da cadeia de Suprimentos e do desempenho da Companhia nos indicadores e critérios de Excelência e Sustentabilidade, bem como contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados a padrões de excelência e sustentabilidade.

- **Manual do fornecedor**

O manual tem a finalidade de orientar os fornecedores quanto a questões cotidianas da Companhia, aprimorar o relacionamento entre as partes e buscar o alinhamento dos princípios e diretrizes relacionados ao processo da cadeia de suprimentos.

O documento pode ser acessado no *site* www.copel.com.

5.3. Clientes

Os clientes atendidos pela Copel têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os de maior destaque no volume de atendimentos está o Call Center (0800 51 00116), sem custo de ligação para o consumidor.

A Companhia vem investindo em novos canais de relacionamento com o cliente, ampliando as opções de contato e com isso facilitando as solicitações de serviços e aumentando a eficiência do atendimento. As soluções virtuais representam, ao mesmo tempo, comodidade para o público e redução de custos à concessionária. As solicitações podem se realizadas por meio da Agência Virtual na Web, SMS, URA, CHAT e *e-mail*. Em 2012 a popularização dos dispositivos portáteis conectados à internet levou a Copel a investir em mais um canal, o Copel *Mobile*, que é um aplicativo que leva os serviços online aos *smartphones* e *tablets*. Estes canais, ao final de 2013, já representavam 45% dos atendimentos realizados. Os demais 55% dos atendimentos acontecem nos canais tradicionais, 38% no Call Center e 17% no atendimento presencial.

A Companhia ainda dispõe de 15 postos de atendimento móvel que percorrem bairros em grandes cidades e participam de feiras, eventos e palestras em escolas ou empresas, bem como divulgam informações sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica. Também oferece, nas agências dos Correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Os clientes também têm representatividade por meio do Conselho de Consumidores com a atribuição de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor final, além de apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

5.4. Comunidade

Em 2013, vários municípios que abrigaram empreendimentos da Copel contaram com a dedicação de técnicos enviados com a função de demonstrar a importância das questões afetas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Acidente na comunidade (distribuição)

Historicamente, por força de seu estatuto, a Copel tem um forte envolvimento com a sociedade, tendo como propósito promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Com sua expansão para outros Estados esse compromisso está se ampliando.

A prevenção de acidentes com a comunidade é realizada com treinamentos nas escolas, empresas e reuniões de comunidades, utilizando-se material didático padronizado com instrutores formados, entrevistas em emissoras de rádio por todo Estado do Paraná em convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, acordos diretos com as emissoras para a divulgação diária de informações sobre o uso seguro da eletricidade e mensagens mensais na fatura de energia elétrica encaminhada a todos os clientes. Anualmente é promovida a Semana Nacional de Segurança, em parceria com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee e demais distribuidoras.

Museu Regional do Iguaçu – MRI

O MRI está situado na Vila Residencial da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Braga - UHEGNB, no município de Mangueirinha/PR e apresenta, de forma integrada, as características sociais, culturais e ambientais das populações que têm ocupado as margens do rio Iguaçu. É mantido sob guarda valioso acervo oriundo dos programas de Salvamento Arqueológico, Salvamento da Memória Cultural e de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna desenvolvidos durante a implantação da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Braga.

A partir das coleções os educadores do Museu desenvolvem ações que estimulam a valorização da cultura e da memória local e regional, como ainda promovem reflexões sobre o desenvolvimento, o crescimento econômico, o bem-estar humano, a preservação dos recursos naturais e o uso seguro e consciente de energia elétrica.

Em 2013 o Museu atendeu a 11.803 visitantes/usuários distribuídos nas modalidades de agendamento com monitoria guiada, visitantes espontâneos e de Museu Itinerante.

Programa Cultivar Energia (Sob-linhas)

Tem como objetivo implementar hortas comunitárias nas faixas de segurança das redes de energia elétrica da Copel, em parceria com prefeituras municipais e associações de moradores. Tendo como princípio o uso múltiplo e a ocupação social dos imóveis, busca promover a inclusão e a educação ambiental, com resgate da cidadania das comunidades que margeiam as áreas das faixas de servidão, por meio da relação direta com a produção alimentar e a geração de renda. Além disso, proporciona mais segurança à comunidade, evitando instalações irregulares sob as linhas.

No dia 1º de dezembro de 2013 foi oficialmente inaugurada a Horta Comunitária Jardim Imperial II/Vila Esperança, em Maringá, onde 56 famílias já colhem a primeira leva de hortaliças produzidas sob uma linha de transmissão da Copel. Realizado em caráter piloto, o projeto integra uma parceria da Copel com a Prefeitura Municipal de Maringá, que pretende alcançar 300 famílias de sete diferentes hortas localizadas sob linhas de transmissão.

Projeto Guardião das Águas

É um convênio firmado com o Instituto Bom Aluno e tem o objetivo de promover a cidadania, por meio do apoio e mobilização ao grupo escoteiro Guardião das Águas, visando à sensibilização dos participantes para temas ambientais e sociais e a contribuição para a preservação das áreas de mananciais da Bacia do Alto Iguaçu.

5.5. Educação para sustentabilidade

Rede Copel de Agentes para Sustentabilidade

A Rede Copel de Agentes para a Sustentabilidade atua na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade.

Cine Sustentabilidade

O projeto Cine Sustentabilidade tem como objetivo sensibilizar os empregados da Companhia em relação aos 10 princípios do Pacto Global, cuja proposta é provocar a reflexão quanto aos princípios e estabelecer a correlação com processos, ações e iniciativas existentes na Companhia em função do cumprimento do Pacto. No período de 2012 a 2013 o programa contou com 1.910 participantes.

Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais

A 4ª edição do seminário "Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais", focou na temática fornecedores e cadeia de valor com apresentação de palestras e *cases* de empresas parceiras apresentando suas experiências no processo de compartilhamento e envolvimento de empregados para questões socioambientais e de sustentabilidade. O seminário foi criado com o objetivo de divulgar projetos e práticas socioambientais desenvolvidos em áreas da Companhia, dando-lhes visibilidade e possibilitando suas replicações em outras áreas, quando aplicável.

Troféu Susie Pontarolli

O Troféu Susie Pontarolli de Sustentabilidade tem por objetivo reconhecer e apoiar iniciativas que visem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria de qualidade de vida. A 2ª Edição do Troféu, lançada em novembro de 2013, oportunizou a participação de empregados e fornecedores e premiou as três melhores práticas nas Categorias:

- Categoria Empregados - onde os prêmios em dinheiro deverão ser destinados, exclusivamente, para a manutenção ou ampliação dos projetos vencedores.
- Categoria Fornecedores Consciente - visa destacar projetos em prol da comunidade ou de seus empregados como forma de valorização da pessoa, de estimulo à igualdade e justiça social.

5.6. Projetos e Programas Corporativos

- ### Voluntariado Corporativo – EletriCidadania

O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que, muito além do simples assistencialismo, levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2013, participaram do programa 186 empregados, realizando um total de 1.473 horas de voluntariado.

- ### Programa Corporativo de Acessibilidade

O Programa Corporativo de Acessibilidade tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada no que diz respeito às questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes

interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços. Em 2013, a Copel alcançou a marca de 83% das agências e postos de atendimento adaptados arquitetonicamente.

- **Programa Luz para Todos - LPT**

Em 2011, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.520/2011, instituiu novo Programa LPT para o período de 2011 a 2014, destinado a propiciar atendimento exclusivamente às famílias prioritárias, ou seja: moradores dos Territórios da Cidadania, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, como também a escolas, postos de saúde e poços de água comunitários. Até 2013, foram ligadas 2.226 unidades consumidoras, sendo que mais 1.891 unidades estão em fase de construção de redes para conclusão em 2014.

- **Programa Morar Bem Paraná**

Em 2011, através do Decreto nº 2845/2011, foi instituído o Programa Morar Bem Paraná. Este convênio tem o objetivo de incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até seis salários mínimos nacional, bem como o desenvolvimento Estadual de Habitação de Interesse Social.

Dentre as atribuições da Copel no convênio, as principais são a construção das redes de distribuição de energia elétrica, para atender aos empreendimentos e das entradas de serviços das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais. A gestão do convênio é realizada pela Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

- **Programa de Gestão de Solo e Águas em Microbacias**

Em junho de 2012, foi celebrado o Programa de Gestão de Solo e Águas em Microbacias, tendo, como partícipes, o Instituto de Águas do Paraná, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, 99 municípios do estado do Paraná e a Copel. O objetivo deste convênio é a implantação do sistema de Abastecimento Público em área rural, no âmbito do programa de gestão de Solo e Água em Microbacias. Posteriormente, o Programa foi estendido, para atender a outros 86 municípios do estado do Paraná.

A obrigação definida para a Copel é atender ao pedido de ligação da unidade consumidora do município, gratuitamente, de acordo com os critérios de universalização do atendimento, previstos na Resolução Aneel nº 414/2010, ou quando cabível, participar financeiramente através do encargo de responsabilidade da distribuidora, conforme os critérios previstos na referida Resolução. A gestão do convênio é realizada pelo Instituto Águas do Paraná.

- **Programa Luz Fraterna**

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo de até 120 kWh têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado. Com base no faturamento 2012/2013 foram beneficiados, no Programa Luz Fraterna, cerca de 185 mil consumidores.

- **Programa de Irrigação Noturna**

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema, entre outros órgãos, o programa tem como objetivo incentivar o aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural. Em 2013, foram beneficiados cerca de 3 mil agricultores pela tarifa especial de irrigação.

- **Programa Tarifa Rural Noturna**

O programa tem o objetivo de incentivar os produtores rurais paranaenses, classificados como consumidores rurais atendidos em rede de baixa tensão, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30 e 06h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando minimização de custos e incremento da produção rural no Estado do Paraná. Em 2013, foram beneficiadas cerca de 7,4 mil propriedades pela tarifa especial noturna.

- **Programa de Eficiência Energética - PEE**

Anualmente a Copel desenvolve projetos para a maior eficiência energética, atendendo aos programas PEE - Programa de Eficiência Energética e P&D, avaliados e fiscalizados pela Aneel.

O PEE tem o objetivo de promover a eficiência no uso final da energia elétrica, por meio da aplicação de recursos financeiros determinados pela Lei nº 9.991/2000, de modo a contribuir para a otimização do sistema elétrico e postergação de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Em 2013 foram aplicados cerca de R$ 30,0 milhões em 57 projetos, que colaboraram para melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, prédios públicos, estabelecimentos comerciais e de serviços e em projetos educacionais.

Em 2013 foi aberta Chamada Pública nº 001/2013 para consumidores com ou sem fins lucrativos, com investimento previsto de R$ 12,0 milhões, sendo R$ 7,0 milhões para os segmentos industrial e residencial e outros R$ 5,0 milhões para outras tipologias. A Copel foi a primeira empresa a realizar Chamada Pública nos moldes do novo regulamento da Aneel.

5.7. Meio ambiente

- **Gestão socioambiental de novos empreendimentos**

Em 2013 foi realizada a gestão socioambiental dos novos empreendimentos em implantação pela Companhia: UHE Colíder, UHE Mauá, PCH Cavernoso II, SE Cerquilho II, SE Taubaté e LT Araraquara — Taubaté.

Também foi realizada a gestão socioambiental de Engenharia do Proprietário da LT Cascavel Oeste — Cascavel Norte, LT Cascavel Oeste — Umuarama Sul, LT Umuarama Sul — Guaíra, SE Curitiba Leste, SE Umuarama Sul, SE Santa Quitéria e SE Cascavel Norte.

Além disso, foram obtidas 90 licenças e autorizações ambientais junto aos órgãos licenciadores.

- **Gestão Socioambiental de Reservatórios**

Desenvolvimento de ações por meio da gestão ambiental por microbacias hidrográficas, com os objetivos de: identificar as fontes de poluição nas bacias de contribuição dos reservatórios; planejar, em parceria com demais instituições do Estado, o uso e a ocupação do solo; participar de programas estaduais relacionados a ações de preservação ambiental em microbacias contribuintes de reservatórios; implantar medidas de caráter preventivo e corretivo; e controlar a incidência de algas e macrófitas, visando melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das UHEs da Copel, bem como promover seu uso múltiplo.

Em 2013 foi concluído e Sistema de Informações Geográfica Socioambiental - SIG-SAM, um sistema concebido pela Copel para armazenar uma base de dados cartográfica socioambiental confiável e integrada. Dentro do processo Gestão de Reservatórios da Copel serão definidos os próximos passos para a operacionalização das atividades de monitoramento e cadastros das ocorrências socioambientais.

- **Programa Florestas Ciliares**

O principal objetivo do Programa é a recuperação dos ambientes naturais circunjacentes aos reservatórios das usinas, feita essencialmente por meio de plantios florestais, utilizando

diferentes técnicas de recuperação florestal, visando melhor desempenho da atividade. O trabalho é realizado em imóveis da Copel, bem como em imóveis de terceiros, cujos proprietários possuam interesse em aderir ao Programa. Em 2013, foram plantadas 186.302 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 120 hectares. Foi realizado o cercamento de 20 km, para proteção das áreas reflorestadas, também foram reformados 33 km de cercas anteriormente construídas.

- **Hortos Florestais**

Nos hortos florestais são produzidas as mudas necessárias para atendimento a programas de compensação ambiental que necessitam de reflorestamento. Além do Programa de Florestas Ciliares, são produzidas mudas para compensação ambiental de supressão vegetal decorrente da abertura de faixa para linhas de transmissão e distribuição, repasse de mudas de arborização urbana para as prefeituras conveniadas e para compor o paisagismo de áreas administrativas da Companhia. A produção de mudas inclui 148 espécies arbóreas nativas, abrangendo os diversos tipos de vegetação, inclusive varias espécies raras e ameaçadas de extinção. Em 2013, os hortos florestais da Companhia produziram 394 mil mudas. Além das mudas produzidas nos hortos, são transplantadas e reabilitadas plantas resgatadas durante a supressão vegetal em áreas de novos empreendimentos.

- **Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna**

O Programa permite acompanhar as mudanças nas comunidades de peixes afetadas pelas barragens da Copel e realiza o manejo destas comunidades, mitigando impactos e atendendo necessidades legais e sociais. Em 2013 houve a liberação de 147.510 alevinos, sendo 1.360 em ações com universidades, 80.150 nos reservatórios da Copel e 66.000 em eventos ambientais junto às prefeituras. Houve ainda resgates de peixes em situações de risco relacionadas ao funcionamento das usinas hidrelétricas, totalizando mais de mil peixes resgatados em 2013.

- **Programa de Arborização Urbana**

Incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da Copel, por meio de ações junto às Prefeituras, visando à convivência das redes de distribuição de energia com as árvores urbanas. O plantio de árvores adequadas em locais corretos resulta em uma menor necessidade de intervenções com podas drásticas e na redução de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2013, por meio de 12 convênios firmados, foram removidas 1.470 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e fornecidas 5.089 mudas adequadas à arborização de vias públicas.

- ## Tecnologias de redes de distribuição de energia

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são: riscos de acidentes com terceiros, conflitos com a arborização e animais silvestres e poluição visual. Para mitigar estes impactos, sempre que há viabilidade técnica e econômica, a Copel adota tecnologias alternativas às redes nuas, como:

Rede de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Rede de Distribuição Secundária Isolada - RSI: As RDCs minimizam a área de interferência com a vegetação, a necessidade de poda das árvores. As RSIs permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores. Juntas, as RDCs e RSIs representam nas áreas urbana e rural 22,2% e 1,7% do total de redes construídas até 2013,respectivamente. Importante ressaltar que desde 2010 a RDC é o padrão construtivo preferencial da Copel para redes aéreas.

Rede isolada: Outra tecnologia de rede que tem sido estudada e aplicada pela Copel é a rede aérea isolada de média tensão (13.800 Volts e 34.500 Volts). Trata-se de uma tecnologia de cabos isolados que permite o contato permanente com a arborização. Este tipo de rede torna a necessidade de poda de árvores quase nula.

Rede Subterrânea: Em certas situações de alta demanda de energia e confiabilidade, a Copel pode projetar e construir redes subterrâneas, que eliminam a necessidade de poda de árvores e reduzem a possibilidade de acidentes com terceiros, além de melhorar o impacto visual causado em relação às redes.

- ## Emissões

Emissões de gases do efeito estufa - GEE

A Copel elabora anualmente o inventário de gases do efeito estufa - GEE da empresa, baseado no modelo de cálculo do GHG Protocol Brasil. O resultado dos inventários de emissões de GEE da Copel está disponível no *site* do programa brasileiro do GHG Protocol: http://www.registropublicodeemissoes.com.br. Pela primeira vez, o relatório foi verificado e certificado por entidade externa, dando maior transparência às informações.

Ainda no ano de 2013, a Copel recebeu a homenagem do Programa GHG Protocol por realizar e divulgar interruptamente os seus inventários.

Efluentes

Conforme previsto, em 2013, foram implantados sistemas de tratamento de esgoto nas PCH's Apucaraninha, Melissa, Chopim I, Cavernoso, Salto do Vau, Marumbi e Rio dos Patos. Na PCH Pitangui foi instalada caixa separadora para os efluentes industriais, conforme necessidade identificada pela análise do efluente lançado.

As Sedes Regionais e as agências localizam-se em ambiente urbano, cujos efluentes são descartados diretamente nas redes de esgoto.

Resíduos

Durante 2013 foram realizadas as seguintes ações:

- Análise de 32 Planos de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil - PGRCC em diversas unidades de expansão da Copel;
- Realização de treinamentos e implantação/atualização de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, sendo um total de 52 nas instalações;
- Habilitação de associações em 10 cidades no estado, por meio da Chamada Pública, para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual nº 4.167/2009; e
- Destinação de 105 toneladas de resíduos perigosos para coprocessamento, 2,3 toneladas de resíduos sólidos diversos contaminados com PCB, 5,3 toneladas de pilhas, 31,5 toneladas de telhas de amianto.

• Gestão de Recursos Naturais - Fontes de energia renovável

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para o negócio de geração da Copel. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energias.

Os principais projetos atualmente em desenvolvimento ou estudo são:

Identificação de locais com potencial eólico competitivo

A Copel continua com as medições de vento no Estado do Paraná para detalhamento dos locais com potencial eólico competitivo.

Aquisição e implantação de empreendimentos eólicos:

Em 2013, a Companhia adquiriu 100% de sete parques eólicos no Rio Grande do Norte: Asa Branca I (27 MW), Asa Branca II (27 MW), Asa Branca III (27 MW) e Euros IV (27 MW), Santa Maria (29,7 MW), Santa Helena (29,7 MW) e Santo Uriel (16,2 MW). O complexo totaliza 183,6 MW de potência instalada e recebeu o nome de Copel Brisa Potiguar. Toda a energia a ser

gerada foi comercializada por meio de contratos de 20 anos pelo preço médio de R$ 121,00/MWh. A entrada em operação comercial dos parques está prevista para o início de 2015.

Microalgas

As microalgas compreendem um grupo heterogêneo de microrganismos, com grande potencial para produção de compostos de interesse humano, dentre os quais destacam-se os lipídios, que podem ser utilizados para fabricação de biodiesel. Tendo em vista este potencial, a Copel firmou um termo de cooperação técnico-científico com o Instituto Agronômico do Paraná - Iapar e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio - Fapeagro. O convênio foi firmado em 2009 com previsão de término para julho de 2014. Os principais objetivos deste projeto são prospectar espécies nativas de microalgas com potencial para produção de biodiesel, bem como estudar as melhores formas de produção destes microrganismos. O domínio desta tecnologia poderá resultar em vantagem para a Companhia, permitindo a diversificação da sua matriz e mitigação das emissões resultantes de suas termelétricas.

Biogás & Resíduos Sólidos Urbanos

Em julho de 2012, a Aneel lançou a Chamada Pública de P&D estratégico com foco no uso do biogás para geração de energia elétrica. A Copel recebeu algumas propostas a serem submetidas a esta chamada, entre elas o projeto inicialmente nomeado: "Programa Entre Rios do Oeste: Saneamento Ambiental Energeticamente Sustentável". A ideia básica do projeto é a interligação de 63 propriedades rurais por meio de um gasoduto (extensão de 72 km), o qual recolherá o biogás produzido na biodigestão dos dejetos suínos e os encaminhará para uma Micro Central Termelétrica, com capacidade instalada de 480 kW. Além da geração de energia elétrica, o biogás será disponibilizado e comercializado para uma indústria ceramista da cidade, a qual substituirá a lenha por esta fonte. A construção do gasoduto é necessária, pois são pequenas propriedades rurais que isoladas não obtêm viabilidade econômica para aproveitamento do biogás. O município de Entre Rios do Oeste localiza-se no Oeste Paranaense e é um grande produtor de carne suína (plantel de cerca de 130 mil). Além de contribuir para a inserção do biogás na matriz energética da Copel, o projeto tem caráter socioambiental, pois contribui para o saneamento rural em integração com a população local.

- **Projeto de Crédito de Carbono**

Integrado ao Conselho de Meio Ambiente da Copel, a Elejor iniciou o projeto de formação de seus Créditos de Carbono em outubro/2000. Sob o nome de Fundão Santa Clara *Energetic* Complex Project - FSCECP, o Project Design Document Form - PDD foi aprovado pela *United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC/ONU* em 2008.

O *Certified Emission Reductions - CER* é uma *commodity* e o preço segue, na grande maioria dos casos, o registro da BlueNext (www.bluenext.eu), que registra todas as operações de compra e venda que ocorrerem no mundo. Os valores oscilam de forma análoga a uma bolsa de valores convencional. O projeto tem validade por 21 anos, sendo revisado a cada sete anos, segundo as regras atuais do Protocolo de Kyoto.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2013		2012	
	1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 30	**Receita Líquida - RL**	**9.180.214**		**8.493.252**	
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
NE 31.3	**Remuneração dos administradores**	**13.187**	0,1	**11.476**	0,1
	Remuneração dos empregados	**789.784**	8,6	**807.674**	9,5
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	**105.972**	1,2	**106.412**	1,3
	Encargos sociais compulsórios	**255.952**	2,8	**274.528**	3,2
	Plano previdenciário	**66.069**	0,7	**55.492**	0,7
	Saúde (Plano assistencial)	**129.605**	1,4	**140.595**	1,7
	Capacitação e desenvolvimento profissional	**8.768**	0,1	**12.767**	0,2
NE 31.3	**Participação nos lucros e/ou resultados**	**80.048**	0,9	**29.940**	0,4
NE 31.3	**Indenizações Trabalhistas**	**37.925**	0,4	**168.352**	2,0
(1)	**Outros benefícios**	**11.705**	0,1	**10.064**	0,1
	Total	**1.499.015**	**16,3**	**1.617.300**	**19,0**
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Cultura	**5.760**	**0,1**	**8.059**	**0,1**
	Saúde e saneamento	**1.200**	**-**	**-**	**-**
	Esporte	**1.209**	**-**	**2.296**	**-**
	Outros	**32.558**	**0,4**	**108.380**	**1,3**
	Total das contribuições para a sociedade	**40.727**	**0,4**	**118.735**	**1,4**
	Tributos (excluídos encargos sociais)	**3.663.635**	**39,9**	**4.440.669**	**52,3**
	Total	**3.704.362**	**40,4**	**4.559.404**	**53,7**
	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	**252.460**	**2,8**	**274.944**	**3,2**
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	**28**	**-**	**207**	**-**
	Total	**252.488**	**2,8**	**275.151**	**3,1**
(2)	**Quantidade de sanções ambientais**	**5**		**1**	
	Valor das sanções ambientais (R$ Mil)	**31.583**		**10**	

NE - Nota Explicativa

		2013			2012		
	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)						
	Empregados no final do período	**8.815**			**9.627**		
	Admissões durante o período	**391**			**708**		
	Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Total Superior e extensão universitária	**3.837**	2.709	1.128	**4.130**	2.895	1.235
	Total 2º Grau	**4.835**	4.070	765	**5.258**	4.439	819
	Total 1º Grau	**143**	137	6	**239**	225	14
	Faixa etária dos empregados(as):						
(3)	Abaixo de 18 anos	**11**			**32**		
	De 18 até 30 anos (exclusive)	**1.612**			**1.873**		
	De 30 até 45 anos (exclusive)	**4.067**			**4.003**		
	De 45 até 60 anos (exclusive)	**3.083**			**3.664**		
	Acima de 60 anos	**42**			**55**		
	Mulheres que trabalham na empresa	**1.906**			**2.068**		
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres	**4,6**			**6,1**		
	em relação ao nº total de gerentes	**18,6**			**19,6**		
	Negros(as) que trabalham na empresa	**981**			**1.054**		
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)	**3,0**			**4,0**		
	em relação ao nº total de gerentes	**6,1**			**6,5**		
	Portadores(as) de necessidades especiais	**178**			**178**		
	Dependentes	**15.995**			**17.017**		
(4)	**Terceirizados**	**5.622**			**5.524**		
(5)	**Aprendiz (es)**	**235**			**252**		
(5)	**Estagiários(as)**	**285**			**378**		
(6)	**Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício**	**3.432**			**2.969**		
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	**1.069**			**960**		

		2013	2012
	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
(6)	**Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa**	**21**	**16**
	Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	**273**	**265**
(7)	**Número total de reclamações e críticas de consumidores:**		
	na empresa	**46.958**	**79.708**
	no Procon	**507**	**638**
	na Justiça	**1.703**	**1.635**
(7)	**% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:**		
	na empresa	**100,0%**	**100,0%**
	no Procon	**94,9%**	**82,9%**
	na Justiça	**24,0%**	**21,4%**

	2013	Metas 2014
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	**direção e gerências**	**direção e gerências**
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	**todos + Cipa**	**todos + Cipa**
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	**incentiva e segue a OIT**	**incentiva e seguirá a OIT**
A previdência privada contempla:	**todos**	**todos**
A participação dos lucros ou resultados contempla:	**todos**	**todos**
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	**são exigidos**	**serão exigidos**
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	**organiza e incentiva**	**organizará e incentivará**

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	**2013**	**2012**
Valor adicionado total a distribuir	**6.608.123**	**7.459.930**
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	**6,5%**	**10,1%**
Pessoal	**18,4%**	**17,8%**
Governo	**58,4%**	**62,4%**
Acionistas	**5,4%**	**3,0%**
Retido	**11,3%**	**6,7%**

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

• Este Balanço Social contempla dados da holding, subsidiárias integrais, controladas e consórcios da Copel. em virtude da consolidação de seus resultados com a Copel, exceto quando indicado de outra forma.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) Estas informações referem-se a multas e notificações socioambientais da holding e subsidiárias integrais da Copel: Copel Distribuição S.A., Copel Geração e Transmissão S.A, Copel Telecomunicações S.A., Copel Participações S.A. e Copel Renováveis S.A. São divulgados valores originais, podendo ser alterados, conforme resposta da defesa administrativa apresentada ao órgão ambiental.
Valores referente aos Termos de Compromisso - TCs e Termos de Ajustamento de Conduta - TACs são considerados em sociais externos ou ambientais, dependendo de sua natureza.

(3) Referem-se ao programa de aprendiz em conflito com a lei.

(4) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não contempla os terceiros que atuam na implantação de obras da Copel Geração e Transmissão e das controladas (Usinas, Linhas de Transmissão e Subestações), bem como aqueles que atuam na expansão do sistema da Copel Telecom.

(5) Não compõem o quadro de empregados.

(6) Estas informações referem-se somente à holding e às subsidiárias integrais da Copel: Copel Distribuição S.A., Copel Geração e Transmissão S.A., Copel Telecomunicações S.A., Copel Participações S.A. e Copel Renováveis S.A.

(7) Estas informações referem-se somente à subsidiária integral Copel Distribuição S.A.

7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	MAURICIO SCHULMAN
Secretário Executivo	LINDOLFO ZIMMER
Membros	CARLOS HOMERO GIACOMINI
	MAURICIO BORGES LEMOS
	JOSÉ RICHA FILHO
	PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR
	MARCO AURÉLIO ROGERI ARMELIN
	NATALINO DAS NEVES
	NEY AMILTON CALDAS FERREIRA
COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente	CARLOS HOMERO GIACOMINI
Membros	PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR
	JOSÉ RICHA FILHO
CONSELHO FISCAL	
Presidente	JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares	NELSON LEAL JUNIOR
	JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO
	VAGA EM ABERTO
	CARLOS EDUARDO PARENTE DE OLIVEIRA ALVES
Membros Suplentes	OSNI RISTOW
	ROBERTO BRUNNER
	GILMAR MENDES LOURENÇO
	BRUNO CABRAL BERGAMASCO
	FLAVIO JARCZUN KAC
DIRETORIA	
Diretor Presidente	LINDOLFO ZIMMER
Diretor de Gestão Empresarial	MARCOS DOMAKOSKI
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	ANTONIO SERGIO DE SOUZA GUETTER
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	JONEL NAZARENO IURK
Diretora de Relações Institucionais	DENISE CAMPANHOLO BUSETTI SABBAG
Diretor Adjunto	PAULO CESAR KRAUSS
CONTADOR	
Contador - CRC-PR-045809/0-2	ADRIANO FEDALTO

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores:	Fone: +55 (41) 3222-2027
ri@copel.com	Fax: +55 (41) 3331-2916

COPEL

Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2013

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **3**
Balanços Patrimoniais 3
Demonstrações de Resultados 5
Demonstrações de Resultados Abrangentes 6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 8
Demonstrações do Valor Adicionado 10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **12**
1 Contexto Operacional 12
2 Base de Preparação 12
3 Principais Políticas Contábeis 14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa 32
5 Títulos e Valores Mobiliários 33
6 Cauções e Depósitos Vinculados 34
7 Clientes 35
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná 36
9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão 37
10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão 38
11 Outros Créditos 39
12 Estoques 40
13 Tributos 40
14 Depósitos Judiciais 43
15 Créditos com Partes Relacionadas 44
16 Investimentos 45
17 Imobilizado 54
18 Intangível 61
19 Obrigações Sociais e Trabalhistas 65
20 Fornecedores 66
21 Empréstimos e Financiamentos 67
22 Debêntures 74
23 Benefícios Pós-Emprego 75
24 Encargos do Consumidor a Recolher 80
25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética 81
26 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público 82
27 Outras Contas a Pagar 83
28 Contingências e Provisões para Litígios 83
29 Patrimônio Líquido 91
30 Receita Operacional Líquida 94
31 Custos e Despesas Operacionais 96
32 Resultado Financeiro 101
33 Segmentos Operacionais 101
34 Instrumentos Financeiros 109
35 Transações com Partes Relacionadas 120
36 Seguros 124
37 Conta de Compensação da “Parcela A” 127
38 Medida Provisória nº 627/13 130
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **132**
RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA 2013 ..... **135**
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 ..... **137**
DECLARAÇÃO 139

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.410	29.464	1.741.632	1.459.217
Títulos e valores mobiliários	5	186	176	389.222	635.501
Cauções e depósitos vinculados	6	-	-	1.976	36.808
Clientes	7	-	-	1.337.628	1.489.173
Dividendos a receber	15	381.371	1.038.664	9.500	18.064
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	85.448	-	85.448	75.930
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	4.396	5.319
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	10	-	-	352.161	356.085
Outros créditos	11	3.869	3	395.890	234.951
Estoques	12	-	-	139.278	124.809
Imposto de renda e contribuição social	13.1	42.494	150.483	133.158	191.544
Outros tributos a recuperar	13.3	-	11	70.013	49.490
Despesas antecipadas	-	-	-	19.982	4.801
		523.778	**1.218.801**	**4.680.284**	**4.681.692**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	120.536	128.515
Cauções e depósitos vinculados	6	-	-	45.371	43.246
Clientes	7	-	-	132.686	26.171
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.295.106	-	1.295.106	1.308.354
Depósitos judiciais	14	272.115	271.858	675.225	574.371
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	3.484.268	2.645.826
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	10	-	-	365.645	717.805
Outros créditos	11	-	-	29.435	22.728
Imposto de renda e contribuição social	13.1	169.717	-	197.659	19.995
Outros tributos a recuperar	13.3	-	-	124.498	120.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	91.205	117.194	753.413	681.285
Despesas antecipadas	-	-	-	399	8.832
Partes relacionadas	15	64.815	1.151.888	-	-
		1.892.958	**1.540.940**	**7.224.241**	**6.297.317**
Investimentos	16	**12.055.619**	**10.869.359**	**1.187.927**	**568.989**
Imobilizado	17	**29**	**-**	**7.983.632**	**7.871.753**
Intangível	18	**-**	**-**	**2.035.361**	**1.789.152**
		13.948.606	**12.410.299**	**18.431.161**	**16.527.211**
TOTAL DO ATIVO		**14.472.384**	**13.629.100**	**23.111.445**	**21.208.903**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	19	4.946	645	239.685	384.008
Partes relacionadas	8	468.317	-	-	-
Fornecedores	20	3.211	1.616	1.092.239	1.131.782
Imposto de renda e contribuição social	13.1	-	3.251	297.620	170.189
Outras obrigações fiscais	13.3	25.481	22.072	300.731	288.480
Empréstimos e financiamentos	21	562.801	28.106	957.106	261.290
Debêntures	22	-	-	57.462	12.719
Dividendos a pagar	-	3.047	201.186	18.713	204.780
Benefícios pós-emprego	23	2	4	29.983	25.819
Encargos do consumidor a recolher	24	-	-	37.994	56.498
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	127.860	159.599
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	26	-	-	51.481	48.477
Outras contas a pagar	27	16.432	820	137.011	89.803
		1.084.237	**257.700**	**3.347.885**	**2.833.444**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	20	-	-	50.121	100.908
Obrigações fiscais	13.3	40	-	68.402	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	-	-	420.501	590.536
Empréstimos e financiamentos	21	456.752	971.721	2.366.678	1.989.588
Debêntures	22	-	-	1.150.483	997.958
Benefícios pós-emprego	23	2.169	-	937.249	675.230
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25	-	-	154.721	104.561
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	26	-	-	420.293	399.080
Outras contas a pagar	27	-	-	233	-
Provisões para litígios	28	277.847	302.295	1.266.127	1.155.708
		736.808	**1.274.016**	**6.834.808**	**6.013.569**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		6.910.000	6.910.000	6.910.000	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial		983.159	1.214.394	983.159	1.214.394
Reserva legal		624.849	571.221	624.849	571.221
Reserva de retenção de lucros		3.897.833	3.337.295	3.897.833	3.337.295
Dividendo adicional proposto		235.498	64.474	235.498	64.474
		12.651.339	**12.097.384**	**12.651.339**	**12.097.384**
Atribuível aos acionistas não controladores	29.2	-	**-**	**277.413**	**264.506**
		12.651.339	**12.097.384**	**12.928.752**	**12.361.890**
TOTAL DO PASSIVO		**14.472.384**	**13.629.100**	**23.111.445**	**21.208.903**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	**-**	**-**	**9.180.214**	**8.493.252**
Custos Operacionais	31	**-**	**-**	**(7.037.998)**	**(6.540.636)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**-**	**-**	**2.142.216**	**1.952.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(95.615)	(65.659)
Despesas gerais e administrativas	31	(47.772)	(23.235)	(530.104)	(541.913)
Outras receitas (despesas), líquidas	31	28.333	(13.927)	(403.910)	(352.551)
Resultado da equivalência patrimonial	16	1.116.830	732.313	113.606	6.685
		1.097.391	**695.151**	**(916.023)**	**(953.438)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**1.097.391**	**695.151**	**1.226.193**	**999.178**
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	32	114.524	110.317	652.363	648.321
Despesas financeiras	32	(112.524)	(109.266)	(372.052)	(674.971)
		2.000	**1.051**	**280.311**	**(26.650)**
LUCRO OPERACIONAL		**1.099.391**	**696.202**	**1.506.504**	**972.528**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	13.4	-	(4.467)	(554.520)	(458.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.4	(26.831)	8.953	149.451	212.249
		(26.831)	**4.486**	**(405.069)**	**(246.008)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.072.560**	**700.688**	**1.101.435**	**726.520**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		**-**	-	1.072.560	700.688
Atribuído aos acionistas não controladores	29.2	**-**	-	28.875	25.832
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais					
Ações ordinárias	29.1	3,74278	2,44350	3,74278	2,44350
Ações preferenciais classe "A"	29.1	4,49001	4,17424	4,49001	4,17424
Ações preferenciais classe "B"	29.1	4,11741	2,68795	4,11741	2,68795

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.072.560**	**700.688**	**1.101.435**	**726.520**
Outros resultados abrangentes					
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado					
Perdas com passivos atuariais	29.1.2				
benefícios pós-emprego		(2.169)	-	(216.967)	(207.947)
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		(122.886)	(144.573)	18.881	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes	29.1.2	738	-	73.769	63.374
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado					
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	29.1.2				
aplicações financeiras		(4.573)	1.493	(6.929)	2.261
contas a receber vinculadas à concessão		-	(8.657)	-	(13.116)
investimentos		(306)	406	(306)	406
Outros ganhos - créditos de controlada		-	1.462	-	3.164
Tributos sobre outros resultados abrangentes	29.1.2	104	(139)	2.460	2.476
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**(129.092)**	**(150.008)**	**(129.092)**	**(149.382)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**943.468**	**550.680**	**972.343**	**577.138**
Atribuível aos acionistas da empresa Controladora				943.468	550.680
Atribuível aos acionistas não controladores				28.875	26.458

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

		Atribuível aos acionistas da empresa controladora								Atribuível aos acionistas não controladores (NE 29.2)	
			Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
	NE nº	Capital social	Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total Controladora		Total Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - Publicado		**6.910.000**	**1.442.742**	**14.339**	**536.187**	**2.838.551**	**84.875**	**-**	**11.826.694**	**242.834**	**12.069.528**
Ajuste atuarial - CPC 33 (R1)	3.1.5	-	-	8.965	-	-	-	-	8.965	-	8.965
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - Reapresentado		**6.910.000**	**1.442.742**	**23.304**	**536.187**	**2.838.551**	**84.875**	**-**	**11.835.659**	**242.834**	**12.078.493**
Lucro líquido do exercício		-	-		-	-	-	700.688	700.688	25.832	726.520
Outros resultados abrangentes											
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(5.435)	-	-	-	-	(5.435)	626	(4.809)
Perdas atuariais, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(144.573)	-	-	-	-	(144.573)	-	(144.573)
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**(150.008)**	**-**	**-**	**-**	**700.688**	**550.680**	**26.458**	**577.138**
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-		-	-	(84.875)	-	(84.875)	-	(84.875)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	29.1.2	-	(101.644)		-	-	-	101.644	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal	29.1.3	-	-		35.034	-	-	(35.034)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	29.1.3	-	-		-	-	-	(138.072)	(138.072)	-	(138.072)
Dividendos	29.1.3	-	-		-	-	64.474	(130.482)	(66.008)	(4.786)	(70.794)
Reserva de retenção de lucros		-	-		-	498.744	-	(498.744)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado		**6.910.000**	**1.341.098**	**(126.704)**	**571.221**	**3.337.295**	**64.474**	**-**	**12.097.384**	**264.506**	**12.361.890**
Lucro líquido do exercício		-	-		-	-	-	1.072.560	1.072.560	28.875	1.101.435
Outros resultados abrangentes											
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(4.775)	-	-	-	-	(4.775)	-	(4.775)
Perdas atuariais, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(124.317)	-	-	-	-	(124.317)	-	(124.317)
Resultado abrangente total do período		**-**	**-**	**(129.092)**	**-**	**-**	**-**	**1.072.560**	**943.468**	**28.875**	**972.343**
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-		-	-	(64.474)	-	(64.474)	-	(64.474)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	29.1.2	-	(102.143)	-	-	-	-	102.143	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal	29.1.3	-	-	-	53.628	-	-	(53.628)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	29.1.3	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)	-	(180.000)
Dividendos	29.1.3	-	-	-	-	-	235.498	(380.537)	(145.039)	(15.968)	(161.007)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	560.538	-	(560.538)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		**6.910.000**	**1.238.955**	**(255.796)**	**624.849**	**3.897.833**	**235.498**	**-**	**12.651.339**	**277.413**	**12.928.752**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
					Reapresentado
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		**1.072.560**	**700.688**	**1.101.435**	**726.520**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação	17.3	-	-	366.016	331.330
Amortização de intangível - concessão	18	-	-	229.804	214.022
Amortização de intangível - direito de concessão e autorização	18	-	-	755	755
Amortização de intangível - outros	18	-	-	6.627	3.748
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		53.335	(31.696)	27.600	(90.669)
Atualização do valor justo de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	-	401.104
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	(33.974)	(396.168)
Resultado da equivalência patrimonial	16.2	(1.116.830)	(732.313)	(113.606)	(6.685)
Imposto de renda e contribuição social	13.4	-	4.467	554.520	458.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2.1	26.831	(8.953)	(149.451)	(212.249)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.5	-	-	47.458	22.826
Provisão (reversão) para perdas com créditos tributários	31.5	-	-	274	(3.135)
Reversão de provisão para perdas com desvalorização de investimentos		(7.887)	-	(7.887)	-
Provisão (reversão) para litígios	28.1	(24.448)	14.196	154.178	199.105
Provisão para benefícios pós-emprego	23.3	1.316	746	195.673	196.087
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25.2	-	-	79.961	74.464
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	45.795	24.313
Resultado das baixas de imobilizado	17.3	-	-	9.794	3.871
Resultado das baixas de intangíveis	18	-	-	18.004	8.325
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	20.614	104.421
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		1.067.400	378.115	49.009	27.494
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.2	-	-	163.078	150.864
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	10.1	-	-	440.656	-
Depósitos judiciais		(257)	(49.011)	(100.854)	(143.651)
Outros créditos		(3.866)	319	(168.211)	(79.887)
Estoques		-	-	(14.469)	(21.007)
Imposto de renda e contribuição social		(61.728)	(31.575)	(132.071)	22.180
Outros tributos correntes a recuperar		11	(11)	(11.902)	(17.853)
Despesas antecipadas		-	-	(6.366)	(8.855)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		4.301	492	(144.323)	159.932
Fornecedores		1.595	(449)	(232.915)	187.160
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.251)	(5.145)	(430.767)	(439.858)
Outras obrigações fiscais		3.449	(19.313)	80.567	735
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	21.10	(71.865)	(96.004)	(329.105)	(158.309)
Encargos de debêntures pagos	22.1	-	-	(90.121)	(2.139)
Benefícios pós-emprego	23.3	(1.318)	(742)	(146.457)	(136.720)
Encargos do consumidor a recolher		-	-	(18.504)	(14.013)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25.2	-	-	(76.765)	(76.613)
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	26.2	-	-	(48.966)	(44.411)
Outras contas a pagar		15.612	290	47.209	3.208
Provisões para litígios	28.1	-	(7.256)	(44.702)	(49.136)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**954.960**	**116.845**	**1.337.611**	**1.419.363**

(continua)

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (continuação)

em milhares de reais

(continuação)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
					Reapresentado
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(10)	(11)	279.406	(151.287)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(808.972)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		213.847	920.836	-	-
Adições Nova Asa Branca I - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(6.050)	-
Adições Nova Asa Branca II - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(6.074)	-
Adições Nova Asa Branca III - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(6.041)	-
Adições Nova Eurus IV - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(5.307)	-
Adições Santa Maria - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(17.762)	-
Adições Santa Helena - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(17.684)	-
Adições Ventos de Santo Uriel - efeito líquido do caixa adquirido		-	-	(6.601)	-
Resgate do investimento na Ceolpar - incorporada pela Copel GeT	16.2	-	910	-	-
Adições em investimentos	16.2	(600.170)	(9.273)	(519.315)	(57.328)
Adições no imobilizado	17.3	(29)	-	(420.227)	(875.509)
Participação financeira do consumidor	17.3	-	-	-	15
Adições no intangível vinculado à concessão	18	-	-	(1.018.057)	(840.119)
Adições no intangível - direito de concessão e autorização	18	-	-	(275.719)	-
Participação financeira do consumidor	18	-	-	160.614	107.980
Adições em outros intangíveis	18	-	-	(5.297)	(11.685)
Alienação de intangíveis	18	-	-	-	191
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(386.362)**	**103.490**	**(1.864.114)**	**(1.827.742)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingresso de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	21.10	-	-	1.239.126	81.723
Emissão de debêntures	22.1	-	-	203.000	1.000.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	21.10	-	-	(31.508)	(37.868)
Amortização de principal de debêntures	22.1	-	-	(10.152)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(587.652)	(218.628)	(591.548)	(224.705)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(587.652)**	**(218.628)**	**808.918**	**819.150**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(19.054)**	**1.707**	**282.415**	**410.771**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	29.464	27.757	1.459.217	1.048.446
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	10.410	29.464	1.741.632	1.459.217
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(19.054)**	**1.707**	**282.415**	**410.771**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa				
Aquisições de imobilizado com acréscimo no saldo de fornecedores	-	-	-	119.590

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	11.412.890	11.925.351
Receita de construção	-	-	1.534.849	1.679.089
Outras receitas	-	5	16.154	1.738
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(47.458)	(22.826)
	-	**5**	**12.916.435**	**13.583.352**
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	3.669.786	3.090.065
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	445.717	734.913
Material, insumos e serviços de terceiros	4.804	3.896	527.534	513.842
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	375.407	314.603
Custo de construção	-	-	1.340.806	1.472.228
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	100.958	20.366
Outros encargos	-	-	-	15.662
Outros insumos	(3.679)	22.200	193.321	230.901
	1.125	**26.096**	**6.653.529**	**6.392.580**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**(1.125)**	**(26.091)**	**6.262.906**	**7.190.772**
(-) Depreciação e amortização	**755**	**755**	**603.203**	**549.855**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**(1.880)**	**(26.846)**	**5.659.703**	**6.640.917**
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	114.524	110.317	652.363	648.321
Resultado de participações societárias	1.119.155	733.331	115.929	7.703
Outras receitas	-	-	180.128	162.989
	1.233.679	**843.648**	**948.420**	**819.013**
	1.231.799	**816.802**	**6.608.123**	**7.459.930**

(continua)

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (continuação)

em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013	%	31.12.2012	%	31.12.2013	%	31.12.2012	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	13.591		7.880		803.804		819.885	
Planos previdenciário e assistencial	1.316		746		195.673		196.087	
Auxílio alimentação e educação	460		-		100.396		90.485	
Encargos sociais - FGTS	1.069		584		57.331		59.667	
Indenizações trabalhistas	248		-		37.925		168.822	
Participação nos lucros e/ou resultados	291		-		80.048		29.940	
Apropriação no imobilizado e no intangível em cursc	-		-		(57.723)		(37.950)	
	16.975	**1,4**	**9.210**	**1,1**	**1.217.454**	**18,4**	**1.326.936**	**17,8**
Governo								
Federal	58.929		22.693		1.682.724		2.212.910	
Estadual	5		52		2.176.071		2.439.365	
Municipal	-		-		3.461		3.254	
	58.934	**4,8**	**22.745**	**2,8**	**3.862.256**	**58,4**	**4.655.529**	**62,4**
Terceiros								
Juros e multas	83.329		84.147		383.469		708.219	
Arrendamentos e aluguéis	1		12		32.886		28.819	
Doações, subvenções e contribuições	-		-		10.623		13.907	
	83.330	**6,8**	**84.159**	**10,3**	**426.978**	**6,5**	**750.945**	**10,1**
Acionistas								
Participações de acionistas não controladores	-		-		28.875		25.832	
Remuneração do capital próprio	180.000		138.072		180.000		138.072	
Dividendos propostos	145.039		66.008		145.039		66.008	
Lucros retidos na empresa	747.521		496.608		747.521		496.608	
	1.072.560	**87,0**	**700.688**	**85,9**	**1.101.435**	**16,7**	**726.520**	**9,7**
	1.231.799	**100,0**	**816.802**	**100,1**	**6.608.123**	**100,0**	**7.459.930**	**100,0**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

1.1 Reestruturação organizacional

Foi aprovada na 187ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 10.10.2013, a reestruturação da Copel, que passou a ter cinco diretorias na Holding e a contar com mais duas subsidiárias integrais, a Copel Participações S.A., criada com o objetivo de gerir as participações em sociedades de propósito específico - SPEs do setor de energia, gás, telecomunicações, saneamento e serviços, e a Copel Renováveis S.A. que concentrará os investimentos em empreendimentos de geração de energia com fontes renováveis.

A reestruturação faz parte da adequação às necessidades do mercado e têm por objetivo tornar a estrutura mais ágil e com menor custo operacional.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas

pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e

- As demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Copel somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12.03.2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados aos valores justos, e os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.7 e 9 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 10 - Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação de Concessão;

NE nº 3.9 e 13.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 3.11 e 18 - Intangível; e

NE nº 3.29 - Arrendamento operacional.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.13 – Redução ao valor de recuperável de ativos;

NE nº 3.25.1 - Receita não faturada;

NE nº 3.6 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 3.10 e 17 - Imobilizado;

NE nº 3.11 e 18 - Intangível;

NE nº 3.15 e 23 - Benefícios Pós-Emprego;

NE nº 3.19 e 28 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 3.4 e 34 - Instrumentos Financeiros.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Mudanças nas políticas contábeis

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013 estão sendo aplicados os CPCs: 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; 19 (R2) Negócios em Conjunto; 33 (R1) Benefícios a Empregados; 36 (R3) Demonstrações Consolidadas; e 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades.

Para fins de comparação, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31.12.2012 estão sendo reapresentados, contemplando os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Os principais efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos, na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, foram a exclusão dos saldos proporcionais dos empreendimentos controlados em conjunto, que eram apresentados linha a linha, e a eliminação dos diferimentos das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor).

3.1.1 Efeitos no balanço patrimonial de 1º.01.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	**13.310.894**	**8.965**	**13.319.859**
CIRCULANTE	**1.300.161**	**-**	**1.300.161**
NÃO CIRCULANTE	**12.010.733**	**8.965**	**12.019.698**
Realizável a Longo Prazo	1.476.621	-	1.476.621
Investimentos	10.534.112	8.965	10.543.077
PASSIVO	**13.310.894**	**8.965**	**13.319.859**
CIRCULANTE	**223.073**	**-**	**223.073**
NÃO CIRCULANTE	**1.261.127**	**-**	**1.261.127**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11.826.694**	**8.965**	**11.835.659**

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	**18.842.019**	**(1.505)**	**(3.359)**	**18.837.155**
CIRCULANTE	**3.702.013**	**(2.496)**	**-**	**3.699.517**
Caixa e equivalentes de caixa	1.049.125	(679)	-	1.048.446
Dividendos a receber	17.906	(1.419)	-	16.487
Imposto de renda e contribuição social	215.381	(376)	-	215.005
Outras	2.419.601	(22)	-	2.419.579
NÃO CIRCULANTE	**15.140.006**	**991**	**(3.359)**	**15.137.638**
Realizável a Longo Prazo	**5.659.868**	**(128)**	**(3.359)**	**5.656.381**
Depósitos judiciais	430.817	(97)	-	430.720
Contas a receber vinculadas à concessão	3.236.474	(31)	-	3.236.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.536	-	(3.359)	462.177
Outras	1.527.041	-	-	1.527.041
Investimentos	**549.158**	**6.038**	**-**	**555.196**
Imobilizado	**7.209.123**	**(6)**	**-**	**7.209.117**
Intangível	**1.721.857**	**(4.913)**	**-**	**1.716.944**
PASSIVO	**18.842.019**	**(1.505)**	**(3.359)**	**18.837.155**
CIRCULANTE	**2.058.821**	**(1.036)**	**-**	**2.057.785**
Obrigações sociais e trabalhistas	224.095	(19)	-	224.076
Fornecedores	747.453	(19)	-	747.434
Outras obrigações fiscais	288.457	(864)	-	287.593
Outras	798.816	(134)	-	798.682
NÃO CIRCULANTE	**4.713.670**	**(469)**	**(12.324)**	**4.700.877**
Fornecedores	108.462	(466)	-	107.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	648.266	-	1.261	649.527
Benefícios pós-emprego	432.838	-	(13.585)	419.253
Provisões para litígios	1.000.823	(3)	-	1.000.820
Outras	2.523.281	-	-	2.523.281
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.069.528**	**-**	**8.965**	**12.078.493**

3.1.2 Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	**13.764.708**	**(135.608)**	**13.629.100**
CIRCULANTE	**1.218.801**	**-**	**1.218.801**
NÃO CIRCULANTE	**12.545.907**	**(135.608)**	**12.410.299**
Realizável a Longo Prazo	1.540.940	-	1.540.940
Investimentos	11.004.967	(135.608)	10.869.359
PASSIVO	**13.764.708**	**(135.608)**	**13.629.100**
CIRCULANTE	**257.700**	**-**	**257.700**
NÃO CIRCULANTE	**1.274.016**	**-**	**1.274.016**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.232.992**	**(135.608)**	**12.097.384**

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	**21.211.554**	**(14.577)**	**11.926**	**21.208.903**
CIRCULANTE	**4.699.255**	**(17.563)**	**-**	**4.681.692**
Caixa e equivalentes de caixa	1.483.137	(23.920)	-	1.459.217
Dividendos a receber	9.555	8.509	-	18.064
Imposto de renda e contribuição social	193.158	(1.614)	-	191.544
Outras	3.013.405	(538)	-	3.012.867
NÃO CIRCULANTE	**16.512.299**	**2.986**	**11.926**	**16.527.211**
Realizável a Longo Prazo	**6.302.904**	**(39.068)**	**33.481**	**6.297.317**
Contas a receber vinculadas à concessão	2.684.792	(38.966)	-	2.645.826
Depósitos judiciais	574.473	(102)	-	574.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	647.804	-	33.481	681.285
Outras	2.395.835	-	-	2.395.835
Investimentos	**543.036**	**47.508**	**(21.555)**	**568.989**
Imobilizado	**7.871.849**	**(96)**	**-**	**7.871.753**
Intangível	**1.794.510**	**(5.358)**	**-**	**1.789.152**
PASSIVO	**21.211.554**	**(14.577)**	**11.926**	**21.208.903**
CIRCULANTE	**2.847.818**	**(14.374)**	**-**	**2.833.444**
Obrigações sociais e trabalhistas	384.150	(142)	-	384.008
Fornecedores	1.136.359	(4.577)	-	1.131.782
Outras obrigações fiscais	290.896	(2.416)	-	288.480
Outras contas a pagar	97.042	(7.239)	-	89.803
Outras	939.371	-	-	939.371
NÃO CIRCULANTE	**5.866.238**	**(203)**	**147.534**	**6.013.569**
Fornecedores	100.996	(88)	-	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	615.924	(115)	(25.273)	590.536
Benefícios pós-emprego	502.423	-	172.807	675.230
Outras	4.646.895	-	-	4.646.895
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.497.498**	**-**	**(135.608)**	**12.361.890**

3.1.3 Efeitos na demonstração de resultado de 31.12.2012

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**8.532.217**	**38.965**	**8.493.252**
Custos Operacionais	**(6.578.971)**	**(38.335)**	**(6.540.636)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**1.953.246**	**630**	**1.952.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(952.727)**	**711**	**(953.438)**
Despesas com vendas	(65.659)	-	(65.659)
Despesas gerais e administrativas	(544.828)	(2.915)	(541.913)
Outras receitas (despesas), líquidas	(353.280)	(729)	(352.551)
Resultado da equivalência patrimonial	11.040	4.355	6.685
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**1.000.519**	**1.341**	**999.178**
Resultado Financeiro	**(27.821)**	**(1.171)**	**(26.650)**
LUCRO OPERACIONAL	**972.698**	**170**	**972.528**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(246.178)**	**(170)**	**(246.008)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**726.520**	**-**	**726.520**

3.1.4 Efeitos na demonstração do resultado abrangente de 31.12.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**700.688**	**-**	**700.688**
Outros resultados abrangentes			
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	144.573	(144.573)
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(6.758)	-	(6.758)
Outros ganhos - créditos de controlada	1.462	-	1.462
Tributos sobre outros resultados abrangentes	(139)	-	(139)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	**(5.435)**	**144.573**	**(150.008)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**695.253**	**144.573**	**550.680**

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**726.520**	**-**	**726.520**
Outros resultados abrangentes			
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	207.947	(207.947)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	-	(63.374)	63.374
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(10.449)	-	(10.449)
Outros ganhos - créditos de controlada	3.164	-	3.164
Tributos sobre outros resultados abrangentes	2.476	-	2.476
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	**(4.809)**	**144.573**	**(149.382)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**721.711**	**144.573**	**577.138**

3.1.5 Efeitos na demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	**1º.01.2012**	**31.12.2012**	**1º.01.2012**
Saldo original publicado	**12.232.992**	**11.826.694**	**12.497.498**	**12.069.528**
Ajuste atuarial conforme o CPC 33 (R1) - (a)	(135.608)	8.965	(205.466)	13.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	69.858	(4.620)
Saldo reapresentado	**12.097.384**	**11.835.659**	**12.361.890**	**12.078.493**

(a) Equivalência patrimonial na Controladora, líquida de tributos

3.1.6 Efeitos na demonstração do fluxo de caixa de 31.12.2012

Consolidado	**Publicado**	**Efeitos do CPC 19 (R2)**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.395.216	24.147	1.419.363
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.780.354)	(47.388)	(1.827.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	819.150	-	819.150
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**434.012**	**(23.241)**	**410.771**
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**434.012**	**(23.241)**	**410.771**

3.1.7 Efeitos na demonstração do valor adicionado de 31.12.2012

Consolidado	**Publicado**	**Efeitos do CPC 19 (R2)**	**Reapresentado**
Receitas	**13.622.318**	**(38.966)**	**13.583.352**
Venda de energia, serviços e outras receitas	11.925.819	(468)	11.925.351
Receita de construção	1.717.587	(38.498)	1.679.089
Outras receitas	1.738	-	1.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.826)	-	(22.826)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**6.432.730**	**(40.150)**	**6.392.580**
Material, insumos e serviços de terceiros	4.654.632	(1.209)	4.653.423
Custo de construção	1.510.563	(38.335)	1.472.228
Outros insumos	231.507	(606)	230.901
Outros	36.028	-	36.028
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**7.189.588**	**1.184**	**7.190.772**
(-) Depreciação e amortização	**550.588**	**(733)**	**549.855**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**6.639.000**	**1.917**	**6.640.917**
(+) Valor adicionado transferido	**823.985**	**(4.972)**	**819.013**
Receitas financeiras	648.938	(617)	648.321
Resultado de participações societárias	12.058	(4.355)	7.703
Outras receitas	162.989	-	162.989
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**7.462.985**	**(3.055)**	**7.459.930**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	1.327.721	(785)	1.326.936
Governo	4.659.967	(4.438)	4.655.529
Terceiros	748.777	2.168	750.945
Acionistas	726.520	-	726.520
	7.462.985	**(3.055)**	**7.459.930**

3.2 Base de consolidação

Os investimentos em controladas (NE nº 16.3), em empreendimentos controlados em conjunto (NE nº 16.4) e em coligadas (NE nº 16.5) são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

As operações em conjunto (consórcios) são contabilizadas na proporção de quota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que possui a participação.

3.2.1 Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isto resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

3.2.2 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.3 Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição. São reconhecidos pelos seus respectivos valores justo na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio *(goodwill)*, no ativo intangível. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é apresentado no investimento.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.4.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.4.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

3.4.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

3.4.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.4.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.4.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.4.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

3.6 Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados com base no regime de competência.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço.

3.7 Contas a receber vinculadas à concessão

3.7.1 Ativo financeiro - distribuição

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Copel Distribuição pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

3.7.2 Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Especificamente ao Contrato de Concessão 060/2001, adições subsequentes à renovação que representem ampliação, melhoria ou reforço da infraestruturação reconhecidas como ativo financeiro, em virtude de representar futura geração de caixa operacional adicional, conforme regulamentação específica do poder concedente.

3.8 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.9 Tributos

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Para fins de apuração dos resultados tributáveis foi adotado o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, considerou-se os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando após a análise jurídica se o direito de indenização sobre os ativos residuais não estiver assegurado. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

3.11 Intangível

3.11.1 Contrato de concessão - distribuição

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

3.11.2 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.11.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.12 Intangíveis - concessões e autorizações

Os valores alocados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão ou autorizações (adquirido com vida útil definida).

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.14 Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal. Contudo, a Administração deliberou acrescentar na citada base de cálculo a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, de forma a anular o efeito causado ao resultado pelo aumento da despesa com depreciação, decorrente da adoção das normas contábeis por ele estabelecidas, bem como pelo CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. Este procedimento reflete a política de remuneração aos acionistas da Companhia, a qual será praticada durante a realização de toda a reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ao final do exercício, com base em seu estatuto social.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.15 Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 23. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados, aprovados pela deliberação CVM nº 695/12.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.16 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 504/12 e 556/13.

3.17 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.18 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.19 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.20 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes “A” e “B”.

As ações preferenciais classe “A” têm prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos mínimos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe “B” têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe “B” são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

3.21 Ajustes de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados.

Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros disponíveis para venda, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

3.22 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

3.23 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos a dividendos, a voto e a liquidação diferentes, os lucros básicos e diluídos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados, conforme o estatuto social da Companhia e os direitos de participação sobre lucros não-distribuídos calculados de acordo com o direito a dividendos de cada classe de ações.

3.24 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.25 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.25.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, da última medição efetuada até o último dia do mês.

3.25.2 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos/instrumentos financeiros é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.26 Receita de construção e custo de construção

A ICPC 01/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. As subsidiárias da Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Copel Distribuição terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2013 e de 2012 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

Na construção da infra-estrutura de distribuição de gás, semelhante a Copel Distribuição, a receita é reconhecida por um montante igual ao seu custo, uma vez que a construção da infra-estrutura é realizada por partes não relacionadas, durante curto prazo de tempo.

3.27 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.28 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como: atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas; cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.29 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

3.29.1 A Companhia e suas controladas como arrendadoras

As receitas de aluguel oriunda dos arrendamentos operacionais são reconhecidas pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

3.29.2 A Companhia e suas controladas como arrendatárias

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

3.30 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas, assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.31 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caixa e bancos conta movimento	1.787	1.972	130.311	94.484
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.623	27.492	1.611.321	1.364.733
	10.410	**29.464**	**1.741.632**	**1.459.217**

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101,43% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2013 e 100,75% em 31.12.2012.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível NE 34.2	Indexador	Controladora 31.12.2013	Controladora 31.12.2012	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
Títulos disponíveis para venda						
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	96	90	36.983	39.845
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	26.995	175.792
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	90	86	90	86
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	-	1.990	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	-	-	130.369	162.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	-	-	63.663	167.917
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	-	-	-	13.661
Letras Financeiras Ligadas à CEF - LF Caixa	2	CDI	-	-	-	9.004
			186	**176**	**260.090**	**568.822**
Títulos para negociação						
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	-	-	93.529	24.742
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	24.164	16.373
CDB	2	CDI	-	-	-	3.147
Letras Financeiras	2	CDI	-	-	13.375	12.591
LFT	1	Selic	-	-	5.011	9.526
LTN	1	Selic	-	-	60.800	48.216
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPG	2	CDI	-	-	38.433	61.475
Ações	1	Ibovespa	-	-	-	93
Debêntures	2	CDI	-	-	3.215	3.668
Notas Promissórias	2	CDI	-	-	-	3.127
Renda Fixa Term 3	1	Pré-Fixada	-	-	-	56
			-	**-**	**238.527**	**183.014**
Títulos mantidos até o vencimento						
LF Caixa com vencimento em 07.11.2013		CDI	-	-	-	5.540
LF Caixa com vencimento em 08.11.2013		CDI	-	-	-	6.640
LF Caixa com vencimento em 12.11.2015		CDI	-	-	11.141	-
			-	**-**	**11.141**	**12.180**
			186	**176**	**509.758**	**764.016**
		Circulante	**186**	**176**	**389.222**	**635.501**
		Não circulante	**-**	**-**	**120.536**	**128.515**

A Copel e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão fundos exclusivos e garantias:

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Fundos exclusivos		
Copel Geração e Trasmissão no Banco do Brasil	99.843	174.047
Copel Distribuição no Banco do Brasil	3	101.056
Copel Geração e Transmissão na Caixa Econômica Federal	-	91.807
Copel Distribuição na Caixa Econômica Federal	-	50.517
UEG Araucária no Banco do Brasil	113.546	78.021
UEG Araucária no BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	124.946	104.961
	338.338	**600.409**
Garantias		
Leilões da Aneel	374	21.427
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	118.647	72.998
Financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas e Linhas de Trasmissão	16.452	32.144
Atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	33.849	31.290
	169.322	**157.859**

6 Cauções e Depósitos Vinculados

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caução STN (6.1)	45.371	43.246
Caução CCEAR	1.068	34.289
Outros	908	2.519
	47.347	**80.054**
Circulante	**1.976**	**36.808**
Não circulante	**45.371**	**43.246**

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE nº 21.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2013	Saldo 31.12.2012
Consumidores					
Residencial	146.604	83.268	32.308	262.180	295.603
Industrial	131.224	21.465	17.631	170.320	166.182
Comercial	108.423	29.038	14.847	152.308	176.668
Rural	20.767	7.526	6.761	35.054	40.499
Poder público	20.337	22.343	26.282	68.962	49.464
Iluminação pública	16.240	49	90	16.379	17.778
Serviço público	15.258	14.041	229	29.528	34.488
Receita não faturada	274.059	-	-	274.059	330.326
Parcelamento de débitos	64.958	5.495	29.202	99.655	94.425
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	25.415	-	-	25.415	4.694
Governo do Paraná - luz fraterna	65.544	1.801	11.642	78.987	60.259
Outros créditos	5.932	24.593	27.854	58.379	41.742
	894.761	**209.619**	**166.846**	**1.271.226**	**1.312.128**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	96.756	4.007	5.297	106.060	177.983
Contratos bilaterais	79.006	-	25	79.031	30.317
CCEE	45.628	-	14	45.642	2.173
Ressarcimento de geradores	-	-	1.256	1.256	1.288
	221.390	**4.007**	**6.592**	**231.989**	**211.761**
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	13.353	1.396	2.361	17.110	23.505
Rede básica e de conexão	10.268	405	3.995	14.668	28.017
	23.621	**1.801**	**6.356**	**31.778**	**51.522**
Telecomunicações	**15.235**	**14.988**	**10.056**	**40.279**	**17.928**
Distribuição de gás	**30.735**	**1.634**	**127**	**32.496**	**34.767**
PCLD (7.1)	**-**	**-**	**(137.454)**	**(137.454)**	**(112.762)**
	1.185.742	**232.049**	**52.523**	**1.470.314**	**1.515.344**
Circulante	**1.053.056**	**232.049**	**52.523**	**1.337.628**	**1.489.173**
Não circulante	**132.686**	**-**	**-**	**132.686**	**26.171**

7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2012	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2013
Consumidores, concessionárias e permissionárias							
Residencial	28.953	27.123	(16.847)	39.229	19.197	(12.249)	46.177
Industrial	25.163	8.568	(2.739)	30.992	9.739	(5.700)	35.031
Comercial	19.466	8.026	(3.480)	24.012	5.285	(2.532)	26.765
Rural	1.805	4.582	(861)	5.526	1.621	(740)	6.407
Poder público	2.359	6.957	-	9.316	3.727	-	13.043
Iluminação pública	79	50	-	129	(48)	-	81
Serviço público	41	72	-	113	70	-	183
Concessionárias e permissionárias	37.370	(37.146)	-	224	6.414	(125)	6.513
Telecomunicações	683	3.550	(1.012)	3.221	866	(833)	3.254
	115.919	**21.782**	**(24.939)**	**112.762**	**46.871**	**(22.179)**	**137.454**

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, foi renegociado, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004, da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

Em 31.12.2013, o saldo da CRC foi transferido da Copel Distribuição para a Copel, conforme anuência da Aneel, Despacho nº 4.222 de 11.12.2013, com a quitação do mútuo (NE nº 15.2), e a transferência do saldo financeiro remanescente, no valor de R$ 468.317.

8.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

Consolidado	31.12.2013
2015	91.131
2016	97.192
2017	103.655
2018	110.549
2019	117.901
Após 2020	774.678
	1.295.106

8.2 Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	**65.862**	**1.280.598**	**1.346.460**
Juros	85.001	-	85.001
Variação monetária	2.621	101.066	103.687
Transferências	73.310	(73.310)	-
Amortizações	(150.864)	-	(150.864)
Em 31.12.2012	**75.930**	**1.308.354**	**1.384.284**
Juros	87.149	-	87.149
Variação monetária	2.522	69.677	72.199
Transferências	82.925	(82.925)	-
Amortizações	(163.078)	-	(163.078)
Em 31.12.2013	**85.448**	**1.295.106**	**1.380.554**

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

9.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante: Ativo	Ativo não circulante: Obrigações especiais (a)	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	**80.626**	**4.828.568**	**(1.592.125)**	**3.317.069**
Capitalizações do intangível em curso	-	405.521	(57.916)	347.605
Transferências do não circulante para o circulante	269.163	(269.163)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(225.275)	-	-	(225.275)
Transferências para contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	(119.195)	(934.945)	-	(1.054.140)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(713)	-	(713)
Transferências do intangível em serviço - remensuração conforme Resolução Nº 474/2012	-	136.658	(53.245)	83.413
Variação monetária	-	276.041	(110.467)	165.574
Remuneração	-	396.168	-	396.168
Receita de construção	-	59.977	-	59.977
Atualização do valor justo	-	(303.084)	(98.020)	(401.104)
Baixas	-	(24.313)	-	(24.313)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	(13.116)	-	(13.116)
Em 31.12.2012 - Reapresentado	**5.319**	**4.557.599**	**(1.911.773)**	**2.651.145**
Capitalizações do intangível em curso	-	712.947	(82.878)	630.069
Transferências do não circulante para o circulante	21.532	(21.532)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(22.455)	-	-	(22.455)
Transferências do imobilizado	-	(1.562)	-	(1.562)
Transferências do imobilizado - Resolução nº 367/2009	-	1.082	-	1.082
Transferências para o intangível em serviço	-	(2.589)	-	(2.589)
Variação monetária	-	210.310	(102.051)	108.259
Remuneração	-	33.974	-	33.974
Receita de construção	-	136.536	-	136.536
Baixas	-	(28.233)	3.235	(24.998)
Baixas - Resolução 367/2009	-	(20.797)	-	(20.797)
Em 31.12.2013	**4.396**	**5.577.735**	**(2.093.467)**	**3.488.664**

(a) NE nº 18.3

9.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como ativo financeiro, por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de energia pelos consumidores (NE nº 3.7 Principais Políticas Contábeis - Contas a receber vinculadas à concessão e NE nº 18 Intangível).

9.3 Reajuste tarifário na Copel Distribuição

Em 20.06.2013, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, deliberou sobre o Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição. O reajuste tarifário médio autorizado foi de 14,61%, sendo 11,40% referente ao reajuste tarifário anual econômico, 1,68% relativos aos componentes financeiros do ano tarifário atual e 1,53% à retirada dos componentes financeiros do ano tarifário anterior. Entretanto, a Companhia solicitou junto à Aneel o efeito suspensivo do reajuste autorizado, com a perspectiva de diferimento na aplicação do índice de reajuste tarifário autorizado.

Atendendo à solicitação da Companhia, a Aneel, em 09.07.2013, aprovou o diferimento do reajuste médio de 14,61%, autorizando a aplicação de reajuste médio de 9,55%, retroativo a 24.06.2013, e, em caráter excepcional, o diferimento de R$ 255.900, equivalente a diferença entre o reajuste aplicado e o autorizado, a ser considerado como um componente financeiro que será atualizado pela variação do IGP-M e incluído no cálculo do reajuste tarifário subsequente.

9.4 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Refere-se aos compromissos assumidos com os fornecedores de equipamentos e serviços referentes aos seguintes empreendimentos:

Linhas de Transmissão e Subestações	Valor
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	241.154
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilho III	43.182
Contrato nº 022/12 - LT 230 kV - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 e Londrina Figueira	39.517
Contrato nº 002/13 - LT 230 kV Assis - Paraguassu Paulista	50.624

10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

Refere-se a valores a receber previstos na Medida Provisória 579/12 - MP 579, convertida na Lei nº 12.783/13 em virtude da opção pela Companhia da prorrogação do contrato de concessão de transmissão nº 060/2001.

Para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, conforme Nota Técnica 396/12 - SRE/ANEEL, a indenização está sendo recebida em 30 parcelas mensais calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA remunerada pelo Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 5,59% real ao ano. A Companhia vem recebendo as parcelas conforme cronograma estabelecido.

Para os ativos não depreciados, existentes em 31.05.2000, o artigo 1º da resolução normativa Aneel nº 589 de 13.12.2013, define metodologia a ser aplicada na mensuração do valor da indenização, inclusive com a emissão de laudo de avaliação por empresa especializada. Esta resolução limitou-se apenas a reconhecer o direito das concessionárias à indenização definindo a forma da sua valoração. A Administração realizou avaliação dos ativos passíveis de indenização, aplicando a metodologia proposta e concluiu que a expectativa de indenização suporta os montantes registrados em 31.12.2013.

10.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	**-**	**-**	**-**
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBNI	-	893.923	893.923
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBSE	-	160.217	160.217
Transferências do não circulante para o circulante	352.161	(352.161)	-
Variação monetária	3.924	15.826	19.750
Em 31.12.2012	**356.085**	**717.805**	**1.073.890**
Transferências do não circulante para o circulante	352.160	(352.160)	-
Amortizações	(440.656)	-	(440.656)
Variação monetária	43.591	-	43.591
Encargos	40.981	-	40.981
Em 31.12.2013	**352.161**	**365.645**	**717.806**

11 Outros Créditos

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Adiantamento a fornecedores (11.1)	122.311	41.442
Serviços em curso (11.2)	94.000	88.513
Repasse CDE (11.3)	51.067	-
Adiantamento para indenizações imobiliárias	40.403	8.740
Adiantamento a empregados	27.831	29.788
Parcerias em consórcios	25.540	25.540
Desativações em curso	10.980	10.514
Locação da planta da Usina Termelétrica de Araucária	6.499	11.894
Outros créditos	46.694	41.248
	425.325	**257.679**
Circulante	**395.890**	**234.951**
Não circulante	**29.435**	**22.728**

11.1 Adiantamento a Fornecedores

Referem-se aos adiantamentos a fornecedores previstos em clausulas contratuais.

11.2 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

11.3 Repasse CDE

Refere-se a recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados pela Eletrobrás para cobrir os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço publico de distribuição no valor de R$ 21.042, conforme Resolução Homologatória nº 1.586 de 13.08.2013 e R$ 30.025 para compensar os custos decorrentes da exposição no mercado de curto prazo e do risco hidrológico, regulamentado através do Decreto nº 7.945 de 07.03.2013.

12 Estoques

Consolidado **Operação / Manutenção**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Copel Distribuição	96.866	84.995
Copel Geração e Transmissão	31.298	28.299
Copel Telecomunicações	10.046	10.645
Compagás	1.068	870
	139.278	**124.809**

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		**Consolidado**	
				Reapresentado
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	42.494	156.718	375.722	468.791
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(1.215)	(242.564)	(272.227)
IR e CSLL a compensar com o IRRF sobre JSCP	-	(5.020)	-	(5.020)
	42.494	**150.483**	**133.158**	**191.544**
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar (a)	169.717	-	197.659	19.995
	169.717	**-**	**197.659**	**19.995**
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	4.466	540.184	442.416
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(1.215)	(242.564)	(272.227)
	-	**3.251**	**297.620**	**170.189**

a) Valores referentes ao IRRF relativos à quitação das operações de mútuo entre partes relacionadas, os quais foram transferidos para o ativo não circulante, considerando seu prazo de realização.

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

13.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2013
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	-	913	-	913
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	-	-	-	-	-	738	738
Outras adições temporárias							
Provisões para litígios	100.421	2.359	-	102.780	(8.313)	-	94.467
Provisão para participação nos lucros	-	-	-	-	250	-	250
PCLD	1.478	-	-	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.829	256	-	18.085	257	-	18.342
Provisão Finam	4.795	-	-	4.795	(710)	-	4.085
Juros sobre o capital próprio	16.666	5.043	-	21.709	(21.709)	-	-
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	-	-	-	14	-	14
Outros	450	(19)	-	431	164	-	595
	141.639	**7.639**	**-**	**149.278**	**(29.134)**	**738**	**120.882**
(-) Passivo não circulante							
Efeitos CPC 38 instrumentos financeiros	7.962	(1.314)	139	6.787	(2.303)	(104)	4.380
Exclusões temporárias							
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297	-	-	25.297
	33.259	**(1.314)**	**139**	**32.084**	**(2.303)**	**(104)**	**29.677**
Líquido	**108.380**	**8.953**	**(139)**	**117.194**	**(26.831)**	**842**	**91.205**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Outros	Saldo em 31.12.2013
Ativo não circulante								
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	-	-	2.486	7.227	-	-	9.713
Planos previdenciário e assistencial	154.108	24.204	-	178.312	17.172	-	-	195.484
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	16.142	71.157	-	87.299	(17.717)	-	-	69.582
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	-	-	58.944	58.944	-	73.579	-	132.523
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	579	-	579
Outras adições temporárias								
Provisões para litígios	287.220	50.808	-	338.028	37.308	-	-	375.336
PSDV	12.355	41.631	-	53.986	(52.670)	-	-	1.316
Provisão para P&D e PEE	28.791	17.999	-	46.790	19.976	-	-	66.766
PCLD	42.216	(764)	-	41.452	8.230	-	-	49.682
Amortização do direito de concessão	36.173	256	-	36.429	257	-	-	36.686
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	355	-	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	15.913	(1.066)	-	14.847	93	-	-	14.940
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922	-	-	-	6.922
Provisão Finam	4.795	-	-	4.795	(710)	-	-	4.085
Provisão para compra de energia	99.568	(2.535)	-	97.033	8.074	-	-	105.107
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	15.980	(6.309)	-	9.671	16.882	-	-	26.553
Juros sobre capital próprio	16.666	5.043	-	21.709	(21.709)	-	-	-
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	-	-	-	6.773	-	16.483	23.256
Outros	5.490	1.354	-	6.844	(791)	-	-	6.053
	745.180	**201.778**	**58.944**	**1.005.902**	**28.395**	**74.158**	**16.483**	**1.124.938**
(-) Passivo não circulante								
Efeitos CPC 27 - custo atribuído	741.195	(52.035)	-	689.160	(52.619)	-	-	636.541
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	138.712	(134.138)	(4.459)	115	-	-	-	115
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	4.620	-	(4.430)	190	-	(190)	-	-
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	11.977	2.158	907	15.042	(5.885)	(1.881)	-	7.276
Outras exclusões temporárias				-				
Capitalização encargos financeiros	5.357	-	-	5.357	-	-	-	5.357
Diferimento de ganho de capital	-	175.450	-	175.450	(67.916)	-	-	107.534
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297	-	-	-	25.297
Fornecimento de gás	5.372	(1.791)	-	3.581	(1.791)	-	-	1.790
Outros	-	(115)	1.076	961	7.155	-	-	8.116
	932.530	**(10.471)**	**(6.906)**	**915.153**	**(121.056)**	**(2.071)**	**-**	**792.026**
Líquido	**(187.350)**	**212.249**	**65.850**	**90.749**	**149.451**	**76.229**	**16.483**	**332.912**
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	462.177			681.285				753.413
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(649.527)			(590.536)				(420.501)
Líquido	**(187.350)**			**90.749**				**332.912**

13.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos.

13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	43.092	38.311
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	61.093	54.190
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(35.596)	(43.378)
Outros tributos a compensar	-	11	1.424	367
	-	**11**	**70.013**	**49.490**
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	72.347	71.785
PIS/Pasep e Cofins	-	-	51.653	48.393
Outros tributos a compensar		-	498	11
	-	**-**	**124.498**	**120.189**
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	184.369	209.570
PIS/Pasep e Cofins a recolher	25.400	22.054	79.291	82.066
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(35.596)	(43.378)
IRRF sobre JSCP	-	5.020	39.440	39.303
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	-	(5.020)	-	(5.020)
Outros tributos	81	18	33.227	5.939
	25.481	**22.072**	**300.731**	**288.480**
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	40	-	68.402	-
	40	**-**	**68.402**	**-**

13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**1.099.391**	**696.202**	**1.506.504**	**972.528**
IRPJ e CSLL (34%)	**(373.793)**	**(236.709)**	**(512.211)**	**(330.660)**
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	283.340	165.149	32.423	52
Juros sobre o capital próprio	61.200	75.802	61.200	75.802
Dividendos	309	241	309	241
Finam	1.972	-	1.972	-
Despesas indedutíveis	(20)	(21)	(3.130)	(3.331)
Incentivos fiscais	-	-	10.364	11.688
Outros	161	24	4.004	200
IRPJ e CSLL correntes	**-**	**(4.467)**	**(554.520)**	**(458.257)**
IRPJ e CSLL diferidos	**(26.831)**	**8.953**	**149.451**	**212.249**
Alíquota efetiva - %	2,4%	-0,6%	26,9%	25,3%

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais	**271.827**	**271.834**	**417.570**	**347.484**
Trabalhistas	-	**-**	**118.240**	**90.479**
Cíveis				
Fornecedores	-	-	95.558	95.558
Cíveis	288	-	28.849	26.796
Servidões de passagem	-	-	8.106	7.157
Consumidores	-	-	2.397	2.419
	288	**-**	**134.910**	**131.930**
Outros	**-**	**24**	**4.505**	**4.478**
	272.115	**271.858**	**675.225**	**574.371**

15 Créditos com Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Coligadas e Controladas em Conjunto				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	85	78	85	78
Dominó Holdings	6.311	17.986	6.311	17.986
Costa Oeste	-	-	478	-
Marumbi	-	-	403	-
Transmissora Sul Brasileira	-	-	360	-
Caiuá	-	-	88	-
Integração Maranhense	-	-	227	-
Matrinchã	-	-	840	-
Guaraciaba	-	-	182	-
	6.396	**18.064**	**8.974**	**18.064**
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	321.902	635.489	-	-
Copel Distribuição	-	371.863	-	-
Copel Telecomunicações	21.585	7.982	-	-
Compagás	2.239	2.514	-	-
Elejor	28.718	2.752	-	-
Ventos de Santo Uriel	5	-		
	374.449	**1.020.600**	**-**	**-**
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (15.1)	64.815	59.340	-	-
	64.815	**59.340**	**-**	**-**
Contratos de mútuo				
Copel Distribuição (15.2)	-	859.894	-	-
Elejor (15.3)	-	232.654	-	-
	-	**1.092.548**	**-**	**-**
Outros investimentos				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Outros investimentos	526	-	526	-
	526	**-**	**526**	**-**
	446.186	**2.190.552**	**9.500**	**18.064**
Ativo circulante - Dividendos a receber	**381.371**	**1.038.664**	**9.500**	**18.064**
Ativo não circulante	**64.815**	**1.151.888**	**-**	**-**

15.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 21.1).

15.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. Em 31.12.2013, o saldo do mútuo foi quitado com a transferência para a Copel de créditos da CRC junto ao Governo do Estado do Paraná, anuída pela Aneel conforme despacho nº 4.222 de 11.12.2013.

15.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo Órgão Regulador, por meio do Despacho Aneel nº 2.876/06, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac, a Elejor iniciou a amortização do mútuo em outubro de 2011.

Em setembro de 2013, a Elejor captou recursos através da 2ª emissão de debêntures e liquidou a dívida.

16 Investimentos

16.1 Combinação de Negócios

Em 1º.08.2013, a Companhia adquiriu do Salus Fundos de Investimento em Participações, 100% dos empreendimentos: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A., Santa Maria Energias Renováveis S.A., Santa Helena Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Uriel S.A..

A aquisição desses empreendimentos de geração eólica atende ao objetivo estratégico da Copel de aumentar a participação no segmento de geração por meio de fontes renováveis em sua matriz energética.

O valor investido, no total de R$ 342.077, está suportado pelas projeções dos fluxos de caixa descontados das operações dos empreendimentos adquiridos.

No processo da aquisição, foram identificados os valores justos do patrimônio líquido das adquiridas, e os valores a título de direito de autorização, alocados na conta de Investimento, no balanço individual da Controladora. No balanço consolidado, os valores a título de direito de autorização foram alocados na conta de Intangível. O direito de autorização será amortizado durante o período das autorizações, a partir do início das operações comerciais.

Controladas 1º.08.2013	Vencimento da autorização	Patrimônio Líquido	Direito de autorização	Total pago
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	25.04.2046	6.056	51.659	57.715
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	31.05.2046	6.080	51.745	57.825
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	31.05.2046	6.058	49.948	56.006
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	27.04.2046	6.043	53.154	59.197
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	08.05.2047	17.765	26.813	44.578
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	09.04.2047	17.730	28.955	46.685
Ventos de Santo Uriel S.A.	09.04.2047	6.626	13.445	20.071
		66.358	**275.719**	**342.077**

Para a conclusão da operação de aquisição, a Companhia deverá desembolsar aproximadamente R$ 18.500 adicionais, conforme atendimento de condições previstas em contrato.

Os dados seguintes detalham a composição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que foram reconhecidos na data das aquisições, e que correspondem aos seus valores justos naquela data.

1º.08.2013	Nova Asa Branca I	Nova Asa	Nova Asa Branca III	Nova Eurus IV	Santa Maria	Santa Helena	Ventos de Santo Uriel	Total
ATIVO	**6.137**	**6.161**	**6.179**	**6.124**	**17.775**	**17.747**	**6.629**	**66.752**
Ativo circulante	**42**	**41**	**52**	**772**	**21**	**65**	**38**	**1.031**
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	17	736	3	46	25	839
Outros ativos circulantes	36	35	35	36	18	19	13	192
Ativo não circulante	**6.095**	**6.120**	**6.127**	**5.352**	**17.754**	**17.682**	**6.591**	**65.721**
Imobilizado	6.070	6.095	6.102	5.327	17.715	17.643	6.567	65.519
Outros ativos não circulantes	25	25	25	25	39	39	24	202
PASSIVO	**6.137**	**6.161**	**6.179**	**6.124**	**17.775**	**17.747**	**6.629**	**66.752**
Passivo circulante	**23**	**23**	**63**	**23**	**10**	**17**	**3**	**162**
Passivo não circulante	**58**	**58**	**58**	**58**	**-**	**-**	**-**	**232**
Patrimônio líquido	**6.056**	**6.080**	**6.058**	**6.043**	**17.765**	**17.730**	**6.626**	**66.358**

Caso os novos empreendimentos tivessem sido consolidados a partir de 1º.01.2013, na demonstração do resultado teria sido incluído o prejuízo de R$ 334.

16.2 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti-zação	Dividendos e JSCP propostos	Reversão de provisão p/ perda	Saldo em 31.12.2013
Controladas (16.3)								
Copel Geração e Transmissão	6.167.382	1.000.889	(49.212)	-	-	(322.242)	-	6.796.817
Copel Distribuição	3.535.388	(78.509)	(90.194)	-	-	-	-	3.366.685
Copel Telecomunicações	328.145	47.732	(6.934)	-	-	(16.004)	-	352.939
Copel Renováveis	-	(423)	-	830	-	-	-	407
Copel Participações	-	(441)	-	848	-	-	-	407
UEG Araucária	133.119	7.233	-	-	-	-	-	140.352
Compagás	113.375	9.428	-	-	-	(2.635)	-	120.168
Elejor	52.403	29.363	-	-	-	(31.354)	-	50.412
Elejor - direito de concessão	17.534	-	-	-	(755)	-	-	16.779
Nova Asa Branca I	-	(32)	-	10.896	-	-	-	10.864
Nova Asa Branca I - direito de autorização	-	-	-	51.659	-	-	-	51.659
Nova Asa Branca II	-	(15)	-	13.520	-	-	-	13.505
Nova Asa Branca II - direito de autorização	-	-	-	51.745	-	-	-	51.745
Nova Asa Branca III	-	(20)	-	14.698	-	-	-	14.678
Nova Asa Branca III - direito de autorização	-	-	-	49.948	-	-	-	49.948
Nova Eurus IV	-	(26)	-	10.883	-	-	-	10.857
Nova Eurus IV - direito de autorização	-	-	-	53.154	-	-	-	53.154
Santa Maria	-	14	-	31.015	-	-	-	31.029
Santa Maria - direito de autorização	-	-	-	26.813	-	-	-	26.813
Santa Helena	-	46	-	36.080	-	-	-	36.126
Santa Helena - direito de autorização	-	-	-	28.955	-	-	-	28.955
Ventos de Santo Uriel	-	31	-	14.262	-	(5)	-	14.288
Ventos de S. Uriel - direito de autorização	-	-	-	13.445	-	-	-	13.445
	10.347.346	**1.015.270**	**(146.340)**	**408.751**	**(755)**	**(372.240)**	**-**	**11.252.032**
Controladas em conjunto (16.4)								
Dominó Holdings	358.114	96.635	18.881	-	-	(16.927)	-	456.703
Cutia	5.247	(465)	-	843	-	-	-	5.625
Cutia - direito de autorização	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	369.170	**96.170**	**18.881**	**843**	**-**	**(16.927)**	**-**	**468.137**
Coligadas (16.5)								
Sercomtel	10.567	(13.567)	-	3.000	-	-	-	-
Dona Francisca Energética	59.753	8.963	-	-	-	(10.540)	-	58.176
Foz do Chopim Energética	15.872	10.316	-	-	-	(10.400)	-	15.788
Carbocampel	1.413	(6)	-	-	-	-	-	1.407
Dois Saltos	300	-	-	420	-	-	-	720
Copel Amec	180	2	-	-	-	-	-	182
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-	-
	88.085	**5.390**	**-**	**3.738**	**-**	**(20.940)**	**-**	**76.273**
Outros investimentos								
Finam	1.323	-	-	-	-	-	-	1.323
Finor	312	-	(100)	-	-	-	-	212
Investco S.A.	9.282	-	(72)	-	-	-	-	9.210
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	-	14.868
Provisão para perda Nova Holanda	(14.868)	-	-	-	-	-	7.887	(6.981)
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	46.631	-	-	186.838	-	-	-	233.469
Outros investimentos	7.210	-	(134)	-	-	-	-	7.076
	64.758	**-**	**(306)**	**186.838**	**-**	**-**	**7.887**	**259.177**
	10.869.359	**1.116.830**	**(127.765)**	**600.170**	**(755)**	**(410.107)**	**7.887**	**12.055.619**

Controladora	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti-zação	Dividendos e JSCP propostos	Resgate de quotas	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado
Controladas (16.3)								
Copel Geração e Transmissão	5.742.236	700.524	(51.244)	-	-	(224.134)	-	6.167.382
Copel Distribuição	3.671.986	(43.420)	(79.710)	-	-	(13.468)	-	3.535.388
Copel Telecomunicações	288.107	28.007	772	22.643	-	(11.384)	-	328.145
UEG Araucária	127.445	5.674	-	-	-	-	-	133.119
Compagás	105.305	10.584	-	-	-	(2.514)	-	113.375
Elejor	33.170	23.307	1.462	-	-	(5.536)	-	52.403
Elejor - direito de concessão	18.289	-	-	-	(755)	-	-	17.534
Centrais Eólicas do Paraná	1.225	(9)	-	-	-	(306)	(910)	-
	9.987.763	**724.667**	**(128.720)**	**22.643**	**(755)**	**(257.342)**	**(910)**	**10.347.346**
Controladas em conjunto (16.4)								
Dominó Holdings	345.953	50.366	(21.555)	-	-	(16.650)	-	358.114
Cutia	4.310	(447)	-	1.384	-	-	-	5.247
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	356.072	**49.919**	**(21.555)**	**1.384**	**-**	**(16.650)**	**-**	**369.170**
Coligadas (16.5)								
Sercomtel	70.341	(59.774)	-	-	-	-	-	10.567
Dona Francisca	53.061	8.149	-	-	-	(1.457)	-	59.753
Foz do Chopim	17.402	9.434	-	-	-	(10.964)	-	15.872
Carbocampel	1.307	(36)	-	142	-	-	-	1.413
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	15	-	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(61)	-	61	-	-	-	-
	142.576	**(42.273)**	**-**	**203**	**-**	**(12.421)**	**-**	**88.085**
Outros investimentos								
Finam	2.267	-	(944)	-	-	-	-	1.323
Finor	613	-	(301)	-	-	-	-	312
Investco S.A.	8.345	-	937	-	-	-	-	9.282
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	38.945	-	-	7.686	-	-	-	46.631
Outros investimentos	6.496	-	714	-	-	-	-	7.210
	56.666	**-**	**406**	**7.686**	**-**	**-**	**-**	**64.758**
	10.543.077	**732.313**	**(149.869)**	**31.916**	**(755)**	**(286.413)**	**(910)**	**10.869.359**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Reversão de provisão p/ perda	Saldo em 31.12.2013
Controladas em conjunto (16.4)							
Dominó Holdings	358.114	96.635	18.881	-	(16.927)	-	456.703
Cutia	5.247	(465)	-	843	-	-	5.625
Costa Oeste	1.049	2.409	-	15.720	(478)	-	18.700
Marumbi	2.212	1.969	-	18.018	(402)		21.797
Transmissora Sul Brasileira	9.577	1.516	-	53.065	(361)		63.797
Caiuá	7.747	565	-	32.094	(88)		40.318
Integração Maranhense	9.630	1.016	-	74.959	(227)	-	85.378
Matrinchã	10.130	3.453	-	85.256	(840)		97.999
Guaraciaba	6.963	908	-	31.139	(182)	-	38.828
Paranaíba	-	210	-	17.640	-		17.850
	410.669	**108.216**	**18.881**	**328.734**	**(19.505)**	**-**	**846.995**
Coligadas (16.5)							
Sercomtel	10.567	(13.567)	-	3.000	-	-	-
Dona Francisca	59.753	8.963	-	-	(10.540)	-	58.176
Foz do Chopim	15.872	10.316	-	-	(10.400)	-	15.788
Carbocampel	1.413	(6)	-	-	-	-	1.407
Dois Saltos	300	-	-	420	-	-	720
Copel Amec	180	2	-	-	-	-	182
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-
	88.085	**5.390**	**-**	**3.738**	**(20.940)**	**-**	**76.273**
Outros investimentos							
Finam	1.323	-	-	-	-	-	1.323
Finor	312	-	(100)	-	-	-	212
Investco S.A.	9.282	-	(72)	-	-	-	9.210
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	14.868
Provisão para perda Nova Holanda	(14.868)	-	-	-	-	7.887	(6.981)
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	46.631	-	-	186.838	-	-	233.469
Outros investimentos	8.397	-	(134)	5	-	-	8.268
	70.235	**-**	**(306)**	**186.843**	**-**	**7.887**	**264.659**
	568.989	**113.606**	**18.575**	**519.315**	**(40.445)**	**7.887**	**1.187.927**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Outros	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado
Controladas em conjunto (16.4)							
Dominó Holdings	345.953	50.366	(21.555)	-	(16.650)	-	358.114
Cutia	4.310	(447)	-	1.384	-	-	5.247
Costa Oeste	204	(378)	-	1.243	-	(21)	1.048
Marumbi	8	(274)	-	2.479	-	-	2.213
Transmissora Sul Brasileira	2	1	-	9.574	-	-	9.577
Caiuá	-	(193)	-	7.940	-	-	7.747
Integração Maranhense	-	(59)	-	9.689	-	-	9.630
Matrinchã	-	85	-	10.045	-	-	10.130
Guaraciaba	-	(143)	-	7.106	-	-	6.963
	350.477	**48.958**	**(21.555)**	**49.460**	**(16.650)**	**(21)**	**410.669**
Coligadas (16.5)							
Sercomtel	70.341	(59.774)	-	-	-	-	10.567
Dona Francisca	53.061	8.149	-	-	(1.457)	-	59.753
Foz do Chopim	17.402	9.434	-	-	(10.964)	-	15.872
Carbocampel	1.307	(36)	-	142	-	-	1.413
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	15	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(61)	-	61	-	-	-
	142.576	**(42.273)**	**-**	**203**	**(12.421)**	**-**	**88.085**
Outros investimentos							
Finam	2.267	-	(944)	-	-	-	1.323
Finor	613	-	(301)	-	-	-	312
Investco S.A.	8.345	-	937	-	-	-	9.282
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	38.945	-	-	7.686	-	-	46.631
Outros investimentos	7.683	-	714	-	-	-	8.397
	62.143	**-**	**406**	**7.686**	**-**	**-**	**70.235**
	555.196	**6.685**	**(21.149)**	**57.349**	**(29.071)**	**(21)**	**568.989**

16.3 Controladas

31.12.2013	Sede	Atividade principal	Participação % Copel	Copel GeT	Não controladores
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição e comercialização de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Serviços de telecomunicações e de comunicações	100,00	-	-
Copel Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Copel Participações S.A.	Curitiba/PR	Holdings de instituições não-financeiras	100,00	-	-
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (a)	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (a)	Touros/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Santa Maria Energias Renováveis S.A. (a)	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A. (a)	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Ventos de Santo Uriel S.A. (a)	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,00	-	49,00
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,00	-	30,00
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica utilizando gás natural	20,00	60,00	20,00

(a) Fase pré-operacional

A Administração efetuou os julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e concluiu que a Companhia possui todos os atributos necessários para determinar o controle das empresas Compagás, Elejor e UEG Araucária, ou seja, está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as investidas e tem a capacidade de afetar

esses retornos por meio de seu poder sobre elas.

16.3.1 Demonstrações financeiras das controladas com participação de não controladores

31.12.2013	Compagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	**308.023**	**766.161**	**708.088**
Ativo circulante	84.017	68.534	270.545
Ativo não circulante	224.006	697.627	437.543
PASSIVO	**308.023**	**766.161**	**708.088**
Passivo circulante	66.935	153.229	6.334
Passivo não circulante	5.462	540.913	-
Patrimônio líquido	235.626	72.019	701.754
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	423.014	217.412	106.398
Custos e despesas operacionais	(402.030)	(67.093)	(81.375)
Resultado financeiro	4.443	(86.799)	18.664
Tributos	(6.942)	(21.573)	(7.524)
Lucro do exercício	18.485	41.947	36.163
Resultado abrangente total	18.485	41.947	36.163
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	44.877	(77.800)	78.543
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(41.948)	(4.244)	(74.919)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(4.495)	104.346	-
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	**(1.566)**	**22.302**	**3.624**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.993	25.282	18.219
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	34.427	47.584	21.843
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	**(1.566)**	**22.302**	**3.624**

16.4 Empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2013	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação % Copel	Participação % Copel GeT	Valor contábil da participação
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	1.014.895	45,00	-	456.703
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	36.667	-	51,00	18.700
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	27.246	-	80,00	21.797
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	318.983	-	20,00	63.797
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. (a)	São Paulo/SP	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	11.273	49,90	-	5.625
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	82.281	-	49,00	40.318
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	174.240	-	49,00	85.378
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	199.997	-	49,00	97.999
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	79.241	-	49,00	38.828
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	72.859	-	24,50	17.850

(a) Fase pré-operacional

A Administração efetuou julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, e concluiu que a Companhia controla estas empresas em conjunto com os demais investidores.

Os controles em conjunto são decorrentes de acordos entre os acionistas, independentemente do percentual de participação.

16.4.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado dos empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2013	Dominó (a)	Costa Oeste	Marumbi	Sul Brasileira	Cutia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba
ATIVO	**1.071.264**	**48.558**	**35.270**	**531.454**	**11.421**	**139.572**	**276.643**	**782.964**	**324.772**	**74.815**
Ativo circulante	**22.670**	**2.261**	**4.029**	**45.351**	**94**	**4.370**	**2.517**	**239.769**	**127.239**	**20.832**
Caixa e equivalentes de caixa	8.574	2.211	4.019	35.767	76	4.170	2.229	237.029	124.484	20.430
Outros ativos circulantes	14.096	50	10	9.584	18	200	288	2.740	2.755	402
Ativo não circulante	**1.048.594**	**46.297**	**31.241**	**486.103**	**11.327**	**135.202**	**274.126**	**543.195**	**197.533**	**53.983**
PASSIVO	**1.071.264**	**48.558**	**35.270**	**531.454**	**11.421**	**139.572**	**276.643**	**782.964**	**324.772**	**74.815**
Passivo circulante	**56.369**	**10.425**	**7.046**	**207.156**	**16**	**44.638**	**76.364**	**575.904**	**243.170**	**1.779**
Passivos financeiros	-	-	-	153.201	-	34.051	50.340	567.125	241.553	-
Outros passivos circulantes	56.369	10.425	7.046	53.955	16	10.587	26.024	8.779	1.617	1.779
Passivo não circulante	**-**	**32.290**	**23.499**	**113.316**	**918**	**64.355**	**167.791**	**7.063**	**2.361**	**177**
Adto. para futuro aumento de capital	-	30.824	22.521	108.001	786	51.702	141.752	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	1.466	978	5.315	132	12.653	26.039	7.063	2.361	177
Patrimônio líquido	**1.014.895**	**5.843**	**4.725**	**210.982**	**10.487**	**30.579**	**32.488**	**199.997**	**79.241**	**72.859**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita operacional líquida	-	41.677	30.378	430.344	-	106.513	231.962	510.855	186.882	53.416
Custos e despesas operacionais	(6.195)	(35.878)	(27.320)	(417.040)	(936)	(104.302)	(228.386)	(525.463)	(192.713)	(54.401)
Resultados financeiros	(36.434)	261	484	(419)	6	86	212	21.655	7.682	2.096
Resultado da equivalência patrimonial	128.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	(1.336)	(1.081)	(5.104)	-	(1.145)	(1.716)	-	-	(253)
Ganho variação % de participação	134.040									
Lucros (prejuízos) acumulados	**220.407**	**4.724**	**2.461**	**7.781**	**(930)**	**1.152**	**2.072**	**7.047**	**1.851**	**858**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	220.407	4.724	2.461	7.781	(930)	1.152	2.072	7.047	1.851	858

(a) Práticas ajustadas às da Copel

16.5 Coligadas

31.12.2013	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação Copel %	Valor contábil da participação
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	252.608	23,03	58.176
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	44.137	35,77	15.788
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	2.872	49,00	1.407
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (a)	Curitiba/PR	Energia elétrica	2.400	30,00	720
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	379	48,00	182
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	(1.329)	40,00	-
Sercomtel S.A. Telecomunicações (16.5.2)	Londrina/PR	Telecomunicações	-	45,00	-

(a) Fase pré-operacional

16.5.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das principais coligadas

31.12.2013	Foz do Chopim	Dona Francisca (a)
ATIVO	**46.181**	**289.662**
Ativo circulante	6.080	104.256
Ativo não circulante	40.101	185.406
PASSIVO	**46.181**	**289.662**
Passivo circulante	2.044	31.432
Passivo não circulante	-	5.622
Patrimônio líquido	44.137	252.608
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	38.831	104.464
Custos e despesas operacionais	(8.856)	(54.148)
Resultado financeiro	186	5.091
Provisão para IR e CSLL	(1.325)	(16.493)
Lucros acumulados	**28.836**	**38.914**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	28.836	38.914

(a) Práticas ajustadas às da Copel

16.5.2 Sercomtel S.A. Telecomunicações

A conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Companhia, ocorrida em 2013, adotando, quando aplicável, as mesmas premissas citadas na nota de Imobilizado (NE nº 17.7) indicou com adequado nível de segurança que os ativos vinculados à coligada Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentavam-se acima do valor recuperável, resultando em uma perda reconhecida no resultado de 2013 no valor de R$ 6.538 (R$ 28.858 em 2012), contabilizada na conta de equivalência patrimonial, reduzindo a zero o investimento nesta coligada.

16.6 Adiantamento para futuro investimento

16.6.1 São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A

Em novembro de 2011, foi assinado entre a Copel e a Galvão Participações S.A. contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. São consideradas como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas.

Caso o contrato de compra e venda não seja efetivado, fica a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados no total de R$ 77.886, corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM. As aprovações pela Aneel e pelo Cade já foram obtidas, aguardando-se a

finalização do procedimento junto ao BNDES.

Em dezembro de 2013, foi assinado contrato de compra e venda dos 50,1% restantes das ações da São Bento Energia pelo valor de R$ 109.500. Até 31.12.2013 foram aportados R$ 111.396 referentes ao valor do prêmio negociado corrigido e R$ 20.789 referentes à ressarcimento de saldos de caixa, previstos no contrato.

O contrato poderá ser rescindido caso não sejam obtidas as aprovações pela Aneel, pelo Cade e pelo BNDES, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

16.6.2 Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.

Em dezembro de 2013, foi assinado entre a Copel e a Galvão Participações S.A. contrato de compra e venda de 50,1% das ações do empreendimento controlado em conjunto Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A., bem como a totalidade dos 8 projetos de parques e complexos eólicos, todos de titularidade exclusiva da vendedora, pelo valor de R$ 38.000. Até 31.12.2013, foram aportados R$ 23.398 referentes à parte do valor negociado corrigido e foram retidos R$ 15.000 para fazer frente a eventuais não conformidades atribuíveis aos projetos, conforme previsto no contrato.

O contrato poderá ser rescindido caso não seja obtida a aprovação incondicional da compra e venda das ações e dos projetos pelo Cade, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do IPCA.

17 Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a tais serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto nº 2.003/96.

17.1 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2013	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço						
Copel	5	-	5	-	-	-
Copel Geração e Transmissão	12.483.418	(7.370.317)	5.113.101	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714
Copel Telecomunicações	504.115	(312.251)	191.864	498.571	(294.255)	204.316
Elejor	594.856	(140.657)	454.199	591.738	(122.685)	469.053
UEG Araucária	685.801	(263.587)	422.214	666.750	(229.920)	436.830
	14.268.195	**(8.086.812)**	**6.181.383**	**13.248.245**	**(7.748.332)**	**5.499.913**
Em curso						
Copel	24	-	24	-	-	-
Copel Geração e Transmissão	1.475.079	-	1.475.079	2.245.507	-	2.245.507
Copel Telecomunicações	174.113	-	174.113	114.825	-	114.825
Elejor	13.292	-	13.292	11.386	-	11.386
UEG Araucária	478	-	478	137	-	137
Nova Asa Branca I	14.184	-	14.184	-	-	-
Nova Asa Branca II	12.135	-	12.135	-	-	-
Nova Asa Branca III	13.124	-	13.124	-	-	-
Nova Eurus IV	12.496	-	12.496	-	-	-
Santa Maria	36.013	-	36.013	-	-	-
Santa Helena	39.432	-	39.432	-	-	-
Ventos de Santo Uriel	11.894	-	11.894	-	-	-
	1.802.264	**-**	**1.802.264**	**2.371.855**	**-**	**2.371.855**
Obrigações especiais						
Copel Geração e Transmissão	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	(15)	**-**	**(15)**	**(15)**	**-**	**(15)**
	16.070.444	**(8.086.812)**	**7.983.632**	**15.620.085**	**(7.748.332)**	**7.871.753**

17.2 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2013	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.618.902	(4.493.402)	3.125.500	7.108.618	(4.341.971)	2.766.647
Máquinas e equipamentos	4.793.335	(2.551.632)	2.241.703	4.509.319	(2.406.775)	2.102.544
Edificações	1.519.516	(997.021)	522.495	1.379.133	(963.086)	416.047
Terrenos	263.620	(2.481)	261.139	183.024	-	183.024
Veículos	60.833	(33.884)	26.949	57.474	(28.580)	28.894
Móveis e utensílios	11.989	(8.392)	3.597	10.677	(7.920)	2.757
	14.268.195	**(8.086.812)**	**6.181.383**	**13.248.245**	**(7.748.332)**	**5.499.913**
Em curso	**1.802.264**	**-**	**1.802.264**	**2.371.855**	**-**	**2.371.855**
Obrigações especiais	**(15)**	**-**	**(15)**	**(15)**	**-**	**(15)**
	16.070.444	**(8.086.812)**	**7.983.632**	**15.620.085**	**(7.748.332)**	**7.871.753**

17.3 Mutação do Imobilizado

Saldos	Imobilizado em serviço	Imobilizado em curso	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	**5.745.134**	**1.463.983**	**7.209.117**
Programa de investimentos pagos	-	875.509	875.509
Programa de investimentos a pagar	-	119.590	119.590
Participação financeira do consumidor	-	(15)	(15)
Provisão para litígios	-	3.855	3.855
Imobilizações de obras	88.560	(88.560)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	713	-	713
Quotas de depreciação no resultado	(331.330)	-	(331.330)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.815)	-	(1.815)
Baixas	(1.349)	(2.522)	(3.871)
Em 31.12.2012 - Reapresentado	**5.499.913**	**2.371.840**	**7.871.753**
Efeito da primeira consolidação de controladas (NE nº 16.1)	-	65.519	65.519
Programa de investimentos pagos	-	420.227	420.227
Imobilizações de obras	1.054.115	(1.054.115)	-
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão	1.405	157	1.562
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão Resolução nº 367/2009	1.742	(2.824)	(1.082)
Transferências de (para) o intangível	(165)	2.660	2.495
Quotas de depreciação no resultado	(366.016)	-	(366.016)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.032)	-	(1.032)
Baixas	(1.262)	(1.215)	(2.477)
Baixas - Resolução 367/2009	(7.317)	-	(7.317)
Em 31.12.2013	**6.181.383**	**1.802.249**	**7.983.632**

17.4 Mutação do imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	310.891	19.952	(2.481)	-	-	328.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	484.996	80.706	(33.869)	(288)	(1.196)	530.349
Máquinas e equipamentos	2.541.016	287.019	(173.945)	(8.601)	(16.193)	2.629.296
Veículos	29.834	3.176	(5.663)	-	-	27.347
Móveis e utensílios	8.161	3.269	(482)	(107)	(2.863)	7.978
Reservatórios, barragens, adutoras	3.024.040	253.350	(150.608)	(11)	38.962	3.165.733
Outros	1.472.815	(161.726)	-	(787)	(15.735)	1.294.567
	7.871.753	**485.746**	**(367.048)**	**(9.794)**	**2.975**	**7.983.632**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado
Terrenos	270.096	40.795	-	-	-	310.891
Edificações, obras civis e benfeitorias	507.227	7.975	(29.690)	(517)	1	484.996
Máquinas e equipamentos	2.483.488	178.910	(154.232)	(1.948)	34.798	2.541.016
Veículos	10.625	7.294	(3.829)	(42)	15.786	29.834
Móveis e utensílios	2.774	5.972	(470)	(8)	(107)	8.161
Reservatórios, barragens, adutoras	3.082.435	86.529	(144.924)	-	-	3.024.040
Outros	852.472	671.464	-	(1.356)	(49.765)	1.472.815
	7.209.117	**998.939**	**(333.145)**	**(3.871)**	**713**	**7.871.753**

17.5 Efeitos da Lei nº 12.783/2013 no imobilizado da Copel Geração e Transmissão

Em 12.09.2012, foi publicada a MP nº 579 que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela lei nº 9.074 de 1995. Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto nº 7.805/12 que regulamenta a MP nº 579. De acordo com a MP 579/12, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do Poder Concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

A Companhia não manifestou interesse em prorrogar as concessões de geração vincendas até 2017, conforme descrito no quadro da NE nº 34.2.5 e, por conseguinte, o evento da MP nº 579 e normativas posteriores publicadas para aquelas Usinas, não afetarão o fluxo de caixa previsto até o final das atuais concessões. Isto é valido para a previsão de receitas e também para a expectativa de indenização ao final da concessão.

O Decreto nº 7.805/12 corrobora a premissa atualmente adotada nos testes de recuperabilidade de ativos, pois restabelece a condição de indenização a valor novo de reposição - VNR, a critério do Poder Concedente, do saldo residual dos ativos contabilizados em cada concessão.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para cálculo de recuperação a metodologia do VNR, conforme definido pela Lei nº 12.783/13.

17.6 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2013	31.12.2012
Geração		
Equipamento geral	6,92	6,22
Geradores	3,43	2,83
Reservatórios, barragens e adutoras	2,35	1,99
Turbina hidráulica	3,63	2,45
Turbinas a gás e a vapor	2,30	2,26
Resfriamento e tratamento de água	4,39	4,40
Condicionador de gás	4,39	4,40
Administração central		
Edificações	3,33	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,26
Móveis e utensílios	6,25	6,25
Veículos	14,29	14,29
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,70	7,70
Equipamentos terminais	10,50	10,50
Infraestrutura	6,30	6,30

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 3,56%.

Depreciação de ativos que integram o Projeto Original das Usinas de Mauá e Colíder

A Copel Geração e Transmissão tem ativos das usinas de Mauá e Colíder que integram o projeto original considerados sem total garantia de indenização do valor residual pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão dos empreendimentos. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96.

Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões, e depreciados com as taxas estabelecidas pela Aneel a partir da entrada em operação.

17.7 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação do imobilizado são as seguintes:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida por meio de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo Órgão Regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado, no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor do ativo imobilizado ao valor recuperável.

17.8 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro e o contrato de financiamento, no montante total de R$ 1.041.155. Em dezembro de 2013 foi liberado o montante de R$ 840.106 conforme NE nº 21.5.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R$ 126,81, em 31.12.2013. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento apresentavam, em 31.12.2013, o saldo de R$ 1.320.590.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R$ 471.340, em 31.12.2013.

17.9 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental integrada da bacia do rio Tapajós e estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

As usinas que atualmente estão em estudo são Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no rio Tapajós. Já no rio Jamanxim, serão objeto de estudos, futuramente, as usinas de Cachoeira do Caí, com 802 MW, Cachoeira dos Patos, com 528 MW e Jamanxim, com 881 MW.

Os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam, em 31.12.2013, o saldo de R$ 9.884.

17.10 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu

Em 27.08.2013, a Copel Geração e Transmissão constituiu consórcio com a Geração Céu Azul S.A., cujo percentual de participação é 30% e 70%, respectivamente, para construir e explorar o empreendimento Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada mínima de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná, com geração através de 3 turbinas Kaplan. Esse consórcio recebeu a denominação "Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu" - CEBI.

No âmbito do Acordo de Consorciados, foi ajustado que a Copel Geração e Transmissão executará as atividades de Engenharia do Proprietário para o CEBI, cujo valor dessa atividade, fixado em R$ 15.392, será considerado como aporte da Copel Geração e Transmissão no consórcio.

Os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam, em 31.12.2013, o saldo de R$ 341.

18 Intangível

Consolidado	Direito de concessão e de autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de *softwares*			
	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (b)	Outros	31.12.2013
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	15.884	(732)	17.734	(6.108)	43	26.821
Copel Distribuição (18.2)	-	-	3.664.119	(3.269.508)	-	-	-	394.611
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(326.007)	256.417	-	-	-	(69.590)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	22.386	(9.280)	-	13.106
Compagás (18.4)	-	-	239.239	(101.937)	5.221	(3.296)	-	139.227
Elejor (18.5)	-	-	263.920	(69.141)	-	-	6.286	201.065
UEG Araucária	-	-	-	-	373	(206)	-	167
Direito de concessão - Elejor (18.5)	22.626	(5.847)	-	-	-	-	-	16.779
Direito de autorização - Cutia (18.6)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
Direito de autorização - Nova Asa I	51.659	-	-	-	-	-	-	51.659
Direito de autorização - Nova Asa II	51.745	-	-	-	-	-	-	51.745
Direito de autorização - Nova Asa III	49.948	-	-	-	-	-	-	49.948
Direito de autorização - Nova Eurus IV	53.154	-	-	-	-	-	-	53.154
Direito de autorização - S. Maria	26.813	-	-	-	-	-	-	26.813
Direito de autorização - S. Helena	28.955	-	-	-	-	-	-	28.955
Direito de autorização - Ventos S. Uriel	13.445	-	-	-	-	-	-	13.445
	304.154	**(5.847)**	**3.857.155**	**(3.184.901)**	**45.714**	**(18.890)**	**6.329**	**1.003.714**
Sem vida útil definida								
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21**	**21**
	304.154	**(5.847)**	**3.857.155**	**(3.184.901)**	**45.714**	**(18.890)**	**6.350**	**1.003.735**
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	17.209	-	1.940	-	2.531	21.680
Copel Distribuição (18.2)	-	-	1.091.217	-	-	-	-	1.091.217
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-		(154.965)	-	-	-	-	(154.965)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	2.032	-	85	2.117
Compagás	-	-	70.716	-	-	-	-	70.716
Nova Asa Branca I	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca II	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca III	-	-	-	-	-	-	190	190
Nova Eurus IV	-	-	-	-	-	-	42	42
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	447	447
Santa Helena	-	-	-	-	-	-	42	42
Ventos de Santo Uriel	-	-	-	-	-	-	52	52
	-	**-**	**1.024.177**	**-**	**3.972**	**-**	**3.477**	**1.031.626**
								2.035.361

(a) Amortização pelo período de concessão
(b) Taxa anual de amortização: 20%

Consolidado	Direito de concessão e de autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de *softwares*			
	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (b)	Outros	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	12.905	(36)	15.158	(3.511)	43	24.559
Copel Distribuição (18.2)	-	-	3.713.620	(3.113.508)	-	-	-	600.112
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(320.627)	211.651	-	-	-	(108.976)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.819	(6.319)	-	19.500
Compagás (18.4)	-	-	217.446	(86.920)	4.070	(2.906)	-	131.690
Elejor (18.5)	-	-	263.920	(60.532)	-	-	5.927	209.315
UEG Araucária	-	-	-	-	360	(145)	-	215
Direito de concessão - Elejor (18.5)	22.626	(5.092)	-	-	-	-	-	17.534
Direito de autorização - Cutia (18.6)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	**(5.092)**	**3.887.264**	**(3.049.345)**	**45.407**	**(12.881)**	**5.970**	**899.758**
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**39**	**39**
	28.435	**(5.092)**	**3.887.264**	**(3.049.345)**	**45.407**	**(12.881)**	**6.009**	**899.797**
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	15.101	-	991	-	4.312	20.404
Copel Distribuição (18.2)	-	-	898.361	-	-	-	-	898.361
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(83.748)	-	-	-	-	(83.748)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.467	-	7	1.474
Compagás	-	-	52.837	-	-	-	-	52.837
Elejor	-	-	-	-	-	-	27	27
	-	**-**	**882.551**	**-**	**2.458**	**-**	**4.346**	**889.355**
								1.789.152

(a) Amortização pelo período de concessão
(b) Taxa anual de amortização: 20%

Mutação do intangível

Saldos	Contrato de concessão em serviço	Contrato de concessão em curso	Contrato de concessão Obrigações especiais em serviço	Contrato de concessão Obrigações especiais em curso	Direito de concessão e autorização	Outros em serviço	Outros em curso	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	**1.224.874**	**674.591**	**(200.444)**	**(40.457)**	**24.098**	**4.271**	**30.011**	**1.716.944**
Programa de investimentos	-	840.119	-	-	-	-	11.685	851.804
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(107.980)	-	-	-	(107.980)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	-	-	-	-	-	1.886
Transferências para tributos correntes a recuperar	(8.073)	(301)	-	-	-	-	-	(8.374)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - remensuração Resolução nº 474/2012	(136.658)	-	53.245	-	-	-	-	(83.413)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(405.521)	-	57.916	-	-	-	(347.605)
Capitalizações para intangível em serviço	140.889	(140.889)	(6.773)	6.773	-	34.824	(34.824)	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(256.731)	-	42.709	-	(755)	(3.748)	-	(218.525)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(12.544)	-	2.287	-	-	24	-	(10.233)
Baixas	(4.671)	(3.586)	-	-	-	-	(68)	(8.325)
Alienações	(191)	-	-	-	-	-	-	(191)
Ajuste de ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	3.164	-	3.164
Em 31.12.2012 - Reapresentado	**946.895**	**966.299**	**(108.976)**	**(83.748)**	**23.343**	**38.535**	**6.804**	**1.789.152**
Programa de investimentos	-	1.018.057	-	-	275.719	-	5.297	1.299.073
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(160.614)	-	-	-	(160.614)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	5.087	-	-	-	-	-	5.087
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	2.589	-	2.589
Transferências de (para) o imobilizado	-	-	-	-	-	165	(2.660)	(2.495)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9.1)	-	(712.947)	-	82.878	-	-	-	(630.069)
Capitalizações para intangível em serviço	87.599	(87.599)	(6.519)	6.519	-	1.697	(1.697)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(272.967)	-	43.163	-	(755)	(6.627)	-	(237.186)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(14.135)	-	2.460	-	-	(497)	-	(12.172)
Baixas	(5.443)	(9.755)	282	-	-	(2.669)	(295)	(17.880)
Baixas - Resolução nº 367	(105)	-	-	-	-	(19)	-	(124)
Em 31.12.2013	**741.844**	**1.179.142**	**(69.590)**	**(154.965)**	**298.307**	**33.174**	**7.449**	**2.035.361**

Mutação do intangível por classe de ativos

Consolidado	Contrato de concessão	Direito de concessão e autorização	Softwares	Outros	Saldos
Em 1º.01.2012	**1.658.564**	**24.098**	**31.468**	**2.814**	**1.716.944**
Adições	386.420	-	7.309	7.537	401.266
Transferência para contas a receber vinculadas à concessão	(83.413)	-	-	-	(83.413)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(224.279)	(755)	(3.724)	-	(228.758)
Baixas	(8.257)	-	(65)	-	(8.322)
Outros	(8.565)	-	-	-	(8.565)
Em 31.12.2012	**1.720.470**	**23.343**	**34.988**	**10.351**	**1.789.152**
Adições	232.461	275.719	3.032	2.265	513.477
Transferência de contas a receber vinculadas à concessão	-	-	2.589	-	2.589
Quotas de amortização-concessão e autorização	(241.479)	(755)	(7.124)	-	(249.358)
Baixas	(15.021)	-	(2.688)	(295)	(18.004)
Transferência para o imobilizado	-	-	-	(2.495)	(2.495)
Em 31.12.2013	**1.696.431**	**298.307**	**30.797**	**9.826**	**2.035.361**

18.1 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível é constituído e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

18.2 Copel Distribuição

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção, bem como prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado por meio do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 474/2012, estabeleceu a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis, no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceita pelo mercado deste ramo.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

O valor residual de cada bem, que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão, está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9).

18.3 Copel Distribuição - obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais, para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de distribuição.

De acordo com a regulamentação da Aneel, as obrigações especiais devem ser registradas no balanço como um redutor do total do ativo intangível e financeiro. O saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

18.4 Compagás

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás e o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. A construção de infraestrutura e aquisição de bens são consideradas como prestação de serviços do Poder Concedente, o Estado do Paraná.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Compagás, com expectativa de amortização média, limitada ao prazo da concessão, de 7,1% a.a. para os gasodutos construídos até 31.12.2008 e de 10% a.a. para os demais ativos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás, após 2014, serão revertidos ao Poder Concedente e a Compagás será indenizada pelos investimentos efetuados com base no valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado conforme valores a serem apurados à época.

18.5 Elejor

Contrato de concessão

Ativo intangível relativo ao direito de UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (NE nº 26).

Direito de concessão

A aquisição das ações da Elejor, pertencentes à Triunfo Participações S.A., em 18.12.2003, gerou direito de concessão no valor total de R$ 22.626, que, em 31.12.2013 apresenta saldo de R$ 16.779 na Controladora. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo tem vencimento em 2036. O efeito no resultado em 2013 foi de R$ 755 (R$ 755 em 2012).

18.6 Direito de autorização - Cutia

A aquisição das ações da Cutia gerou direito de autorização no valor de R$ 5.809, que será amortizado durante o prazo da autorização, a partir do início da operação comercial do empreendimento, previsto para 1º.01.2015, conforme resoluções autorizativas da Aneel. O prazo da autorização dos parques eólicos é de 30 anos a contar da data de publicação das resoluções autorizativas no Diário Oficial, ocorrida em 05.01.2012.

18.7 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- o crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- a taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 17.7.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Consolidado		Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	39.115	61.312
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	30.008	34.160
	69.123	**95.472**
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	2.524	3.015
Férias	84.071	96.746
Participação nos lucros e/ou resultados	80.048	29.940
Desligamentos voluntários	3.871	158.781
Consignações a favor de terceiros	48	54
	170.562	**288.536**
	239.685	**384.008**

20 Fornecedores

Consolidado		Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012
Energia elétrica	581.968	517.982
Materiais e serviços	373.195	471.526
Encargos de uso da rede elétrica	72.151	82.195
Gás para revenda	51.502	43.681
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	63.544	117.306
	1.142.360	**1.232.690**
Circulante	**1.092.239**	**1.131.782**
Não circulante	**50.121**	**100.908**

20.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MWmédio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	812,41	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	37,45	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	51,91	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,76	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	54,37	14.12.2006	104,74
8º Leilão - Produto 2010 Q5	2010 a 2014	0,010	30.11.2009	99,14
8º Leilão - Produto 2010 D5	2010 a 2014	0,012	30.11.2009	80,00
10º Leilão - Produto 2012 Q3	2012 a 2014	15,59	30.11.2011	79,99
		1.016,51		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,25	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	42,37	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	72,41	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	67,10	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	11,99	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	139,67	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,14	27.08.2009	144,60
		662,03		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	52,55	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	54,94	19.05.2008	71,37
		107,49		

21 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	1.568	586	2.154	3.311	62.661	56.029
Eletrobrás	7	-	7	6	-	5
	1.575	**586**	**2.161**	**3.317**	**62.661**	**56.034**
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	644.182	71.885	716.067	168.624	886.893	1.373.235
Eletrobrás (21.3)	49.322	7	49.329	54.204	130.427	178.841
Finep (21.4)	6.869	66	6.935	2.014	33.622	27.511
BNDES (21.5)	19.289	1.487	20.776	18.156	1.104.333	196.699
Banco do Brasil						
Repasse BNDES (21.6)	11.369	469	11.838	14.975	148.742	157.268
Notas promissórias (21.7)	150.000	-	150.000	-	-	-
	881.031	**73.914**	**954.945**	**257.973**	**2.304.017**	**1.933.554**
	882.606	**74.500**	**957.106**	**261.290**	**2.366.678**	**1.989.588**

Controladora			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	1.568	586	2.154	3.311	62.661	56.029
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	528.374	32.273	560.647	24.795	394.091	915.692
	529.942	**32.859**	**562.801**	**28.106**	**456.752**	**971.721**

21.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amorti-zação	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
Capitalization Bond	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	1.595	4.180
Par Bond	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	37.385	22.548
Discount Bond	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	25.835	32.612
						64.815	**59.340**
					Circulante	**2.154**	**3.311**
					Não circulante	**62.661**	**56.029**

Empresa:
Copel

Data da emissão:
20.05.1998

Garantias:
Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Discount Bond e Par Bond* existem garantias depositadas nos valores de R$ 18.700 e R$ 26.671 (R$ 17.820 e R$ 25.426 em 31.12.2012), respectivamente (NE nº 6.1).

Observação:
Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

21.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	66	298
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	311.286	430.932
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	184.735	170.142
CCB 21/11062X (d)	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% da taxa média do CDI	151.000	152.135	-
NC 330600129 (e)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	30.156	29.911
NC 330600132 (f)	28.02.2007	1	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	238.591	236.729
NC 330600151 (g)	31.07.2007	1	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.718	18.565
NC 330600156 (h)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	14.821	14.705
NC 330600157 (i)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	38.439	38.143
NC 330600609 (j)	19.08.2011	3	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	614.013	602.434
						1.602.960	**1.541.859**
					Circulante	**716.067**	**168.624**
					Não circulante	**886.893**	**1.373.235**

Empresas:
Copel Distribuição: (a) (b) (c) (d)
Copel: (e) (f) (g) (h) (i) (j)

Prestações anuais:
Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R$ 116.666, vencida em 25.08.2013 e as demais no valor de R$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)
Juntamente com os juros proporcionais às parcelas, no valor de R$ 50.333, vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018: (d)
A primeira no valor de R$ 200.000, vencível em 21.07.2014, e as demais em 21.07.2015 e 21.07.2016: (j)

Destinação:
Renegociação de dívida com a União: (a)
Capital de giro: (b) (c) (d)
Exclusivo para quitação de empréstimos : (e) (f) (g) (h) (i) (j)

Garantias:
Receita própria: (a)
Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)
Cessão de créditos: (d)

21.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	83.362	119.038
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	12	16
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	376	441
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	142	166
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	179	205
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	77	87
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	47	53
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	2.846	4.059
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	17.286	21.333
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	59.357	69.351
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	14.798	16.525
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.274	1.771
						179.756	**233.045**
					Circulante	**49.329**	**54.204**
					Não circulante	**130.427**	**178.841**

Empresas:
Copel Geração e Transmissão: (a)
Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:
Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)
Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)
Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)
Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa/PR: (l)

Garantias:
Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:
Final da carência em 30.12.2012 (k)

21.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	1.147	2.295
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	547	1.618
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	21.223	15.526
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	17.640	10.086
						40.557	**29.525**
					Circulante	**6.935**	**2.014**
					Não circulante	**33.622**	**27.511**

Empresas:
Copel Geração e Transmissão: (a) (b)
Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:
Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)
Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)
Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:
Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação: (a) (b) (c)

Observações:
Foram devolvidos R$ 414 por não ter sido executada parte do projeto: (b)

Em substituição ao contrato 2100567-00, de 29.11.2010. Crédito de R$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas. Em contrapartida a financiada se compromete a participar dos custos de elaboração com o valor mínimo de R$ 8.324. Foram liberadas 3 parcelas no valor de R$ 38.471, deste, R$ 12.664 em 2013. A 1ª amortização ocorrerá em 15.02.2014: (c)

21.5 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento inicial	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.02.2012	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	160.572	172.137
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	37.484	39.568
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	2.022	3.150
1220768.1 (d)	28.09.2012	192	15.08.2013	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	67.259	-
13211061 (e)	04.12.2013	192	15.11.2015	15.10.2031	1,49% acima da TJLP	1.041.155	840.106	-
13210331 (f)	03.12.2013	168	15.09.2014	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	17.666	-
							1.125.109	**214.855**
						Circulante	**20.776**	**18.156**
						Não circulante	**1.104.333**	**196.699**

Empresa:
Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:
Pagos mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:
Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)
Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)
Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima: (c)
Implantação da PCH Cavernoso II: (d)
Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado: (e)
Implantação da Subestação Cerquilho III em 230/138kV: (f)

Garantias:
Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a) e (d)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011MME-UHE Colíder e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e Sadia S.A.: (e)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010-ANEEL, celebrado entre Copel e União Federal: (f)

21.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento inicial	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
21/02000-0	16.04.2009	179	15.02.2012	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	160.580	172.243
							160.580	**172.243**
						Circulante	**11.838**	**14.975**
						Não circulante	**148.742**	**157.268**

Empresa:
Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:
Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:
Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:
Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

21.7 Notas Promissórias - Eólicas

Empresa	Data da emissão	Vencimento único	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013
Nova Asa Branca I (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Nova Asa Branca II (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Nova Asa Branca III (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Nova Eurus IV (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Santa Maria (b)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	25.000	25.000
Santa Helena (c)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	24.000	24.000
Ventos de Santo Uriel (d)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	13.000	13.000
					150.000

Características:
Notas promissórias emitidas da seguinte maneira: 4 notas emitidas com valores unitários de R$ 5.500 (a); 5 notas emitidas com valores unitários de R$ 5.000 (b); 6 notas emitidas com valores unitários de R$ 4.000(c); e 13 notas emitidas com valores unitários de R$ 1.000 (d)

Encargos financeiros:
Juros pagos integralmente no vencimento.

Destinação:
Garantia de recursos para o programa de investimento com a construção das usinas eólicas.

Garantia:
Fidejussória

Interveniente garantidora:
Copel

Agente fiduciário:
C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

21.8 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado 31.12.2013	%	31.12.2012	%
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	14,64	64.822	1,95	59.351	2,64
		64.822	**1,95**	**59.351**	**2,64**
Moeda nacional					
TJLP	5,00	1.308.607	39,37	387.111	17,20
IGP-M	5,51	65	-	284	0,01
Ufir	0,00	96.394	2,90	114.006	5,06
Finel	1,07	83.361	2,51	119.040	5,29
CDI	41,59	1.752.895	52,74	1.541.561	68,49
TR	0,19	-	-	13.998	0,62
Sem indexador	-	17.640	0,53	15.527	0,69
		3.258.962	**98,05**	**2.191.527**	**97,36**
		3.323.784	**100,00**	**2.250.878**	**100,00**
	Circulante	**957.106**		**261.290**	
	Não circulante	**2.366.678**		**1.989.588**	

21.9 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Controladora			Consolidado		
31.12.2013	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2015	-	197.045	197.045	-	632.865	632.865
2016	-	197.046	197.046	-	369.456	369.456
2017	-	-	-	-	154.749	154.749
2018	-	-	-	-	153.839	153.839
2019	-	-	-	-	100.379	100.379
Após 2020	62.661	-	62.661	62.661	892.729	955.390
	62.661	**394.091**	**456.752**	**62.661**	**2.304.017**	**2.366.678**

21.10 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		
Consolidado	circulante	não circulante	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2012	**4.490**	**53.955**	**111.997**	**2.004.030**	**2.174.472**
Ingressos	-	-	-	81.723	81.723
Encargos	2.738	-	133.106	48.507	184.351
Variação monetária e cambial	163	4.712	174	1.460	6.509
Transferências	2.633	(2.633)	202.166	(202.166)	-
Amortização - principal	(2.302)	-	(35.566)	-	(37.868)
Pagamento - encargos	(4.405)	-	(153.904)	-	(158.309)
Em 31.12.2012	**3.317**	**56.034**	**257.973**	**1.933.554**	**2.250.878**
Ingressos	-	-	150.000	1.089.126	1.239.126
Encargos	2.732	-	143.636	38.210	184.578
Variação monetária e cambial	258	7.974	241	1.342	9.815
Transferências	1.347	(1.347)	758.215	(758.215)	-
Amortização - principal	(1.478)	-	(30.030)	-	(31.508)
Pagamento - encargos	(4.015)	-	(325.090)	-	(329.105)
Em 31.12.2013	**2.161**	**62.661**	**954.945**	**2.304.017**	**3.323.784**

21.11 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2013, todas as condições foram analisadas e indicaram pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

22 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento inicial	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013	Consolidado 31.12.2012
1ª (a)	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.015.389	1.010.677
2ª (b)	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	192.556	-
							1.207.945	**1.010.677**
						Circulante	**57.462**	**12.719**
						Não circulante	**1.150.483**	**997.958**

Empresas:
Copel Distribuição: (a)
Elejor: (b)

Características:
Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, nos valores mínimos de: R$ 1.000.000 (a) e R$ 203.000 (b)
Foram emitidos títulos com valor unitário de R$ 10, nas quantidades de: 100.000 (a) e 20.300 (b)
O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente: (a) e (b)

Encargos financeiros:
Juros pagos semestralmente em abril e outubro: (a)
Juros pagos mensalmente: (b)

Destinação:
Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora: (a)
Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel: (b)

Garantias:
Fidejussória: (a) e (b)

Interveniente garantidora:
Copel: (a)
Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%: (b)

Agente fiduciário:
C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: (a) e (b)

22.1 Mutação das debêntures

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2012	**-**	**-**	**-**
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	14.858	(2.042)	12.816
Pagamento - encargos	(2.139)	-	(2.139)
Em 31.12.2012	**12.719**	**997.958**	**1.010.677**
Ingressos	40.600	162.400	203.000
Encargos	89.282	5.259	94.541
Transferências	15.134	(15.134)	-
Amortização - principal	(10.152)	-	(10.152)
Pagamento - encargos	(90.121)	-	(90.121)
Em 31.12.2013	**57.462**	**1.150.483**	**1.207.945**

22.2 Cláusulas contratuais restritivas

A Copel Distribuição e a Elejor emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2013, todas as condições foram analisadas e indicaram pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

23 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Em função da unificação dos regulamentos dos Planos I e II ocorrida no último trimestre de 2013 o plano assumiu uma nova nomenclatura, passando a chamar-se Plano Unificado.

23.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 (R1) e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

23.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

23.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Plano previdenciário	5	989
Plano assistencial	967.227	700.060
	967.232	**701.049**
Circulante	**29.983**	**25.819**
Não circulante	**937.249**	**675.230**

A Companhia revisou a sua posição atuarial definida por ocasião do último exercício social em 31.12.2012, motivada principalmente pelos aumentos nas taxas de juros e na variação real dos custos. Consequentemente, as premissas financeiras foram revisadas em conjunto com seu atuário independente, considerando uma nova taxa de desconto na data base de 31.12.2013, com base nos leilões de títulos do Governo Federal mais recentes. Os ativos líquidos dos planos também foram revisados e reavaliados pelos seus valores justos.

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Plano previdenciário (CD)	346	-	51.857	46.345
Plano previdenciário (CD) - administradores	714	689	988	751
Plano assistencial - pós-emprego	-	-	76.815	94.456
Plano assistencial	177	-	46.435	41.269
Plano assistencial - administradores	79	57	101	57
	1.316	**746**	**176.196**	**182.878**

Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	**36.037**	**419.253**	**455.290**
Apropriação do cálculo atuarial	-	94.610	94.610
Contribuições previdenciárias e assistenciais	101.477	-	101.477
Ajuste referente a perdas atuariais	-	186.392	186.392
Transferências	25.025	(25.025)	-
Amortizações	(136.720)	-	(136.720)
Em 31.12.2012 - Reapresentado	**25.819**	**675.230**	**701.049**
Apropriação do cálculo atuarial	-	76.524	76.524
Contribuições previdenciárias e assistenciais	119.149	-	119.149
Ajuste referente a perdas atuariais	-	216.967	216.967
Transferências	31.472	(31.472)	-
Amortizações	(146.457)	-	(146.457)
Em 31.12.2013	**29.983**	**937.249**	**967.232**

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 695/12

23.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2013 e 2012, estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2013		2012	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,93%	-	5,35%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	6,08%	12,37%	3,30%	8,83%
Planos de benefícios assistenciais	6,20%	12,50%	3,84%	9,40%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,05%	2,00%	7,46%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

23.4.2 Número de participantes e beneficiários

Consolidado	Plano previdenciário		Plano assistencial	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Número de participantes ativos	9.325	9.637	8.824	9.297
Número de participantes inativos	7.211	6.734	6.233	5.417
Número de dependentes	-	-	24.307	23.949
Total	**16.536**	**16.371**	**39.364**	**38.663**

23.4.3 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2013		
Participantes aposentados	17,72	26,67
Participantes pensionistas	18,48	30,12
Em 31.12.2012		
Participantes aposentados	18,00	25,30
Participantes pensionistas	21,30	33,80

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,0 anos.

23.4.4 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2013 totalizaram um superávit do plano de R$ 362.035, enquanto que, em 31.12.2012, a posição era de R$ 578.288, resumidas abaixo:

Consolidado	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2013	31.12.2012
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.941.108	1.092.697	5.033.805	5.412.342
Valor justo dos ativos do plano	(4.303.143)	(125.470)	(4.428.613)	(5.290.570)
Estado de cobertura do plano	**(362.035)**	**967.227**	**605.192**	**121.772**
Ativo não reconhecido	362.035	-	362.035	578.288
	-	**967.227**	**967.227**	**700.060**

A Companhia procedeu um ajuste no seu passivo assistencial através de relatório atuarial, data base 30.09.2013, quando efetuou o registro em outros resultados abrangentes do valor de R$ 155.314 correspondente a perda atuarial apurada até àquela data. Em 31.12.2013 registrou na mesma conta o valor de R$ 61.653, correspondente a perda atuarial apurada pelo relatório atuarial, naquela data base.

23.4.5 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2012	**3.807.850**	**563.823**
Custo de serviço	330	2.341
Custo dos juros	342.636	83.074
Benefícios pagos	(264.676)	(13.278)
Benefícios concedidos	244	-
(Ganhos) / perdas atuariais	677.202	212.796
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2012	**4.563.586**	**848.756**
Custo de serviço	1.115	11.852
Custo dos juros	359.412	62.241
Benefícios pagos	(249.939)	(46.373)
Benefícios concedidos	(244)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(732.822)	216.221
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2013	**3.941.108**	**1.092.697**

23.4.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2012	**3.984.143**	**120.790**
Retorno esperado dos ativos	421.581	13.867
Contribuições e aportes	27.027	-
Benefícios pagos	(264.676)	(13.277)
Benefícios concedidos	244	-
Ganhos / (perdas) atuariais	973.555	27.316
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2012	**5.141.874**	**148.696**
Retorno esperado dos ativos	438.761	-
Contribuições e aportes	2.077	-
Benefícios pagos	(249.939)	(46.373)
Benefícios concedidos	(244)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.029.386)	23.147
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2013	**4.303.143**	**125.470**

23.4.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2014, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 695/12,

para cada plano, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial	2014
Custo do serviço corrente	999	8.055	9.054
Custo estimado dos juros	405.498	110.900	516.398
Rendimento esperado do ativo do plano	(524.992)	(15.945)	(540.937)
Contribuições estimadas dos empregados	(399)	-	(399)
Custos (receitas)	**(118.894)**	**103.010**	**(15.884)**

23.4.8 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	6,08%	-7,56%	10,13%
Impactos em milhares de reais - R$		(245.977)	329.550
Impactos nas obrigações do programa de saúde	6,20%	-17,66%	12,28%
Impactos em milhares de reais - R$		(158.967)	110.499
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	4,68%	-12,63%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R$		58.552	(129.763)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,40%	0,31%
Impactos em milhares de reais - R$		(15.589)	12.323
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,33%	0,48%
Impactos em milhares de reais - R$		(14.497)	5.217

23.4.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2014	421.686	96.050	517.736
2015	436.672	96.431	533.103
2016	449.775	96.928	546.703
2017	460.290	97.668	557.958
2018	949.227	198.411	1.147.638
2020 a 2050	9.888.916	2.603.665	12.492.581

23.4.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2013 e a alocação-meta para 2014, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2014	2013
Renda fixa	84,2%	85,8%
Renda variável	8,8%	10,3%
Empréstimos	1,9%	1,5%
Imóveis	2,0%	1,7%
Investimentos estruturados	3,1%	0,7%
	100,0%	**100,0%**

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

Consolidado	Plano Unificado (BD)		Plano III (CD)	
	meta (%)(*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	93,0%	87,0%	67,2%	56,0%
Renda variável	1,0%	0,0%	23,8%	10,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,5%	2,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	4,5%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Em 31.12.2013 e 2012, os valores dos ativos do plano previdenciário incluíam os seguintes títulos mobiliários emitidos pela Copel:

Consolidado	Plano previdenciário de benefícios definidos	
	31.12.2013	31.12.2012
Ações	1.832	1.909
	1.832	**1.909**

23.4.11 Informações adicionais

A Copel também patrocina um plano de contribuição definida para todos os empregados.

As contribuições nos exercícios encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012 foram de R$ 70.240 e R$ 59.742, respectivamente.

24 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Reserva global de reversão - RGR	31.652	15.581
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.342	23.719
Conta de consumo de combustível - CCC	-	17.198
	37.994	**56.498**

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

25.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2013	Saldo em 31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT (a)	-	3.771	-	3.771	3.424
MME	-	1.887	-	1.887	1.712
P&D	29.179	-	142.749	171.928	142.384
	29.179	**5.658**	**142.749**	**177.586**	**147.520**
Programa de eficiência energética - PEE	**40.242**	**-**	**64.753**	**104.995**	**116.640**
	69.421	**5.658**	**207.502**	**282.581**	**264.160**
			Circulante	**127.860**	**159.599**
			Não circulante	**154.721**	**104.561**

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

25.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	P&D			PEE	
	circulante	circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	**3.017**	**1.510**	**34.910**	**86.027**	**117.478**	**8.622**	**251.564**
Constituições	19.296	9.648	842	18.454	-	26.079	74.319
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	145	145
Juros Selic	-	-	114	9.000	-	5.631	14.745
Transferências	-	-	11.420	(11.420)	37.977	(37.977)	-
Recolhimentos	(18.889)	(9.446)	-	-	-	-	(28.335)
Conclusões	-	-	(6.963)	-	(41.315)	-	(48.278)
Em 31.12.2012	**3.424**	**1.712**	**40.323**	**102.061**	**114.140**	**2.500**	**264.160**
Constituições	21.692	10.847	869	20.825	-	25.109	79.342
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	619	619
Juros Selic	-	-	111	10.207	-	4.907	15.225
Transferências	-	-	8.121	(8.121)	3.386	(3.386)	-
Recolhimentos	(21.345)	(10.672)	-	-	-	-	(32.017)
Conclusões	-	-	(2.468)	-	(42.280)	-	(44.748)
Em 31.12.2013	**3.771**	**1.887**	**46.956**	**124.972**	**75.246**	**29.749**	**282.581**

26 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pelo direito de UBP

Consolidado				circulante		não circulante	
	Outorga	Assinatura	Final	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	913	884	12.612	12.083
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	118	-	17.091	15.101
PCH Cavernoso (c)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	35	-	101	-
PCH Apucaraninha (d)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	247	-	702	-
PCH Chopim I (e)	11.07.2013	11.07.2013	07.2015	55	-	26	-
PCH Chaminé (f)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	427	-	1.214	-
Complexo Energético Fundão-Santa Clara (g)	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	49.686	47.593	388.547	371.896
				51.481	**48.477**	**420.293**	**399.080**

Empresas:
Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c) (d) (e) (f)
Elejor: (g)

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:
Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:
5,65% a.a. (a)
7,74% a.a. (b) (c) (d) (e) (f)
11,00% a.a. (g)

Pagamento à União:
Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R$ 643 (51% de R$ 1.262), conforme clausula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07: (a)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11: (b)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos, nos valores de: R$ 34: (c); R$ 240: (d); R$ 53 (e); e R$ 414 (f)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01: (g)

Correção anual das parcelas:
Variação IPCA: (a) (b) (c) (d) (e) (f)

Variação IGP-M: (g)

26.1 Valor nominal e valor presente – uso do bem público

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2013	52.392	51.481
2014	53.770	45.954
2015	53.738	41.467
2016	53.738	37.446
Após 2016	1.022.841	295.426
	1.236.479	**471.774**

26.2 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	**44.656**	**370.442**	**415.098**
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	1.886
Transferências	44.680	(44.680)	-
Pagamentos	(44.411)	-	(44.411)
Variação monetária	3.552	71.432	74.984
Em 31.12.2012	**48.477**	**399.080**	**447.557**
Outorga Aneel - uso do bem público	749	4.338	5.087
Transferências	49.128	(49.128)	-
Pagamentos	(48.966)	-	(48.966)
Variação monetária	2.093	66.003	68.096
Em 31.12.2013	**51.481**	**420.293**	**471.774**

27 Outras Contas a Pagar

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	22.952	11.786
Taxa de iluminação pública arrecadada	21.489	17.852
Devolução ao consumidor	19.428	7.650
Consumidores	18.745	15.661
Cauções em garantia	14.286	12.109
Parcerias em consórcios	3.003	2.063
Outras obrigações	37.341	22.682
	137.244	**89.803**
Circulante	**137.011**	**89.803**
Não circulante	**233**	**-**

28 Contingências e Provisões para Litígios

28.1 Ações consideradas como de perda provável

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Custo de construção	Quitações	Saldo em 31.12.2013
Fiscais (28.1.1)						
Cofins (a)	243.131	-	-	-	-	243.131
Outras	51.445	14.096	(21.433)	-	-	44.108
	294.576	**14.096**	**(21.433)**	**-**	**-**	**287.239**
Trabalhistas (28.1.2)	**154.990**	**53.964**	**(1.577)**	**-**	**(11.323)**	**196.054**
Benefícios a empregados (28.1.3)	**78.670**	**88.359**	**(45.563)**	**-**	**(26.657)**	**94.809**
Cíveis (28.1.4)						
Fornecedores (a)	68.630	-	(3.855)	-	-	64.775
Cíveis e direito administrativo (b)	176.811	49.210	(21.621)	-	(6.562)	197.838
Servidões de passagem	5.964	5.771	(953)	-	(143)	10.639
Desapropriações e patrimoniais (c)	317.472	35.063	-	943	(17)	353.461
Consumidores	7.477	3.024	(868)	-	-	9.633
	576.354	**93.068**	**(27.297)**	**943**	**(6.722)**	**636.346**
Ambientais (28.1.5)	**193**	**35**	**(17)**	**-**	**-**	**211**
Regulatórias (28.1.6)	**50.925**	**5.328**	**(4.785)**	**-**	**-**	**51.468**
	1.155.708	**254.850**	**(100.672)**	**943**	**(44.702)**	**1.266.127**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado
Fiscais (28.1.1)							
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	-	-	243.131
Outras	47.371	20.551	(9.180)	-	-	(7.297)	51.445
	281.934	**29.119**	**(9.180)**	**-**	**-**	**(7.297)**	**294.576**
Trabalhistas (28.1.2)	**128.505**	**47.859**	**(1.893)**	**-**	**-**	**(19.481)**	**154.990**
Benefícios a empregados (28.1.3)	**58.089**	**33.945**	**(149)**	**-**	**-**	**(13.215)**	**78.670**
Cíveis (28.1.4)							
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(21.552)	-	-	-	68.630
Cíveis e direito administrativo (b)	112.059	92.975	(19.132)	-	-	(9.091)	176.811
Servidões de passagem	4.839	1.315	(176)	-	-	(14)	5.964
Desapropriações e patrimoniais (c)	273.647	38.999	(93)	1.064	3.855	-	317.472
Consumidores	5.493	4.490	(2.506)	-	-	-	7.477
	484.041	**139.958**	**(43.459)**	**1.064**	**3.855**	**(9.105)**	**576.354**
Ambientais (28.1.5)	**104**	**89**	**-**	**-**	**-**	**-**	**193**
Regulatórias (28.1.6)	**48.147**	**2.976**	**(160)**	**-**	**-**	**(38)**	**50.925**
	1.000.820	**253.946**	**(54.841)**	**1.064**	**3.855**	**(49.136)**	**1.155.708**

Controladora	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Saldo em 31.12.2013
Fiscais (28.1.1)				
Cofins (a)	243.131	-	-	243.131
Outras	29.803	11.613	(19.400)	22.016
	272.934	**11.613**	**(19.400)**	**265.147**
Cíveis	**17.694**	**2.347**	**(19.651)**	**390**
Regulatórias	**11.667**	**643**	**-**	**12.310**
	302.295	**14.603**	**(39.051)**	**277.847**

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2012
Fiscais (28.1.1)					
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	243.131
Outras	40.042	1.217	(4.200)	(7.256)	29.803
	274.605	**9.785**	**(4.200)**	**(7.256)**	**272.934**
Cíveis	**9.929**	**8.550**	**(785)**	**-**	**17.694**
Regulatórias	**10.821**	**846**	**-**	**-**	**11.667**
	295.355	**19.181**	**(4.985)**	**(7.256)**	**302.295**

28.1.1 Fiscais

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

Processo pelo qual a Receita Federal pretende cobrar a Cofins do período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, como decorrência do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, ajuizada pela União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Face entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais, a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas considera-se como perda provável o valor do principal, de R$ 48.814 e os juros e a multa, são objeto de outro processo (11453.720001/20011-23) e totalizam em 31.12.2013 o montante de R$ 122.542, classificados como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

Processo, pelo qual a Receita Federal pretende cobrar a Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, como decorrência do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, ajuizada pela União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins. Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspendido o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

A ausência de precedentes jurisprudenciais, a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas considera-se como perda provável o valor do principal, de R$ 194.317 e os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário, totalizam em 31.12.2013 o montante de R$ 616.284 como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos.

28.1.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

28.1.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

28.1.4 Cíveis

a) Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

Trata-se de contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., sobre o qual a COPEL Distribuição promoveu ação judicial para discutir a validade de cláusulas e condições ilegais, enquanto que as vendedoras, após rescindirem o pacto, provocaram a Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Na fase de cumprimento/execução de sentença, os fornecedores apresentaram cartas de fiança bancária como garantia e, após, levantaram valores penhorados (R$ 35.913 em 17.06.2010, R$ 22.823 em 1º.10.2009 e R$ 11.833 em 03.02.2010), porém a ação permanece classificada como perda provável, em razão de execução de saldo remanescente, no final de 2011, no valor de R$ 27.438, com consequente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, pendente de julgamento, pelo que foi mantida a provisão financeira para este litígio, no valor original das dívidas que, corrigidas até 31.12.2013, apontam para a importância de R$ 89.025. Deste valor, R$ 24.250 estão contabilizados na conta Fornecedores.

Pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública foi determinado o pagamento de R$ 22.162 como saldo remanescente, com a consequente liberação a favor das exequentes os valores de R$ 12.790 e R$ 9.372, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. Esta decisão ainda está sub judice, vez que é objeto de recurso pela Copel e pelo Consórcio Salto Natal.

b) Cíveis e direito administrativo

Tradener Ltda.

Copel e Tradener Ltda. possuem diversas ações sobre o contrato de comercialização de energia celebrado entre ambas, no qual a Tradener se comprometeu a “comercializar” nas melhores

condições todo o excedente de compra e todo o excedente de energia assegurada, com os efetivos preços, quantidades e condições a serem estipulados em contratos de compra e venda de energia elétrica, a saber: Ação Popular nº 37879/0000, da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; Ação Popular nº 720/2001, da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; Ação Civil Pública nº 421/2003, da 02ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; Ação Declaratória nº 1583/2005, da 01ª Vara da Fazenda de Curitiba; e Ação Declaratória e Condenatória nº 0000659-69.2006.8.16.0004, da 02ª Vara da Fazenda de Curitiba.

Nas ações acima não se debate sobre valores, mas sobre a validade ou não do contrato de comercialização firmado entre a Tradener e a Copel e dos contratos de venda de energia em que a Tradener figurou como intermediadora. A possibilidade de anulação dos contratos é remota, tendo em vista decisões já proferidas em alguns dos processos acima.

Em face de uma liminar proferida nos autos nº 421/2003 da Ação Civil Pública, a execução do contrato estava suspensa, no entanto, houve a revogação da liminar. Assim, a Tradener ajuizou as seguintes ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões:

- autos nº 0005990-22.2012.8.16.0004 – 1ª Vara da Fazenda de Curitiba – ação proposta para cobrar comissões devidas pela intermediação nos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, o valor principal de R$ 43.133 foi classificado como provável e o valor de R$ 19.918, que se refere à correção monetária, foi classificado como possível, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e, portanto, não incidiria a referida correção.

- autos nº 05550-26.2012.8.16.0004 – 4ª Vara da Fazenda de Curitiba – ação proposta para cobrar comissões devidas pela intermediação nos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com as empresas Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Opp Polietilenos S.A. e Enron Comercializadora de Energia Ltda. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, o valor principal de R$ 21.687 foi classificado como provável e o valor de R$ 16.507, que se refere à correção monetária, foi classificado como possível, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e, portanto, não incidiria a referida correção.

c) Desapropriações e patrimoniais

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação declaratória, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí de reclamar créditos que teria junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, a título de desequilíbrio econômico-financeiro da contratação. Com base nesta decisão, a Ivaí propôs ação de cobrança, cuja decisão, contestada pela Copel, determinou o pagamento do valor histórico de R$ 180.917, datado de 31.10.2005, a ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, e juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios de 3,2% da condenação.

Em lide rescisória, a tese recursal da Copel, atualmente sob análise do STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

No mês de junho de 2013, o julgamento do Recurso Especial nº 1.096.906 foi concluído, com votos desfavoráveis do Ministro Relator Castro Meira, acompanhado pelos Ministros Humberto Martins e Mauro Campbell Marques, sendo que o Ministro Herman Benjamin, vencido, posicionou-se em favor do provimento do recurso da Copel.

O acórdão foi publicado em 27.09.2013. A Copel opôs embargos de declaração, salientando que o voto-vencido, da lavra do Ministro Herman Benjamin, deve prevalecer, além de apontar que a questão da cumulação da taxa selic não foi enfrentada e debatida pela Turma, os quais foram rejeitados, sob a relatoria do Ministro Og Fernandes. Diante da persistência dos vícios, a Copel opôs novo recurso de embargos de declaração, ainda pendente de julgamento.

Até a conclusão do julgamento do recurso especial, e diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia havia procedido a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R$ 312.816, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência da selic e mantendo os juros nos cálculos periciais e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 31.12.2013, ou seja, R$ 259.534. Neste caso, a Companhia reputa que a chance de êxito é superior a 50%, haja vista a jurisprudência do STJ a respeito da matéria, e o fato de que o TJPR e o STJ não enfrentaram a questão nem rejeitaram expressamente o pedido da Copel de não-cumulação, o que garante a perspectiva de que, quando analisada a fundo, predominará o entendimento pacificado daquela Corte Superior.

Com a publicação do acórdão do recurso especial, confirmou-se que a tese recursal acerca da cumulação indevida não foi enfrentada a contento pelo Colegiado, na medida em que apenas se fez referência à ilegalidade da cumulação a partir da elaboração do laudo pericial, de modo que a

Companhia vislumbra, quando julgados os embargos de declaração, seja a questão direta e profundamente apreciada e corrigida, com a exclusão da cumulação no laudo pericial.

Proposta execução provisória pela Ivaí, a Copel promoveu Medida Cautelar perante o STJ e obteve liminar, do Ministro Castro Meira, para atribuir efeito suspensivo à pretensão executiva. Após o julgamento do Recurso Especial da ação de cobrança, a Ivaí requereu a revogação da medida, o que foi questionado pela Copel, para que se mantivesse a suspensão até julgamento final dos recursos subsequentes. O STJ decidiu pela perda do objeto, motivo pelo qual a Copel opôs agravo regimental, o qual foi improvido, estando pendente de julgamento o recurso de embargos de declaração da Copel. A Ivaí retomou o andamento da execução provisória, a Copel regularmente apresentou impugnação e conforme decisão publicada em 28.02.2014, o MM. Juiz julgou improcedente a impugnação e determinou o prazo de 30 dias para deposito do valor integral da execução de R$ 538.209, ou seja, até o dia 28.03.2014.

Há que se considerar, ainda, o julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial na Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, em que busca a Copel a desconstituição do débito por ausência do direito de reclamar diferenças em face da celebração de termos de transação e quitação integral, acórdão contra o qual a Companhia já opôs dois embargos de declaração, que foram parcialmente acolhidos, e interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, cujo seguimento foi negado, razão pela qual interpôs o recurso de Agravo Regimental, ainda pendente de julgamento.

28.1.5 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Copel e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel.

28.1.6 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R$ 40.425, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

28.2 Ações consideradas como de perda possível

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais (28.2.1)	1.384.115	1.227.536
Trabalhistas	342.887	257.382
Benefícios a empregados	97.979	41.390
Cíveis (28.2.2)	1.006.786	810.764
Regulatórias	56.193	19.200
	2.887.960	**2.356.272**

Detalhamento das principais ações

28.2.1 Fiscais

- Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, decorrente ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, refere-se a juros e multa da Cofins do período de 95/96, sendo que, em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável e é objeto de discussão na execução fiscal nº 5015930-53.2010.404.7000 ajuizada pela União, em trâmite na 2ª Vara Federal, embargada pela Copel (autos de Embargos à Execução nº 5022933-59.2012.404.7000). Processo administrativo nº 10980720458/2011-15, também advindo da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R$ 738.826, em 31.12.2013. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 28.1.1.
- Exigências fiscais, conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R$ 181.014 em 31.12.2013, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, contra a Copel, referente à execução fiscal de contribuição previdenciária; e
- Exigências fiscais, conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R$ 76.162 em 31.12.2013, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal, com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

28.2.2 Cíveis

- Na ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122 proposta por Mineradora Tibagiana Ltda., em face do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel Geração e Transmissão participa com o percentual de 51%, na qual a autora alega possuir decreto de Lavra do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e que, por isso, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. Requer indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá. No decorrer da ação a Mineradora Tibagiana desistiu de parte do pedido inicial, o que levou a novo valor de indenização inicial no valor de R$ 260.197, atualizado em 31.12.2013. e classificado como possível. Atualmente o processo aguarda despacho saneador.
- Ação de cobrança proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., com base em anterior ação declaratória de desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a

Copel. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação, o montante de R$ 259.534, em 31.12.2013. Informações adicionais estão descritas no item 28.1.2-c.

- Propositura de 5 ações individuais, em razão de 5 contratos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal de prorrogar a vigência da contratação e pedido secundário de reconhecer a ocorrência de subconcessão, com a transferência dos serviços prestados e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas. Na ação proposta relativa à franquia da Agência Faxinal, o juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba julgou procedente o pedido secundário. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, admitidos no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R$ 6.500, (correspondente a O&M e comercial atualizado). Este autor também promoveu Reclamação no STF, cujo seguimento foi negado pelo Ministro Marco Aurélio de Mello. Contra esta decisão, o reclamante interpôs agravo regimental, que foi improvido e, na sequência, opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento.

  Na ação proposta relativa à franquia da Agência de São José dos Pinhais, o juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba julgou procedente o pedido secundário. A Copel opôs Embargos de Declaração, pendente de julgamento. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R$ 21.175, (correspondente a O&M e comercial atualizado).

29 Patrimônio Líquido

29.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

29.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2013 (e em 31.12.2012), monta a R$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA (a)	19.785.122	13,64	129.427	33,91	66.922.146	52,18	86.836.695	31,73
NYSE (b)	92.021	0,06	-	-	33.923.506	26,45	34.015.527	12,43
Latibex (c)	-	-	-	-	58.984	0,05	58.984	0,02
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,44	3.471	-	191.190	0,07
Outros	117.397	0,08	242.949	63,65	38.841	0,04	399.187	0,15
	145.031.080	**100,00**	**381.702**	**100,00**	**128.242.593**	**100,00**	**273.655.375**	**100,00**

(a) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
(b) Bolsa de Valores de Nova Iorque
(c) Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.12.2013 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.234.148
Ações preferenciais classe "A"	381.702	11.451
Ações preferenciais classe "B"	128.242.593	3.923.793
	273.655.375	**7.169.392**

29.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	**1.466.046**	**1.466.046**
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	1.493	2.261
Tributos sobre os ajustes	-	(768)
Contas a receber vinculadas à concessão (a)	(8.657)	(13.116)
Tributos sobre os ajustes	-	4.459
Investimentos em participações societárias	406	406
Tributos sobre os ajustes	(139)	(139)
Outros ganhos:		
Outros ganhos - créditos de controlada (a)	1.462	3.164
Tributos sobre os outros ganhos	-	(1.076)
Ajustes referentes a passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego (a)	(144.573)	(207.947)
Tributos sobre os ajustes	-	63.374
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (a)	(101.644)	(154.006)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.362
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	**(626)**
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	**1.214.394**	**1.214.394**
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	(4.573)	(6.929)
Tributos sobre os ajustes	-	2.356
Investimentos em participações societárias	(306)	(306)
Tributos sobre os ajustes	104	104
Ajustes referentes a passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(2.169)	(216.967)
Tributos sobre os ajustes	738	73.769
Benefícios pós-emprego (a)	(122.886)	18.881
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (a)	(102.143)	(154.763)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.620
Em 31.12.2013	**983.159**	**983.159**

(a) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

29.1.3 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2013	31.12.2012
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)		
Lucro líquido do exercício	1.072.560	700.688
Reserva legal (5%)	(53.628)	(35.034)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	102.143	101.644
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	1.121.075	767.298
	280.269	**191.824**
Distribuição total proposta - (2) (3+5)	**560.537**	**268.554**
Juros sobre capital próprio, brutos - (3)	180.000	138.072
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(16.107)	(12.256)
Juros sobre capital próprio, líquidos - (4)	**163.893**	**125.816**
Dividendos propostos - (5)	**380.537**	**130.482**
Distribuição total proposta, líquida - (6) (4+5)	**544.430**	**256.298**
Dividendo adicional proposto (7) (6-1)	**264.161**	**64.474**
Pagamentos antecipados conforme 119ª Reunião CAD - (8)	**308.932**	**-**
Juros sobre capital próprio, líquidos	163.893	-
Dividendos	145.039	-
Pagamento antecipado superior ao mínimo obrigatório - (9) (8-1)	**28.663**	**-**
Dividendo adicional proposto ajustado (10) (7-9)	**235.498**	**-**
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias	1,95572	0,93527
Ações preferenciais classe "A"	2,52507	2,52507
Ações preferenciais classe "B"	2,15165	1,02889
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:		
Ações ordinárias	283.640	135.643
Ações preferenciais classe "A"	964	964
Ações preferenciais classe "B"	275.933	131.947

29.1.4 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	31.12.2013	31.12.2012
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	542.819	354.383
Ações preferenciais classe "A"	1.714	1.600
Ações preferenciais classe "B"	528.027	344.705
	1.072.560	**700.688**
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	381.737	383.303
Ações preferenciais classe "B"	128.242.558	128.240.992
	273.655.375	**273.655.375**
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	3,74278	2,44350
Ações preferenciais classe "A"	4,49001	4,17424
Ações preferenciais classe "B"	4,11741	2,68795

29.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2012	**101.175**	**14.215**	**127.444**	**242.834**
Dividendos	(2.415)	(2.371)	-	(4.786)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	626	-	626
Resultado do exercício	10.170	9.989	5.673	25.832
Em 31.12.2012	**108.930**	**22.459**	**133.117**	**264.506**
Dividendos	(2.531)	(13.437)	-	(15.968)
Resultado do exercício	9.058	12.584	7.233	28.875
Em 31.12.2013	**115.457**	**21.606**	**140.350**	**277.413**

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 31.12.2013
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	5.111.048	(447.215)	(1.279.446)	(39.738)	-	3.344.649
Suprimento de energia elétrica (30.2)	2.188.092	(188.282)	-	(67.548)	-	1.932.262
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	3.296.753	(309.979)	(830.890)	(126.908)	-	2.028.976
Receita de construção	1.076.141	-	-	-	-	1.076.141
Telecomunicações	183.695	(9.430)	(32.548)	-	(402)	141.315
Distribuição de gás canalizado	467.750	(42.993)	(56.137)	-	-	368.620
Outras receitas operacionais (30.4)	345.680	(55.715)	-	-	(1.714)	288.251
	12.669.159	**(1.053.614)**	**(2.199.021)**	**(234.194)**	**(2.116)**	**9.180.214**

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 31.12.2012
						Reapresentado
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	4.226.962	(391.587)	(1.170.153)	(39.713)	-	2.625.509
Suprimento de energia elétrica (30.2)	1.865.708	(178.943)	(195)	(63.063)	-	1.623.507
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	5.177.834	(467.475)	(1.205.203)	(674.523)	-	2.830.633
Receita de construção	749.763	-	-	-	-	749.763
Telecomunicações	163.961	(8.701)	(29.244)	-	(451)	125.565
Distribuição de gás canalizado	413.012	(37.969)	(50.031)	-	-	325.012
Outras receitas operacionais (30.4)	240.863	(26.140)	-	-	(1.460)	213.263
	12.838.103	**(1.110.815)**	**(2.454.826)**	**(777.299)**	**(1.911)**	**8.493.252**

30.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Residencial	1.605.604	1.302.177	1.074.119	782.292
Industrial	1.956.127	1.493.166	1.263.068	926.562
Comercial, serviços e outras atividades	1.022.977	950.689	626.881	573.831
Rural	194.085	177.083	165.078	148.869
Poder público	118.263	114.038	83.811	79.149
Iluminação pública	97.565	92.450	60.070	56.242
Serviço público	116.427	97.359	71.622	58.564
	5.111.048	**4.226.962**	**3.344.649**	**2.625.509**

30.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2013	31.12.2012
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	775.924	1.335.263
Contratos bilaterais	863.244	295.049
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	548.073	235.396
Venda de energia elétrica no curto prazo	851	-
	2.188.092	**1.865.708**

30.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
		Reapresentado		Reapresentado
Residencial	1.232.186	1.657.936	720.321	830.282
Industrial	632.508	1.222.544	357.094	576.406
Comercial, serviços e outras atividades	755.869	1.104.355	445.273	564.262
Rural	167.640	230.829	136.798	165.591
Poder público	99.147	143.238	66.815	83.875
Iluminação pública	87.666	110.562	51.198	53.448
Serviço público	58.574	102.408	34.025	50.700
Consumidores livres	140.135	204.768	121.705	156.469
Rede básica, de fronteira e de conexão	1.109	2.520	963	1.925
Receita de operação e manutenção - O&M	90.385	52.048	68.029	46.693
Receita de juros efetivos	31.534	346.626	26.755	300.982
	3.296.753	**5.177.834**	**2.028.976**	**2.830.633**

30.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2013	31.12.2012
Arrendamentos e aluguéis (30.4.1)	180.128	162.989
Ressarcimento por indisponibilidade de geração de energia elétrica	77.527	12.068
Renda da prestação de serviços	63.209	53.085
Serviço taxado	9.082	8.214
Outras receitas	15.734	4.507
	345.680	**240.863**

30.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Usina termelétrica de Araucária	101.628	95.253
Equipamentos e estruturas	77.241	66.177
Imóveis	603	714
Compartilhamento de instalações	656	845
	180.128	**162.989**

Não foram identificados recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

30.5 Encargos do consumidor

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Conta de desenvolvimento energético - CDE	79.994	282.683
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	79.342	74.319
Quota para reserva global de reversão - RGR	57.050	114.949
Conta de consumo de combustível - CCC	17.808	289.686
Outros encargos	-	15.662
	234.194	**777.299**

31 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Consolidado 31.12.2013
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(3.336.359)	-	-	-	(3.336.359)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(407.317)	-	-	-	(407.317)
Pessoal e administradores (31.3)	(844.491)	(9.879)	(241.977)	-	(1.096.347)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(136.907)	(1.113)	(38.176)	-	(176.196)
Material	(62.380)	(935)	(7.163)	-	(70.478)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(27.187)	-	-	-	(27.187)
Gás natural e insumos para operação de gás	(295.671)	-	-	-	(295.671)
Serviços de terceiros (31.4)	(293.505)	(41.276)	(88.678)	-	(423.459)
Depreciação e amortização	(551.301)	(44)	(51.103)	(755)	(603.203)
Provisões e reversões (31.5)	-	(47.457)	-	(152.098)	(199.555)
Custo de construção (31.6)	(1.088.275)	-	-	-	(1.088.275)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	5.395	5.089	(103.007)	(251.057)	(343.580)
	(7.037.998)	**(95.615)**	**(530.104)**	**(403.910)**	**(8.067.627)**

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Consolidado Reapresentado 31.12.2012
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(2.807.735)	-	-	-	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(772.361)	-	-	-	(772.361)
Pessoal e administradores (31.3)	(944.913)	(8.910)	(291.828)	-	(1.245.651)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(141.368)	(996)	(40.514)	-	(182.878)
Material	(60.798)	(716)	(8.273)	-	(69.787)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.511)	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos para operação de gás	(247.770)	-	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros (31.4)	(291.048)	(38.614)	(79.216)	-	(408.878)
Depreciação e amortização	(508.887)	(42)	(40.172)	(754)	(549.855)
Provisões e reversões (31.5)	-	(22.826)	-	(195.970)	(218.796)
Custo de construção (31.6)	(733.577)	-	-	-	(733.577)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(6.668)	6.445	(81.910)	(155.827)	(237.960)
	(6.540.636)	**(65.659)**	**(541.913)**	**(352.551)**	**(7.500.759)**

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora 31.12.2013
Administradores (31.3)	(18.254)	-	(18.254)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(1.316)	-	(1.316)
Material	(21)	-	(21)
Serviços de terceiros	(4.783)	-	(4.783)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (31.5)	-	26.765	26.765
Outras receitas / despesas operacionais	(23.398)	2.323	(21.075)
	(47.772)	**28.333**	**(19.439)**

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora 31.12.2012
Administradores (31.3)	(10.152)	-	(10.152)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(746)	-	(746)
Material	(33)	-	(33)
Serviços de terceiros	(3.863)	-	(3.863)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (31.5)	-	(14.196)	(14.196)
Outras receitas / despesas operacionais	(8.441)	1.024	(7.417)
	(23.235)	**(13.927)**	**(37.162)**

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.305.809	1.927.903
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	663.936	312.125
(-) Repasse CDE - CCEE - Decreto nº 7.945/2013	(294.085)	-
Itaipu Binacional	610.404	503.335
Contratos bilaterais	217.069	203.115
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	166.653	143.587
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(333.427)	(282.330)
	3.336.359	**2.807.735**

31.2 Encargos de uso da rede elétrica

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Encargos dos serviços do sistema - ESS	308.864	75.485
(-) Repasse CDE - ESS - Decreto nº 7.945/2013	(319.624)	-
Encargos de uso do sistema - distribuição	216.683	544.597
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	177.846	145.099
Encargos de transporte de Itaipu	51.188	45.217
Encargo de Energia de Reserva - EER	16.672	49.228
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(44.312)	(87.265)
	407.317	**772.361**

31.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Pessoal				
Remunerações	5.197	-	663.636	711.470
Encargos sociais	1.284	-	210.993	239.267
Participação nos lucros e/ou resultados (31.3.1)	734	-	80.048	29.940
Auxílio alimentação e educação	460	-	86.916	81.593
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	248	-	37.925	168.822
	7.923	**-**	**1.079.518**	**1.231.092**
Administradores				
Honorários	7.866	7.811	13.044	11.385
Encargos sociais	2.379	2.272	3.642	3.083
Outros gastos	86	69	143	91
	10.331	**10.152**	**16.829**	**14.559**
	18.254	**10.152**	**1.096.347**	**1.245.651**

31.3.1 Participação nos lucros e/ou resultados

O programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, está de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010.

31.3.2 Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias

A Copel instituiu o programa de sucessão e desligamento voluntário - PSDV, através da Circular 031/2011, de 29.03.2011, e alterado pelas Circulares 049/2011 e 090/2011, de 22.06.2011 e 06.12.2011, respectivamente, bem como o programa de formação de potenciais lideranças (MBA), como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da Companhia, e de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança.

Contudo, as mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP 579/2012 e seus desdobramentos, afetaram sobremaneira as finanças da Companhia, exigindo, entre outras medidas, a extinção do PSDV pela Circular 068/2012, a partir de 1º.01.2013 e a edição de novo programa de desligamento incentivado, com regras distintas, através das Circulares 065 e 069 de 2013.

31.4 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Manutenção do sistema elétrico	106.175	104.966
Manutenção de instalações	79.309	73.831
Comunicação, processamento e transmissão de dados	51.534	48.921
Leitura e entrega de faturas	35.930	35.744
Agentes autorizados e credenciados	33.801	32.201
Consultoria e auditoria	15.972	25.805
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre serviços de terceiros	(6.063)	(9.190)
Outros serviços	106.801	96.600
	423.459	**408.878**

31.5 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PCLD (Clientes e Outros créditos)	**-**	**-**	**47.458**	**22.826**
Reversão para perdas de créditos tributários	**-**	**-**	**274**	**(3.135)**
Provisão (reversão) para litígios				
Fiscais	(7.787)	5.585	(7.337)	19.939
Trabalhistas	-	-	52.387	45.966
Benefícios a empregados	-	-	42.796	33.796
Cíveis	(19.621)	7.765	63.454	96.499
Ambientais	-	-	18	89
Regulatórias	643	846	505	2.816
	(26.765)	**14.196**	**151.823**	**199.105**
	(26.765)	**14.196**	**199.555**	**218.796**

31.6 Custo de construção

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Material	518.504	371.593
Serviços de terceiros	360.234	248.265
Pessoal	118.641	81.942
Outros	90.896	31.777
	1.088.275	**733.577**

31.7 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	131.582	94.550
Perdas na desativação e alienação de bens	71.864	6.147
Arrendamentos e aluguéis (31.7.1)	31.095	27.285
Indenizações	26.113	28.001
Propaganda e publicidade	25.902	9.853
Tributos	25.687	27.735
Taxa de fiscalização da Aneel	20.885	21.938
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	9.464	12.081
Recuperação de custos e despesas	(49.389)	(61.902)
Outros custos e despesas, líquidos	50.377	72.272
	343.580	**237.960**

31.7.1 Arrendamentos e aluguéis

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Imóveis	25.165	21.846
Fotocopiadora	889	1.082
Outros	6.832	5.891
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.791)	(1.534)
	31.095	**27.285**

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2013, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Não foram identificados compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receitas financeiras				
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	159.348	188.688
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	4.747	1.911	118.499	74.553
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	108.259	165.574
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	105.314	126.904
Variação monetária e encargos sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	84.572	-
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	12	12	38.336	37.948
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-		827	1.099
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	92.638	98.722	-	-
Outras receitas financeiras	17.127	9.672	37.208	53.555
	114.524	**110.317**	**652.363**	**648.321**
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	86.114	84.994	233.417	133.385
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	68.096	74.984
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	26.352	22.837	26.352	22.837
Variações monetárias e cambiais	9	10	15.838	13.819
Juros sobre P&D e PEE	-	-	15.225	14.745
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	401.104
Outras despesas financeiras	49	1.425	13.124	14.097
	112.524	**109.266**	**372.052**	**674.971**
Líquido	**2.000**	**1.051**	**280.311**	**(26.650)**

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2013 totalizaram R$ 54.936, à taxa média de 9,39% a.a.

33 Segmentos Operacionais

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

Nos exercícios de 2013 e 2012 todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2013.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel;

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagás; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel, Copel Participações e Copel Renováveis.

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO 31.12.2013	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
ATIVO TOTAL	**12.422.458**	**7.760.564**	**480.851**	**308.023**	**14.473.384**	**(12.333.835)**	**23.111.445**
ATIVO CIRCULANTE	**2.754.802**	**2.142.654**	**62.466**	**84.017**	**524.778**	**(888.433)**	**4.680.284**
Caixa e equivalentes de caixa	1.438.269	247.045	10.481	34.427	11.410	-	1.741.632
Títulos e valores mobiliários	388.659	377	-	-	186	-	389.222
Cauções e depósitos vinculados	-	1.072	-	904	-	-	1.976
Clientes	311.191	1.005.703	27.983	37.804	-	(45.053)	1.337.628
Dividendos a receber	2.578	-	-	-	381.371	(374.449)	9.500
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	85.448	-	85.448
Contas a receber vinculadas à concessão	4.396	-	-	-	-	-	4.396
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-	352.161
Outros créditos	208.428	180.963	2.799	445	3.869	(614)	395.890
Estoques	31.298	96.866	10.046	1.068	-	-	139.278
Imposto de renda e contribuição social	3.121	77.288	6.936	3.319	42.494	-	133.158
Outros tributos a recuperar	11.745	48.609	3.869	5.790	-	-	70.013
Despesas antecipadas	2.956	16.414	352	260	-	-	19.982
Partes relacionadas	-	468.317	-	-	-	(468.317)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**9.667.656**	**5.617.910**	**418.385**	**224.006**	**13.948.606**	**(11.445.402)**	**18.431.161**
Realizável a Longo Prazo	**992.246**	**4.352.625**	**37.185**	**14.042**	**1.892.958**	**(64.815)**	**7.224.241**
Títulos e valores mobiliários	66.265	54.271	-	-	-	-	120.536
Cauções e depósitos vinculados	-	45.371	-	-	-	-	45.371
Clientes	5.692	115.020	11.974	-	-	-	132.686
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.295.106	-	1.295.106
Depósitos judiciais	42.087	356.393	4.289	341	272.115	-	675.225
Contas a receber vinculadas à concessão	408.473	3.075.795	-	-	-	-	3.484.268
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	365.645	-	-	-	-	-	365.645
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	13.504	-	-	13.504
Outros créditos	5.132	10.799	-	-	-	-	15.931
Imposto de renda e contribuição social	14.975	12.967	-	-	169.717	-	197.659
Outros tributos a recuperar	54.747	64.752	4.999	-	-	-	124.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.028	617.257	15.923	-	91.205	-	753.413
Despesas antecipadas	202	-	-	197	-	-	399
Partes relacionadas	-	-	-	-	64.815	(64.815)	-
Investimentos	**807.190**	**4.012**	**-**	**-**	**12.055.619**	**(11.678.894)**	**1.187.927**
Imobilizado	**7.617.626**	**-**	**365.977**	**-**	**29**	**-**	**7.983.632**
Intangível	**250.594**	**1.261.273**	**15.223**	**209.964**	**-**	**298.307**	**2.035.361**

ATIVO 31.12.2012 - Reapresentado	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
ATIVO TOTAL	**10.967.453**	**8.846.871**	**427.629**	**289.363**	**13.629.100**	**(12.951.513)**	**21.208.903**
ATIVO CIRCULANTE	**1.508.828**	**2.876.268**	**64.848**	**86.793**	**1.218.801**	**(1.073.846)**	**4.681.692**
Caixa e equivalentes a caixa	240.710	1.126.361	26.689	35.993	29.464	-	1.459.217
Títulos e valores mobiliários	476.488	158.837	-	-	176	-	635.501
Cauções e depósitos vinculados	1.429	34.293	-	1.086	-	-	36.808
Clientes	283.750	1.200.251	18.649	40.092	-	(53.569)	1.489.173
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.038.664	(1.020.600)	18.064
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	75.930	-	-	-	-	75.930
Contas a receber vinculadas à concessão	5.319	-	-	-	-	-	5.319
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	356.085	-	-	-	-	-	356.085
Outros créditos	104.786	126.686	2.437	716	3	323	234.951
Estoques	28.299	84.995	10.645	870	-	-	124.809
Imposto de renda e contribuição social	1.780	35.868	3.413	-	150.483	-	191.544
Outros tributos correntes a recuperar	7.480	31.460	2.671	7.868	11	-	49.490
Despesas antecipadas	2.702	1.587	344	168	-	-	4.801
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**9.458.625**	**5.970.603**	**362.781**	**202.570**	**12.410.299**	**(11.877.667)**	**16.527.211**
Realizável a Longo Prazo	**1.203.345**	**4.660.842**	**22.666**	**18.022**	**1.540.940**	**(1.148.498)**	**6.297.317**
Títulos e valores mobiliários	92.827	35.688	-	-	-	-	128.515
Cauções e depósitos vinculados	-	43.246	-	-	-	-	43.246
Clientes	-	26.172	-	5.266	-	(5.267)	26.171
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.308.354	-	-	-	-	1.308.354
Depósitos judiciais	24.634	276.541	1.036	302	271.858	-	574.371
Contas a receber vinculadas à concessão	262.564	2.383.262	-	-	-	-	2.645.826
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	717.805	-	-	-	-	-	717.805
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.279	-	-	12.279
Outros créditos	6.413	4.036	-	-	-	-	10.449
Imposto de renda e contribuição social	19.995	-	-	-	-	-	19.995
Outros tributos correntes a recuperar	50.794	60.663	8.732	-	-	-	120.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.313	522.880	12.898	-	117.194	-	681.285
Despesas antecipadas	-	-	-	175	-	8.657	8.832
Mútuos com controladas	-	-	-	-	1.151.888	(1.151.888)	-
Investimentos	**448.130**	**4.012**	**-**	**-**	**10.869.359**	**(10.752.512)**	**568.989**
Imobilizado	**7.552.612**	**-**	**319.141**	**-**	**-**	**-**	**7.871.753**
Intangível	**254.538**	**1.305.749**	**20.974**	**184.548**	**-**	**23.343**	**1.789.152**

33.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO 31.12.2013	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
PASSIVO TOTAL	**12.422.458**	**7.760.564**	**480.851**	**308.023**	**14.473.384**	**(12.333.835)**	**23.111.445**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.485.556**	**1.545.217**	**56.340**	**66.935**	**1.084.423**	**(890.586)**	**3.347.885**
Obrigações sociais e trabalhistas	59.902	155.337	14.105	5.214	5.127	-	239.685
Partes relacionadas	-	-	-	-	468.317	(468.317)	-
Fornecedores	301.768	771.815	8.120	52.881	3.211	(45.556)	1.092.239
Imposto de renda e contribuição social	297.620	-	-	-	-	-	297.620
Outras obrigações fiscais	66.899	200.767	5.467	2.227	25.481	(110)	300.731
Empréstimos e financiamentos	217.736	173.482	5.241	-	562.801	(2.154)	957.106
Debêntures	40.490	16.972	-	-	-	-	57.462
Dividendos a pagar	362.932	-	21.585	5.598	3.047	(374.449)	18.713
Benefícios pós-emprego	7.886	21.043	1.047	-	7	-	29.983
Encargos do consumidor a recolher	26.920	11.074	-	-	-	-	37.994
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.116	107.744	-	-	-	-	127.860
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	51.481	-	-	-	-	-	51.481
Outras contas a pagar	31.806	86.983	775	1.015	16.432	-	137.011
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**3.299.960**	**2.848.662**	**71.572**	**5.462**	**736.808**	**(127.656)**	**6.834.808**
Partes relacionadas	64.995	-	-	-	-	(64.995)	-
Fornecedores	22.187	27.934	-	-	-	-	50.121
Obrigações fiscais	15.153	50.354	2.855	-	40	-	68.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	418.426	-	-	2.075	-	-	420.501
Empréstimos e financiamentos	1.303.009	635.956	33.622	-	456.752	(62.661)	2.366.678
Debêntures	152.066	998.417	-	-	-	-	1.150.483
Benefícios pós-emprego	292.968	608.391	31.222	2.499	2.169	-	937.249
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	55.599	99.122	-	-	-	-	154.721
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	420.293	-	-	-	-	-	420.293
Outras contas a pagar	233	-	-	-	-	-	233
Provisões para litígios	555.031	428.488	3.873	888	277.847	-	1.266.127
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.636.942**	**3.366.685**	**352.939**	**235.626**	**12.652.153**	**(11.315.593)**	**12.928.752**
Atribuível aos acionistas controladores	**7.636.942**	**3.366.685**	**352.939**	**235.626**	**12.652.153**	**(11.593.006)**	**12.651.339**
Capital social	4.317.997	2.624.841	240.398	135.943	6.911.678	(7.320.857)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.141.672	(155.096)	(5.795)	-	983.159	(980.781)	983.159
Reserva legal	301.729	135.294	9.093	18.220	624.849	(464.336)	624.849
Reserva de retenção de lucros	1.730.944	761.646	109.243	77.987	3.897.833	(2.683.296)	3.894.357
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.476	-	-	3.476
Dividendo adicional proposto	153.180	-	-	-	235.498	(153.180)	235.498
Prejuízos acumulados	(8.580)	-	-	-	(864)	9.444	-
Atribuível aos acionistas não controladores						**277.413**	**277.413**

PASSIVO 31.12.2012 - Reapresentado	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
PASSIVO TOTAL	**10.967.453**	**8.846.871**	**427.629**	**289.363**	**13.629.100**	**(12.951.513)**	**21.208.903**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.568.371**	**1.970.456**	**53.612**	**60.464**	**257.700**	**(1.077.159)**	**2.833.444**
Obrigações sociais e trabalhistas	110.509	243.128	25.393	4.333	645	-	384.008
Fornecedores	428.046	694.903	14.481	45.873	1.616	(53.137)	1.131.782
Imposto de renda e contribuição social	163.724	-	-	3.214	3.251	-	170.189
Outras obrigações fiscais	54.763	205.330	4.492	1.934	22.072	(111)	288.480
Empréstimos e financiamentos	71.654	164.788	53	-	28.106	(3.311)	261.290
Debêntures	-	12.719	-	-	-	-	12.719
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	639.420	371.863	7.982	4.929	201.186	(1.020.600)	204.780
Benefícios pós-emprego	6.908	18.004	903	-	4	-	25.819
Encargos do consumidor a recolher	7.236	49.262	-	-	-	-	56.498
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	16.663	142.936	-	-	-	-	159.599
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	48.477	-	-	-	-	-	48.477
Outras contas a pagar	20.971	67.523	308	181	820	-	89.803
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**2.491.247**	**3.341.027**	**45.872**	**6.594**	**1.274.016**	**(1.145.187)**	**6.013.569**
Coligadas e controladas	232.654	851.237	-	-	-	(1.083.891)	-
Fornecedores	106.175	-	-	-	-	(5.267)	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	587.597	-	-	2.939	-	-	590.536
Empréstimos e financiamentos	438.396	609.941	25.559	-	971.721	(56.029)	1.989.588
Debêntures	-	997.958	-	-	-	-	997.958
Benefícios pós-emprego	209.295	443.784	19.344	2.807	-	-	675.230
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	43.350	61.211	-	-	-	-	104.561
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	399.080	-	-	-	-	-	399.080
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	474.700	376.896	969	848	302.295	-	1.155.708
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.907.835**	**3.535.388**	**328.145**	**222.305**	**12.097.384**	**(10.729.167)**	**12.361.890**
Capital social	4.248.937	2.624.841	240.398	135.943	6.910.000	(7.250.119)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.293.027	(64.902)	1.139	-	1.214.394	(1.229.264)	1.214.394
Reserva legal	249.578	135.294	6.706	17.295	571.221	(408.873)	571.221
Reserva de retenção de lucros	1.158.142	840.155	79.902	62.115	3.337.295	(2.147.266)	3.330.343
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.952	-	-	6.952
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	64.474	-	64.474
Prejuízos acumulados	(41.849)	-	-	-	-	41.849	-
Atribuível aos acionistas não controladores						**264.506**	**264.506**

33.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2013	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.044.399**	**5.961.575**	**187.792**	**423.014**	**-**	**(436.566)**	**9.180.214**
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	460.845	2.883.804	-	-	-	-	3.344.649
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	2.193	-	-	-	(2.193)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.832.207	100.055	-	-	-	-	1.932.262
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	311.242	-	-	-	-	(311.242)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	94.785	1.934.191	-	-	-	-	2.028.976
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	57.090	13.115	-	-	-	(70.205)	-
Receita de construção	136.536	898.606	-	40.999	-	-	1.076.141
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	141.315	-	-	-	141.315
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	39.895	-	-	(39.895)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	368.620	-	-	368.620
Outras receitas operacionais para terceiros	144.908	128.278	1.670	13.395	-	-	288.251
Outras receitas operacionais entre segmentos	6.786	1.333	4.912	-	-	(13.031)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.649.753)**	**(6.304.797)**	**(127.264)**	**(402.030)**	**(20.303)**	**436.520**	**(8.067.627)**
Energia elétrica comprada para revenda	(128.736)	(3.518.865)	-	-	-	311.242	(3.336.359)
Encargos de uso da rede elétrica	(227.325)	(249.465)	-	-	-	69.473	(407.317)
Pessoal e administradores	(274.526)	(723.734)	(57.703)	(21.366)	(19.018)	-	(1.096.347)
Planos previdenciário e assistencial	(47.478)	(118.211)	(7.738)	(1.387)	(1.382)	-	(176.196)
Material	(16.346)	(50.531)	(1.312)	(2.268)	(21)	-	(70.478)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(27.187)	-	-	-	-	-	(27.187)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(295.671)	-	-	(295.671)
Serviços de terceiros	(146.185)	(292.644)	(18.437)	(17.439)	(4.815)	56.061	(423.459)
Depreciação e amortização	(353.590)	(205.110)	(27.968)	(15.780)	(755)	-	(603.203)
Provisões e reversões	(104.127)	(118.233)	(3.920)	(40)	26.765	-	(199.555)
Custo de construção	(148.670)	(898.606)	-	(40.999)	-	-	(1.088.275)
Outros custos e despesas operacionais	(175.583)	(129.398)	(10.186)	(7.080)	(21.077)	(256)	(343.580)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**33.744**	**-**	**-**	**-**	**1.116.830**	**(1.036.968)**	**113.606**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E E DOS TRIBUTOS	**1.428.390**	**(343.222)**	**60.528**	**20.984**	**1.096.527**	**(1.037.014)**	**1.226.193**
Resultado financeiro	41.804	228.938	3.078	4.443	2.000	48	280.311
LUCRO OPERACIONAL	**1.470.194**	**(114.284)**	**63.606**	**25.427**	**1.098.527**	**(1.036.966)**	**1.506.504**
Imposto de renda e contribuição social	(532.053)	-	(14.661)	(7.806)	-	-	(554.520)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	140.856	35.775	(1.213)	864	(26.831)	-	149.451
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**1.078.997**	**(78.509)**	**47.732**	**18.485**	**1.071.696**	**(1.036.966)**	**1.101.435**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2012 - Reapresentado	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.540.885**	**5.892.171**	**172.445**	**359.090**	**-**	**(471.339)**	**8.493.252**
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	137.990	2.487.519	-	-	-	-	2.625.509
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	3.119	-	-	-	(3.119)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.468.044	155.463	-	-	-	-	1.623.507
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	302.583	-	-	-	-	(302.583)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	347.674	2.482.959	-	-	-	-	2.830.633
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	96.979	17.116	-	-	-	(114.095)	-
Receita de construção	59.977	665.601	-	24.185	-	-	749.763
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	125.565	-	-	-	125.565
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	41.148	-	-	(41.148)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	325.012	-	-	325.012
Outras receitas operacionais para terceiros	121.675	80.394	1.301	9.893	-	-	213.263
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.963	-	4.431	-	-	(10.394)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.494.623)**	**(5.968.827)**	**(139.403)**	**(332.128)**	**(37.162)**	**471.384**	**(7.500.759)**
Energia elétrica comprada para revenda	(170.806)	(2.939.447)	-	-	-	302.518	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica	(233.983)	(648.501)	-	-	-	110.123	(772.361)
Pessoal e administradores	(321.253)	(824.102)	(70.253)	(19.891)	(10.152)	-	(1.245.651)
Planos previdenciário e assistencial	(44.315)	(126.187)	(8.591)	(3.039)	(746)	-	(182.878)
Material	(18.245)	(48.296)	(1.800)	(1.413)	(33)	-	(69.787)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.511)	-	-	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(247.770)	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros	(110.890)	(320.135)	(17.280)	(14.206)	(3.863)	57.496	(408.878)
Depreciação e amortização	(314.968)	(192.344)	(28.019)	(13.769)	(755)	-	(549.855)
Provisões e reversões	(80.212)	(118.986)	(4.316)	(1.086)	(14.196)	-	(218.796)
Custo de construção	(43.791)	(665.601)	-	(24.185)	-	-	(733.577)
Outros custos e despesas operacionais	(130.649)	(85.228)	(9.144)	(6.769)	(7.417)	1.247	(237.960)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**16.041**	**-**	**-**	**-**	**732.313**	**(741.669)**	**6.685**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	**1.062.303**	**(76.656)**	**33.042**	**26.962**	**695.151**	**(741.624)**	**999.178**
Resultado financeiro	(41.513)	5.644	3.444	4.769	1.051	(45)	(26.650)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**1.020.790**	**(71.012)**	**36.486**	**31.731**	**696.202**	**(741.669)**	**972.528**
Imposto de renda e contribuição social	(302.291)	(124.691)	(13.653)	(13.155)	(4.467)	-	(458.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.661	152.283	5.174	2.178	8.953	-	212.249
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**762.160**	**(43.420)**	**28.007**	**20.754**	**700.688**	**(741.669)**	**726.520**

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE		31.12.2013		Reapresentado 31.12.2012	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.741.632	1.741.632	1.459.217	1.459.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	159.340	159.340	82.633	82.633
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	79.187	79.187	100.381	100.381
			1.980.159	**1.980.159**	**1.642.231**	**1.642.231**
Empréstimos e recebíveis						
Caução STN (c)	6	1	45.371	32.415	43.246	42.627
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	1	1.976	1.976	36.808	36.808
Clientes (a)	7	1	1.470.314	1.470.314	1.515.344	1.515.344
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8	1	1.380.554	1.369.599	1.384.284	1.633.076
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	1	412.869	412.869	267.883	267.883
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	10	1	557.589	563.052	913.673	960.436
			3.868.673	**3.850.225**	**4.161.238**	**4.456.174**
Disponíveis para venda						
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	3	3.075.795	3.075.795	2.383.262	2.383.262
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (g)	10	3	160.217	160.217	160.217	160.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	196.112	196.112	330.520	330.520
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	63.978	63.978	238.302	238.302
Outros investimentos (h)	16.2	1	25.708	25.708	18.127	18.127
			3.521.810	**3.521.810**	**3.130.428**	**3.130.428**
Mantidos até o vencimento						
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	11.141	11.141	12.180	12.180
			11.141	**11.141**	**12.180**	**12.180**
Total dos ativos financeiros			**9.381.783**	**9.363.335**	**8.946.077**	**9.241.013**
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Outras obrigações - derivativos (b)		1	85	85	40	40
			85	**85**	**40**	**40**
Outros passivos financeiros						
Fornecedores (a)	20	1	1.142.360	1.142.360	1.232.690	1.232.690
Empréstimos e financiamentos (c)	21	1	3.323.784	2.922.867	2.250.878	2.233.244
Debêntures (i)	22	1	1.207.945	1.207.945	1.010.677	1.010.677
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (j)	26	1	471.774	578.409	447.557	554.408
			6.145.863	**5.851.581**	**4.941.802**	**5.031.019**
Total dos passivos financeiros			**6.145.948**	**5.851.666**	**4.941.842**	**5.031.059**

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, variação do CDI vezes 106% a.a.

d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, que foi remunerado aproximadamente em 6,82% a.a. mais IPCA, em 31.12.2013.

e) Critérios e premissas divulgados na NE nº 3.7.1.

	Consolidado
Em 31.12.2012	**2.383.262**
Capitalizações do intangível em curso	630.069
Variação monetária	108.259
Baixas	(24.998)
Baixas - Resolução nº 367/2009	(20.797)
Em 31.12.2013	**3.075.795**

f) Ativos que entraram em operação após maio de 2000, têm valores justos calculados pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.

g) Ativos existentes em 31.05.2000, têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, em virtude do aguardo da conclusão do laudo a ser avaliado pela Aneel.

h) Calculado conforme cotações de preços publicadas em mercado ativo ou aplicando o percentual de participação sobre o patrimônio líquido para os ativos sem mercado ativo.

i) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2013, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro, de R$ 1.015.

j) Utilizada como premissa a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado **Exposição ao risco de crédito**	**31.12.2013**	**Reapresentado** **31.12.2012**
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.741.632	1.459.217
Títulos e valores mobiliários (a)	509.758	764.016
Cauções e depósitos vinculados (a)	47.347	80.054
Clientes (b)	1.470.314	1.515.344
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.380.554	1.384.284
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	3.488.664	2.651.145
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (e)	557.589	913.673
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	160.217	160.217
	9.356.075	**8.927.950**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

e) Para o valor relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente e vem sendo recebido dentro do cronograma previsto.

f) Para o valor relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, a Aneel publicou a REN nº 589/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR), para fins de indenização. Para estes ativos a Administração considera como reduzido o risco de crédito uma vez que as regras para a indenização estão definidas e está em andamento o levantamento das informações conforme requerido pelo Poder Concedente.

34.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2013							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	44.546	312.844	773.467	1.853.937	1.488.871	4.473.665
Debêntures	NE nº 22	5.182	10.324	160.669	1.499.400	-	1.675.575
Derivativos	DI Futuro	85					85
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.282	8.564	39.272	246.196	2.103.155	2.401.469
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	124.286	575.224	3.606.457	5.517.175	9.823.142
Petrobras - Compagás	100% do CDI	5.295	10.738	51.243	-	-	67.276
Outros fornecedores	-	645.392	144.718	196.518	92.271	-	1.078.899
Benefícios pós emprego	0,08	43.145	86.289	388.302	2.785.404	12.492.581	15.795.721
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	605.310	2.818.490	12.216.247	80.198.892	95.838.939
		747.927	**1.303.073**	**5.003.185**	**22.299.912**	**101.800.674**	**131.154.771**
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	17.022	50.158	289.708	1.977.774	515.760	2.850.422
Debêntures	NE nº 22	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	40	-	-	-	-	40
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.040	8.080	36.858	225.955	2.043.351	2.318.284
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.892	9.874	45.969	65.690	-	126.425
Outros fornecedores	-	756.890	152.854	875	35.126	-	945.745
Benefícios pós emprego	7,30%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	452.633	2.188.186	8.865.291	46.201.543	57.707.653
		811.829	**824.354**	**3.318.609**	**16.655.126**	**62.636.044**	**84.245.962**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada

Conforme divulgado nas NEs nº 21.11 e 22.2, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas *(covenants)* que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

As principais garantias para passivos, constituídas para manutenção dos negócios e investimentos, estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5.2) e em dinheiro (NE nº 6).

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagás impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagás mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse desses custos.

Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R$/US$ 2,47) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2014 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

		Base	Cenários projetados - dez.2014		
Risco cambial	**Risco**	**31.12.2013**	**Provável**	**Adverso**	**Remoto**
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	45.371	2.467	(9.492)	(21.452)
		45.371	**2.467**	**(9.492)**	**(21.452)**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(64.815)	(3.525)	(20.610)	(37.695)
Eletrobrás	Alta do dólar	(7)	-	(2)	(4)
		(64.822)	**(3.525)**	**(20.612)**	**(37.699)**
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(107.222)	(5.831)	(34.094)	(62.358)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	Alta do dólar	(51.502)	(2.801)	(16.377)	(29.952)
		(158.724)	**(8.632)**	**(50.471)**	**(92.310)**

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de

investimentos exclusivos (34.2.3-c), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.12.2013 e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (BM&F para LTN – 10,65%, CDI/Selic – 11,25%, IPCA – 5,89%, IGP-DI – 5,85%, IGP-M – 5,89% e TJLP – 5,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2014 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014 e variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 02.01.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

		Base	Cenários projetados - dez.2014		
Risco de taxa de juros e variações monetárias	**Risco**	**31.12.2013**	**Provável**	**Adverso**	**Remoto**
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	1.611.321	172.323	129.275	86.232
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	509.758	54.516	40.897	27.281
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.976	212	159	105
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.380.554	80.762	60.572	40.381
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	3.488.664	203.582	152.686	101.791
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	Baixa IPCA	557.589	32.842	24.631	16.421
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido (a)	160.217	-	-	-
		7.710.079	**544.237**	**408.220**	**272.211**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(1.602.960)	(180.333)	(225.416)	(270.499)
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	(83.362)	(982)	(1.228)	(1.473)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (b)	(96.394)	-	-	-
Finep	Alta TJLP	(40.557)	(2.028)	(2.535)	(3.042)
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	(1.125.109)	(56.255)	(70.319)	(84.383)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(160.580)	(8.029)	(10.036)	(12.044)
Banco do Brasil	Alta CDI	(150.000)	(16.875)	(21.094)	(25.313)
Debêntures	Alta CDI	(1.207.945)	(135.894)	(169.867)	(203.841)
		(4.466.907)	**(400.396)**	**(500.495)**	**(600.595)**

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.
(b) Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

c) Risco de derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Durante o ano de 2013, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R$ 5.885 (uma perda de R$ 5.884 em 2012);
- Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nocionais) desses contratos em aberto em 31.12.2013 correspondem a R$ 109.792 (R$ 192.900 em 31.12.2012);
- Em 31.12.2013, parte dos títulos públicos federais no montante de R$ 6.712 (R$ 9.560 em 31.12.2012), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

Análise de sensibilidade do risco de derivativos

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes e, para o cenário provável, os saldos com a variação da taxa de referencia BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 02.01.2015.

		Base	Cenários projetados - dez.2014		
Risco de derivativos	**Risco**	**31.12.2013**	**Provável**	**Adverso**	**Remoto**
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(85)	(717)	(2.786)	(4.854)
		(85)	**(717)**	**(2.786)**	**(4.854)**
Efeito esperado no resultado			**(632)**	**(2.701)**	**(4.769)**

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2013, divulgado anualmente no site

www.ons.org.br, as avaliações probabilísticas de análise das condições de atendimento à carga, com base nos riscos de déficit de energia para o Cenário de Referência, indicam adequabilidade ao critério de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco de déficit não superior a 5%) para todos os subsistemas no horizonte 2013/2017. Os riscos de déficit atingem valores de no máximo 3,0% no subsistema Sul e 2,5% no subsistema Sudeste/Centro Oeste e inferiores a 1,0% nos subsistemas Norte e Nordeste, em todo horizonte de estudo.

Em 2013, devido à alterações impostas pela reposição de contratos de energia existente com vencimento em 31/12/2012 através das cotas de energia, com frustração do atendimento ao montante necessário aliada ao fato da não entrada em operação comercial de várias usinas térmicas, contratadas através do 7º leilão de Energia Nova, bem como outros fatores de ordem técnica e climática, a Companhia ficou subcontratada em 112,54 MWmédios, e desta forma exposta ao mercado de energia de curto prazo - PLD.

34.2.5 Risco de não renovação das concessões

A lei nº 12.783/2013 publicada em 14.01.2013 disciplinou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as concessões alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei 9.074/2015. No entanto, a prorrogação é facultada a aceitação expressa das condições daquela lei.

No segmento de geração, foram quatro as usinas alcançadas pela Lei nº 12.783/2013: Rio dos Patos com 1,8 MW, Mourão com 8,2 MW, Chopim com 1,8 MW e Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260 MW de capacidade instalada.

Visando preservar os atuais níveis de rentabilidade da empresa, estas usinas não foram prorrogadas, pois estudos apontaram sua inviabilidade frente as condições impostas pelo poder concedente. Ao término contratual, estas usinas serão licitadas, sem a garantia da empresa sagrar-se vencedora do certame.

No segmento de transmissão, as instalações constantes do Contrato de Concessão nº 060/2001, foram prorrogadas por mais 30 anos, segundo as condições impostas pela Lei nº 12.783/2013. Neste caso, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reforma das estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização pela Aneel. A garantia de ressarcimento pelo órgão regulador, afasta a possibilidade de perdas financeira bem como preserva os atuais níveis de rentabilidade da Companhia.

No segmento de distribuição, a Companhia manifestou-se favorável pela prorrogação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da Lei nº 12.783/2013. No momento, aguarda-se a decisão do Poder Concedente pela prorrogação. Caso as condições estabelecidas pelo Poder Concedente garantam os níveis de rentabilidade da empresa, a Companhia assinará o contrato de concessão ou termo aditivo, por um período de mais 30 anos. Apesar do contexto de incertezas no cenário regulatório, a Companhia confia na possibilidade de renovação do referido contrato de concessão,

embora não possua informações suficientes para garantir a renovação do contrato de concessão de distribuição em termos favoráveis.

Copel Geração e Transmissão	
Contratos de concessões / autorizações	**Datas de vencimento**
Hidrelétricas	
Concessão de geração nº 045/1999	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (a) (b)	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Mourão (a) (b)	07.07.2015
Marumbi (c)	-
São Jorge	03.12.2024
Rio dos Patos (a) (b)	14.02.2014
Melissa (d)	-
Salto do Vau (d)	-
Pitangui (d)	-
Concessão de Uso de Bem Público nº 007/2013	
Chaminé (e)	16.08.2026
Apucaraninha (e)	12.10.2025
Derivação do Rio Jordão (e)	15.11.2029
Chopim I (a) (b) (e)	07.07.2015
Cavernoso (e)	07.01.2031
Concessão de geração nº 001/2007 - Mauá - 51% da Copel	02.07.2042
Concessão de geração nº 001/2011 - Colíder (f)	16.01.2046
Autorização - Cavernoso II	27.02.2046
Termelétrica	
Concessão de geração nº 045/1999 - Figueira	26.03.2019
Eólicas	
Autorização - Palmas	28.09.2029
Autorização - Asa Branca I (f) (g)	25.04.2046
Autorização - Asa Branca II (f) (g)	31.05.2046
Autorização - Asa Branca III (f) (g)	31.05.2046
Autorização - Eurus IV (f) (g)	27.04.2046
Autorização - Santa Maria (f) (g)	08.05.2047
Autorização - Santa Helena (f) (g)	09.04.2047
Autorização - Ventos de Santo Uriel (f) (g)	09.04.2047

(a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária
(b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão
(c) Em processo de homologação na Aneel
(d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel
(e) Usinas que passaram por mundança no regime de exploração de Serviço Público para Produtor Independente
(f) Empreendimento em construção
(g) Usinas incorporadas a partir de 01.08.2013

Copel Geração e Transmissão Contratos de concessões	Datas de vencimento
Linhas de transmissão e subestações	
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (a)	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (b)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilho III (b)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT (b)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíta - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 (b)	26.08.2042
Contrato nº 002/13 - Linha de transmissão - Assis - Paraguaçu Paulista II (b)	24.02.2043
Contrato nº 007/13 - Linha de transmissão - Barreiras II - Pirapora 2 - 24,5% Copel GeT (b)	01.05.2043

(a) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012
(b) Empreendimento em construção

Contratos de concessões / autorizações	Datas de vencimento
Copel Distribuição - Contrato de concessão nº 046/99 - Instalações de Distribuição (a)	07.07.2015
Elejor - Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e Santa Clara	24.10.2036
Elejor - Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	18.12.2032
Dona Francisca Energética - Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	27.08.2033
UEG Araucária - Autorização - Resolução n º 351/1999 - UTE Araucária	22.12.2029
Foz do Chopim - Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Foz do Chopim	23.04.2030
Compagás - contrato de concessão de distribuição de gás	06.07.2024

(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão, e em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012

34.2.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital é formada:

a) pela Dívida líquida, definida como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa, e Títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e

b) pelo Capital próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado
Endividamento	**31.12.2013**	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Empréstimos e financiamentos	1.019.553	999.827	3.323.784	2.250.878
Debêntures	-	-	1.207.945	1.010.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10.410	29.464	1.741.632	1.459.217
(-) Títulos e valores mobiliários	186	176	389.222	635.501
Dívida líquida	**1.008.957**	**970.187**	**2.400.875**	**1.166.837**
Patrimônio líquido	12.651.339	12.097.384	12.928.752	12.361.890
Endividamento do patrimônio líquido	**0,08**	**0,08**	**0,19**	**0,09**

35 Transações com Partes Relacionadas

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 8 - Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, NE nº 15 - Créditos com Partes Relacionadas e NE nº 16 - Investimentos.

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

Consolidado	Ativo		Passivo		Resultado	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (a)	-	-	-	79.539	-	-
Programa luz fraterna (b)	78.987	60.259	-	-	-	-
Empregados cedidos (c)	1.880	1.640	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.380.554	1.384.284	-	-	159.348	188.688
ICMS (NE nº 13.3)	115.439	110.096	252.771	209.570	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 21.5)	-	-	1.125.109	214.855	(15.647)	(2.525)
Dividendos a pagar (d)	-	-	-	63.890	-	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina UTE Araucária	6.499	11.894	-	-	101.628	95.253
Fornecimento e transporte de gás (f)	374	293	-	-	23.912	18.494
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	51.502	43.681	(295.494)	(247.673)
Adiantamento a fornecedores da Compagás (g)	13.504	12.666	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagás	-	-	1.076	1.208	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)	-	-	2.283	1.208	-	-
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	11.985	1.179	-	-
Controladas em conjunto						
Costa Oeste Transmissora de Energia (j)	190	357	-	-	2.113	487
Marumbi Transmissora de Energia (k)	184	174	-	-	2.042	510
Caiuá Transmissora de Energia (l)	221	-	-	-	478	345
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A. (m)	-	-	6.320	6.045	(71.950)	(67.354)
Foz do Chopim Energética Ltda. (n)	201	135	-	-	1.725	1.602
Sercomtel S.A. Telecomunicações (o)	192	179	-	-	2.287	2.142
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	(16.829)	(14.559)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	(1.089)	(808)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(12.270)	(10.694)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	967.232	701.049	-	-
Lactec (p)	27.229	18.742	587	303	(5.060)	(5.896)

a) Ao Governo do Estado do Paraná, será proposto a título de dividendos do exercício de 2013, o montante de R$ 166.321, deste, foi antecipado em dezembro de 2013 o valor de R$ 96.470. A parcela restante será distribuída após a aprovação da destinação do lucro do exercício, na AGO.

b) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.

c) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2013 foi constituída PCLD no valor de R$ 1.614 (R$ 1.466 em 31.12.2012).

d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais). À BNDESPAR, será proposto a título de dividendos do exercício de 2013, o montante de R$ 133.603 (127.166 líquidos de IRRF), deste, foi antecipado em dezembro de 2013 o valor líquido de R$ 71.055. A parcela restante será distribuída após a aprovação da destinação do lucro do exercício, na AGO.

e) A Petrobras detém 20% do capital social da UEG Araucária e 24,5% do capital social da Compagás.

f) O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda pela Compagás.

g) O adiantamento a fornecedores da Compagás refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagás possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagás e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração da Compagás entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31.12.2013 será efetuada nos próximos exercícios.

h) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagás. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Compagás.

i) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Elejor.

j) Contrato de prestação de serviço de engenharia, realizado com a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 30.10.2015;

k) Contrato de prestação de serviço de engenharia, realizado com a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 30.09.2015;

l) Contratos de prestação de serviços específicos de gestão ambiental, realizado com a Copel Geração e Transmissão, com vencimentos em 14.03.2015;

m) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2015.

n) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.

o) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição.

p) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

35.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

35.1.1 Concedidos pela Controladora

A Controladora concedeu os seguintes avais e garantias:

a) avais na contratação de empréstimos pelas suas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel, conforme NE nº 21.7.

b) garantia fidejussória correspondente à sua participação acionária de 70% na emissão das debêntures da sua controlada Elejor em 26.09.2013, conforme NE nº 22.

c) avais correspondentes à sua participação acionária de 23,03% à sua coligada Dona Francisca Energética S.A., em 2002, em financiamentos tomados junto ao BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário), com prazo de liquidação até 2015. Em 31.12.2013, os saldos devedores atualizados montavam a R$ 9.393 com o BNDES e R$ 5.402 com o Bradesco.

35.1.2 Concedidos pela Copel Geração e Transmissão

Empreendimentos controlados em conjunto	Financiamento	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Total emitido	% aval	Saldo 31.12.2013
Transmissora Sul Brasileira (a)	Debêntures	27.09.2013	22.09.2014	150.000	150.000	20%	153.202
Caiuá Transmissora (b)	Notas promissórias	30.10.2013	28.04.2014	42.000	21.000	49%	34.051
		05.12.2013			12.600		
Integração Maranhense (c)	Notas promissórias	30.10.2013	28.04.2014	71.000	28.400	49%	50.341
		05.12.2013			21.300		
Matrinchã Transmissora (d)	Debêntures	20.06.2013	20.12.2014	800.000	540.000	49%	567.126
Guaraciaba Transmissora (e)	Debêntures	20.06.2013	20.12.2014	400.000	230.000	49%	241.553

Instituição financeira financiadora:
Banco Bradesco BBI S.A.: (a) (b) (c)
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.: (d) (e)

Destinação:
"Empréstimo ponte" para operação de financiamento a ser realizado junto ao BNDES: (a) (b) (c)
Capital de giro: (d) (e)

36 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (36.1)	24.08.2014	1.727.388
Incêndio - imóveis próprios e locados (36.2)	24.08.2014	521.633
Responsabilidade civil - Copel (36.3)	24.08.2014	12.000
Responsabilidade civil - Compagas (36.3)	29.10.2014	3.600
Engenharia - Copel (36.4)	24.08.2014	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (36.5)	24.08.2014	apólice por averbação
Multirrisco - Compagas (36.6)	18.12.2014	13.300
Multirriscos - Elejor (36.6)	25.03.2014	446.691
Automóveis (36.7)	20.08.2014	valor de mercado
Riscos diversos (36.8)	24.08.2014	810
Riscos Nomeados - Elejor (36.9)	06.06.2014	500
Riscos operacionais - UEG Araucária (36.10) (a)	31.05.2015	844.991
Garantia Judicial - Compagas (36.11)	03.02.2014	56.938
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	14.07.2014	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	15.01.2014	2.200
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	30.07.2015	44.319
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	27.12.2014	1.850
Riscos Operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (36.13)	23.11.2014	342.139
Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O (36.14) (a)	30.06.2014	58.565

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos operacionais - UEG Araucária e de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2013, R$ 2,3426.

36.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas da Copel e suas subsidiárias, nomeando os

principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

36.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos conteúdos de propriedade da Copel e suas subsidiárias. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

36.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Copel e suas controladas. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

36.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas da Copel e suas subsidiárias. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

36.5 Seguro de transporte

Garante cobertura para as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações da Copel e suas subsidiárias.

36.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens das Controladas. Visa dar cobertura securitária para possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

36.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 33 veículos segurados da Compagás. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R$ 150 para danos materiais e R$ 300 para danos pessoais, para cada veículo.

36.8 Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice de propriedade da Copel e suas subsidiárias, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

36.9 Riscos operacionais - Elejor

Garante cobertura para as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração e acabados, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado, além de lucros cessantes.

36.10 Riscos operacionais - UEG Araucária

Apólice contratada tipo "*all risks*" (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis), inclusive quebra de máquinas, para todo o complexo da Usina Termelétrica de Araucária.

36.11 Garantia judicial - Compagás

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária..

36.12 Garantia de fiel cumprimento

Garante as obrigações assumidas pela Copel e suas subsidiárias nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

36.13 Riscos operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Caracteriza-se pela cobertura do tipo "*all risks*", abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos bens segurados de propriedade do Consórcio Cruzeiro do Sul, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições.

Estão cobertos pela apólice as unidades geradoras, subestação, casa de força, barragem, vertedouro e túnel.

Além das coberturas para danos materiais, destacam-se as coberturas adicionais para salvamento e contenção de sinistros, inundação e alagamento, remoção de entulhos, pequenas obras de engenharia, roubo, greves e tumulto, honorários de peritos e despesas extraordinárias. Não inclui cobertura para lucros cessantes.

36.14 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Copel e suas subsidiárias.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

37 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Contratos Bilaterais, Itaipu e CCEAR), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, entre outros).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória n° 1.541, de 20.06.2013, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2013, reajuste médio de 13,08%, sendo 11,40% relativos ao reajuste das tarifas e 1,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R$ 21.967, sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2012-2013, no valor de R$ 15.780, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R$ 6.187. Após a retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior e do diferimento parcial do reajuste, o efeito desse reajuste foi um aumento médio de 9,55% nas tarifas dos consumidores, conforme Resolução Homologatória n° 1.565, de 09.07.2013.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas demonstrações financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	14.181	-	-
CDE	-	5.856	-	-
Proinfa	-	5.565	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.356	-	-
Outros componentes financeiros	-	17.312	-	-
	-	**44.270**	**-**	**-**
CVA recuperável reajuste tarifário 2013				
CCC	3.779	1.626	-	1.626
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	917	22.047	-	22.047
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	5	-	-	-
ESS	-	35.860	-	35.860
CDE	-	3.261	-	3.261
Proinfa	5.534	1.037	-	1.037
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	4.614	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.297	-	1.297
Outros componentes financeiros	45.146	35.249	-	35.250
	59.995	**100.377**	**-**	**100.378**
CVA recuperável reajuste tarifário 2014				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	18.587	-	18.587	-
Proinfa	154	-	154	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	71.335	-	71.335	-
Outros componentes financeiros	137.728	-	137.728	-
	227.804	**-**	**227.804**	**-**
	287.799	**144.647**	**227.804**	**100.378**

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	-	363	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	17.871	-	-
ESS	-	18.982	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	9.679	-	-
Outros componentes financeiros	-	24.465	-	-
	-	**71.360**	**-**	**-**
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.062	-	10.062
ESS	684	-	-	-
CDE	2.851	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	41.828	-	41.828
Transporte de energia comprada (Itaipu)	661	-	-	-
Outros componentes financeiros	2.616	22.902	-	22.902
	6.812	**74.792**	**-**	**74.792**
CVA compensável reajuste tarifário 2014				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	3.753	-	3.753	-
ESS	39.610	-	39.610	-
CDE	87	-	87	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	20	-	20	-
Outros componentes financeiros	1.804	-	1.804	-
	45.274	**-**	**45.274**	**-**
	52.086	**146.152**	**45.274**	**74.792**

Mutação da CVA

	Saldo em 1º.01.2013	Diferimento	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31.12.2013
Ativo						
CCC	3.252	4.130	(3.948)	345	-	3.779
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	58.275	(3.828)	(15.791)	(565)	-	38.091
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	-	11	(6)	-	-	5
ESS	71.720	(71.165)	-	(555)	-	-
CDE	12.378	(6.267)	(6.109)	(2)	-	-
Proinfa	7.639	9.083	(11.575)	695	-	5.842
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	-	147.229	(4.614)	4.669	-	147.284
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.950	(2.539)	(1.415)	4	-	-
Outros componentes financeiros	87.811	289.650	(62.458)	5.599	-	320.602
	245.025	**366.304**	**(105.916)**	**10.190**	**-**	**515.603**
Circulante	**144.647**	**22.489**	**(105.913)**	**3.761**	**222.815**	**287.799**
Não Circulante	**100.378**	**343.815**	**(3)**	**6.429**	**(222.815)**	**227.804**
Passivo						
CCC	363	-	(376)	13	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	37.995	(12.970)	(18.643)	1.124	-	7.506
ESS	18.982	83.075	(20.484)	(1.669)	-	79.904
CDE	-	6.059	(2.983)	(51)	-	3.025
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	93.335	(83.475)	(10.105)	245	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.336	(692)	57	-	701
Outros componentes financeiros	70.269	(36.222)	(27.082)	(741)	-	6.224
	220.944	**(42.197)**	**(80.365)**	**(1.022)**	**-**	**97.360**
Circulante	**146.152**	**(101.466)**	**(80.365)**	**34**	**87.731**	**52.086**
Não Circulante	**74.792**	**59.269**	**-**	**(1.056)**	**(87.731)**	**45.274**

38 Medida Provisória nº 627/13

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627 - MP 627, de 11.11.2013 e Instrução Normativa 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN 1422 de 19.12.2013 - IN 1397.

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º.01.2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º.01.2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada, contudo aguardará a conversão em Lei da MP 627 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2013.

As conclusões da Administração consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP 627, sendo que em sua conversão em Lei, há a possibilidade de seu texto sofrer alterações e, isto ocorrendo, a interpretação da Administração deverá ser revista, em função do novo texto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013 do CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados e do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Paranaense de Energia - COPEL essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Curitiba, 12 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR048555/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA 2013

O Comitê de Auditoria - CAU da Companhia Paranaense de Energia - Copel realizou quatro reuniões com pauta exclusiva do CAU e quatro reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal, para análise das demonstrações financeiras da Companhia, com a presença da Auditoria Externa e da Auditoria Interna para abordagem de assuntos em seu âmbito de atuação e análise de outros de sua competência.

A atuação do Comitê no ano de 2013 foi focada na avaliação dos sistemas de controles internos e administração de riscos; análise dos trabalhos da Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes, que atendeu a Companhia em 2013 quanto aos seus resultados e às demonstrações contábeis e relatórios financeiros; análise dos aspectos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas; no exame das práticas relevantes utilizadas pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis; e na análise e acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna, com a finalidade de aperfeiçoamento de seu desempenho.

No exercício de suas atividades regulamentares, dentre outras, destacaram-se:

a) Planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente - KPMG para 2013; b) Contratação de serviços que possam ser prestados por empresas de auditoria independente que estejam auditando as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; c) Estabelecimento de procedimentos para atuação do Comitê de Auditoria; d) Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: Planejamento Anual 2013; e) Apresentação sobre “Planejamento Estratégico” da Companhia; f) Apresentação sobre “Técnica de Benchmarking” (antiga “Empresa de Referência”); g) Análise do Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012; h) Análise e aprovação do Relatório Anual do Comitê de Auditoria 2012; i) Análise e aprovação do relatório 20-F – 2012/2013; j) Revisão das políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras; k) Revisão dos métodos alternativos de tratamento contábil relativos a informações contábeis e financeiras; l) Acompanhamento do canal de comunicação confidencial; m) Apresentação da evolução do orçamento da Companhia; n) Revisão das Demonstrações Financeiras - ITRs do 1º, 2ª e 3º trimestres de 2013; o) Acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Riscos; p) Revisão das políticas de avaliação e administração de riscos da Companhia; q) Acompanhamento dos trabalhos e verificação das recomendações feitas pela Auditoria Interna da Copel; r) Apresentação sobre o Programa Corporativo de Otimização de Recursos; s) Revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria; t) Análise e aprovação do relatório semestral do Comitê de Auditoria – 1º semestre de 2013; u) Verificação das recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria; v) Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna; x) Calendário de reuniões para 2014; y) Autoavaliação anual do Comitê de Auditoria 2013.

Na apreciação do Comitê, a forma e as ações adotadas para monitorar os sistemas de controles internos e a administração de riscos, em seus aspectos relevantes, estão bem estabelecidos e adequadamente direcionados. Não foram detectadas exceções relevantes que possam impactar a efetividade dos sistemas, apenas exceções de menor relevância, as quais foram tratadas e monitoradas no exercício de 2013.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes, o Comitê atesta a objetividade e a independência dos Auditores Externos, uma vez que não identificou situações que pudessem afetá-las e avalia como adequadas as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados apresentados por seus trabalhos.

Não houve o registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que apontasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Copel ou a credibilidade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia Paranaense de Energia - Copel em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, e recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Curitiba, 12 de março de 2014

Carlos Homero Giacomini

Presidente

Paulo Procopiak de Aguiar

José Richa Filho

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 13 de março de 2014

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

NELSON LEAL JUNIOR

BRUNO CABRAL BERGAMASCO

CARLOS EDUARDO PARENTE DE OLIVEIRA ALVES

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480 de 07.12.2009, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2014, aprovado na 143º reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 11.12.2013, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R$ Mil
Geração e Transmissão	1.308.698
Distribuição	895.850
Telecomunicações	80.000
Holding	311
Participação em novos negócios	331.796
TOTAL	**2.616.655**

FONTES DE RECURSOS	R$ Mil
Recursos de terceiros	**1.216.555**
BNDES	602.900
FINEP	13.700
Outras instituições financeiras	599.955
Recursos próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	**1.400.100**
TOTAL	**2.616.655**

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Coronel Dulcídio nº 800, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da Copel alusivas ao exercício social findo em 31.12.2013; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Copel relativas ao exercício social findo em 31.12.2013.

Curitiba, 10 de março de 2014.

Lindolfo Zimmer
Diretor Presidente

Marcos Domakoski
Diretor de Gestão Empresarial

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Joel Nazareno Iurk
Diretor de Desenvolvimento
de Negócios

Denise C. Busetti Sabbag
Diretora de Relações Institucionais